

Alentejo Os comunistas e as mudanças

Pág. 18

Os comunistas e outros democratas da CDU têm uma obra notável realizada ao serviço das populações.



■ José Soeiro

O (outro) lado político das coisas

O repentino e inusitado interesse pelos deputados ao Parlamento Europeu merece reflexão e comentário. Políticos.

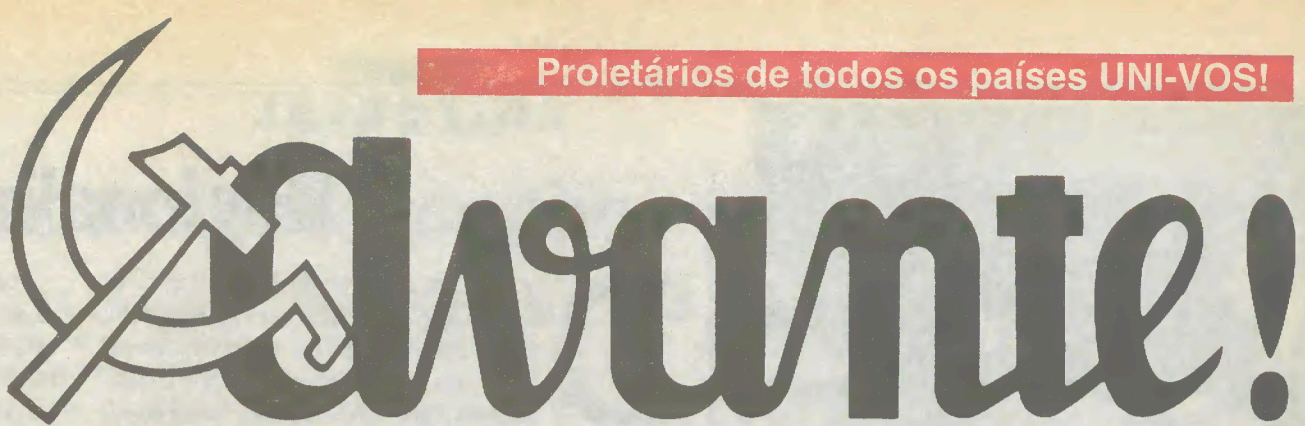
■ Sérgio Ribeiro

Pág. 19

PCP

PCP apresentou contas de 1996

Pág. 32



Órgão Central do Partido Comunista Português

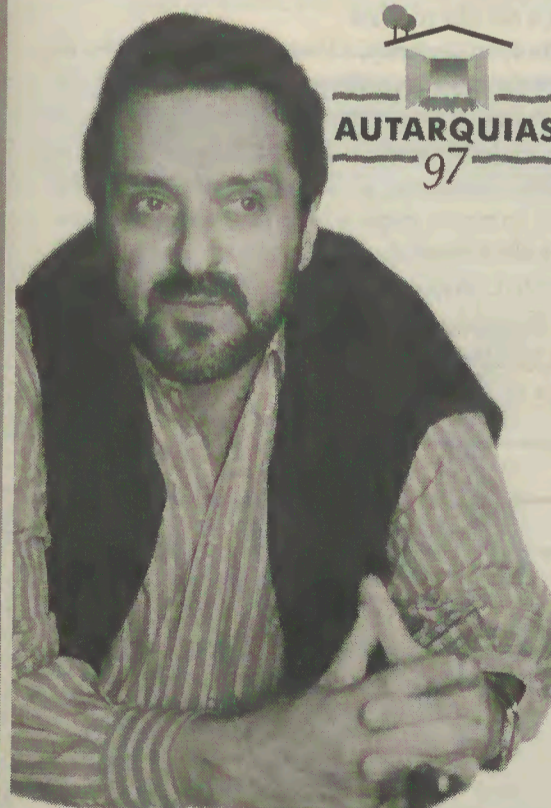
Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Abril de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1218 • Director: Carlos Brito

PCP lança campanha no Distrito de Lisboa

Desemprego é um problema de todos

Mais do que ministeriais declarações, são necessárias medidas concretas para estancar o desemprego e criar novos e duradouros postos de trabalho.

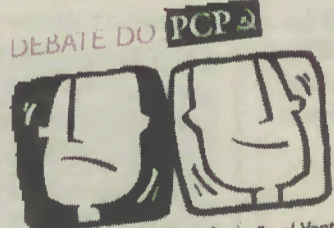
Págs. 5 e 6



Exemplos concretos do trabalho honestidade e competência

■ Entrevista com Luís Sá

Págs. 8 e 9



Casal Ventoso

(Conclusão)

Os códigos da morte

■ Henrique Custódio

Centrais



Os eurodeputados comunistas propõem medidas para a moralização do estatuto remuneratório no PE

RESUMO

26

Quarta-feira

O Conselho de Ministros decide antecipar o programa de privatizações das empresas públicas e aprova a nova forma de financiamento do Ensino Superior ■ A comissão executiva da Expo'98 garante que não há derrapagens nas contas da iniciativa ■ No Médio Oriente, multiplicam-se os confrontos entre a população palestina e a polícia israelita ■ Em Angola, começa a ser discutido o programa do Governo de Reconciliação Nacional ■ O partido do presidente Mobutu Sesse Seko pronuncia-se a favor da partilha do poder do Zaire com os rebeldes ■ Segundo um diário peruano, o governo de Lima e o comando do MRTA preso na embaixada japonesa já chegaram a um acordo para uma resolução pacífica da questão.

27

Quinta-feira

A CDU afirma-se contra o bloqueio do processo de regionalização ■ Os armadores desafiam o secretário de Estado das Pescas para um debate público sobre o estado da pesca longínqua em Portugal ■ O relator especial da ONU denuncia no seu relatório a prática generalizada de tortura em Timor-Leste e na Indonésia ■ A OSCE aprova o envio de uma força de protecção para a Albânia, que poderá incluir «até cinco mil homens» ■ Na Rússia, realiza-se uma jornada de greves e manifestações contra a crise económica e os salários em atraso ■ Os rebeldes zairenses anunciam que irão iniciar brevemente negociações com Kinshasa ■ 39 membros de uma seita religiosa suicidam-se numa mansão de luxo na Califórnia.

28

Sexta-feira

A Plataforma Reivindicativa Comum dos professores do ensino superior exige a revisão salarial em Outubro ■ Os 33 estudantes timorenses que entraram na embaixada da Áustria na Indonésia continuam detidos e encontram-se incomunicáveis ■ Em Estrasburgo, milhares de pessoas mobilizam-se contra o congresso da Frente Nacional ■ Um barco com refugiados albaneses naufraga no estreito de Otranto ■ Representantes do presidente zairense e do líder dos rebeldes encontram-se pela primeira vez ■ O exército israelita continua a fazer uma segurança reforçada nos territórios ocupados.

29

Sábado

Os trabalhadores do Casino da Madeira entram em greve ■ Em Estrasburgo, dezenas de milhares de pessoas participam em mais um dia de manifestações e iniciativas culturais protestando contra o racismo e a xenofobia do partido de Le Pen ■ O governo da Albânia congratula-se com o envio de uma força multinacional para o país aprovada pela ONU ■ Um palestino é morto a tiro por militares israelitas na cidade autónoma de Ramallah ■ Duas bombas explodem em Caxemira, matando 18 pessoas.

30

Domingo

Após a Páscoa, registam-se numerosos acidentes nas estradas durante o regresso a casa ■ Terminam as manifestações em Estrasburgo, no último dia do congresso da FN... ■ No País Basco, 30 mil pessoas desfilam em Pamplona respondendo ao apelo dos independentistas do Harri Batasuna ■ No Dia da Terra, protesto anual contra a confiscação de terrenos palestinos por Israel, a violência alastra a toda a Cisjordânia.

31

Segunda-feira

As autoridades portuguesas comunicam que não pretendem participar na força que a OSCE vai enviar para a Albânia ■ Os trabalhadores da Efacec iniciam uma greve de três dias ■ Estrasburgo é declarada «cidade-morta» em sinal de luto pela realização do congresso da FN ■ 26 pessoas morrem em Espanha na sequência de um descarrilamento de um comboio ■ Nos EUA, inicia-se o julgamento do presumível responsável pela bomba de Oklahoma City.

1

Terça-feira

Os eurodeputados comunistas propõem medidas para a moralização do estatuto remuneratório dos membros do PE ■ António Guterres inicia uma visita aos EUA ■ Governo assina com o Grupo Mello um acordo para a reestruturação da Lisnave... ■que os trabalhadores consideram intolerável ■ Entra em vigor o novo mapa da distribuição geográfica das urgências médicas da área de Lisboa ■ É assinado no Kremlin um acordo de união entre a Rússia e a Bielorrússia ■ O grupo Jihad Islâmica reivindica atentados suicidas, em Gaza, que vitimaram dois palestinos ■ Novo descarrilamento em Espanha causa 20 mortos e mais de uma centena de feridos.

EDITORIAL

Regionalização

Por altura da passagem do 21º aniversário da Constituição da República, a regionalização, um dos seus comandos que nunca foi concretizado, volta às primeiras páginas da actualidade política. Não são, no entanto, razões positivas que concentram sobre ela as atenções.

O motivo principal do presente destaque da regionalização reside na contradição flagrante entre, por um lado, as novas e hipócritas juras do PS sobre a sua vontade de regionalizar, com a promessa de que um referendo será feito nos primeiros meses de 1998, e, por outro, a teia de compromissos que o mesmo PS foi estabelecendo com o PSD, pondo todo o processo nas mãos deste partido a quem acusa, neste caso justamente, de se opor à regionalização.

A atitude dúctil do PS nesta matéria teve mais uma confirmação na revelação de que por proposta do PS, no acordo de revisão da Constituição que firmou como o PSD, foram introduzidas disposições que alteram o regime das leis relativas à regionalização, obrigando a que sejam votadas por maioria absoluta, o que faz depender a sua aprovação da entrada em vigor da revisão constitucional e torna mais difícil e mais moroso o processo.

Com toda a razão, a Comissão Coordenadora da CDU, na sua reunião do passado dia 27 de Março acusou: «o acordo PS-PSD nesta matéria destina-se claramente a dificultar, porventura a inviabilizar, o processo de regionalização».

Enfrentando áspere oposição vinda de diferentes áreas da vida nacional e de dentro do próprio partido pela política de direita que realiza no Governo, a direcção do PS quer dar-se uns ares de esquerda e escolheu a regionalização para o efeito, tentando fazer esquecer as suas responsabilidades no bloqueio para que foi remetida.

As responsabilidades do PS no bloqueamento da regionalização são indistiguíveis.

O PS interrompeu, complicou até ao absurdo e entregou aos adversários o processo legislativo da criação das regiões administrativas depois de já estarem aprovados na generalidade projectos do PCP, do PEV e do próprio PS, que vieram, afinal, a desfrutar de amplo apoio no debate público e na votação das Assembleias Municipais.

Era para rir, se não fosse antes motivo de indignação, ouvir Jorge Coelho declarar agora que «o PS cumprirá a promessa da regionalização com ou sem o apoio do PSD». A ser assim, por que razão tem estado a ceder ao PSD as alavancas do processo, desde que os projectos de lei atrás referidos foram aprovados na Assembleia da República, em 2 de Maio de 1996?

Desde então, por pressão do PSD, o PS começou por aparecer com a ideia dos referendos regionais, depois acabou por aceitar um referendo nacional sobre a lei de criação das regiões, mantendo a ideia dos referendos regionais (que ao PSD convinha para baralhar) e também aceitou que o referendo só será válido se nele votarem mais de metade dos cidadãos inscritos nos cadernos de recenseamento. Isto quando se sabe que muitos destes inscritos já faleceram ou mudaram de residência sem serem eliminados dos cadernos eleitorais.

Agora descobre-se que por proposta do PS no seu acordo com o PSD, a aprovação das leis sobre a regionalização, só pode verificar-se depois de entrar em vigor a revisão da Constituição combinada entre os dois partidos, que vai obrigar ao regime de maioria absoluta.

Percebe-se por que razão Marcelo Rebelo de Sousa pode rir-se, gozar e desmentir os calendários que o PS anuncia para os referendos. Está por dentro da posição de fundo do PS na matéria. E, neste momento, vai até mais longe ao pôr em causa o próprio referendo que pressionou, fazendo a pergunta: «Como pode haver acordo nas perguntas de um referendo híbrido de que nós discordamos sempre?»

É claro que a posição de Marcelo não é menos gozável que a do PS. Sabendo que a regionalização divide o seu partido (diz-se que meio a meio) o actual líder laranja está numa posição em que não pode dizer nem sim nem não a regionalização. Foi o que fez na entrevista à SIC no dia do aniversário da sua liderança. Por três vezes perguntado o que pensava da regionalização, três vezes respondeu que concordava com o projecto do seu partido que foi aprovado em 1991 e fugiu a clarificar a sua posição.

Pode haver regionalização contra o PSD, com ele é que decerto não haverá. Mas isto sabe-se há muito, só ao PS convém fingir para não ficar sozinho com a responsabilidade do bloqueio.

Pode haver regionalização contra o PSD, com ele é que decerto não haverá. Mas isto sabe-se há muito, só ao PS convém fingir para não ficar sozinho com a responsabilidade do bloqueio.

Nesta barafunda, reacendem-se, como é óbvio, todas as incompreensões, reservas e posições discordantes da regionalização.

Há, nomeadamente, os que procuram explorar contra a criação das regiões administrativas os perigos para a unidade do Estado que têm sido justamente apontados às alterações ao estatuto das regiões autónomas defendidas pelo PS e o PSD no seu acordo de revisão da Constituição. Ora as regiões administrativas se existis-

sem contrabalançariam, realmente, a existência das regiões autónomas e acabariam com a pretensão, grata ao separatismo, de transformar o Estado português numa federação de três regiões: o Continente, os Açores e a Madeira.

Também reaparecem outras velhas objecções respeitáveis, mas há muito rebatidas.

O argumento de que o Portugal é demasiado pequeno para ter regiões. Esquece-se que a Dinamarca, a Holanda ou a Áustria são países ainda mais pequenos e têm regiões eleitas com boas provas dadas.

O argumento de que as regiões podem incentivar o caciquismo. Esquece-se que nas autarquias também há focos de caciquismo, mas isso não anula as imensas vantagens para o país do poder local resultante do figurino da Constituição de 1976, em que se integram também as regiões administrativas.

O argumento de que as regiões tornariam o Estado português mais vulnerável às pressões federalistas que dominam a União Europeia. Esquece-se que, por obra dos sucessivos governos do PSD e do PS, Portugal tem estado a ser vulnerabilizado no máximo a essas pressões federalistas sem desfrutar das vantagens de ter regiões e das capacidades de resistência que elas gerariam.

Muito oportunamente, a Comissão Coordenadora da CDU veio declarar que «reitera a sua convicção de que a regionalização do País corresponde a dotar de representatividade e legitimidade, resultante do voto, estruturas de poder próximas das já existentes a nível regional». Salientou, ao mesmo tempo, o papel positivo que a regionalização pode desempenhar no alargamento da democracia representativa, no aprofundamento de democracia participativa, no desenvolvimento económico, social e cultural das regiões, na reforma da Administração Pública e na salvaguarda da autonomia municipal.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Henka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Telef. _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

A grande mistificação

O artigo que o professor René Passet, da Universidade Paris I, publica no último número do «Le Monde Diplomatique» constitui, a vários títulos, um interessantíssimo comentário em relação à campanha que o grande capital financeiro vem promovendo a favor dos fundos de pensões privados.

Em França, como em Portugal, a ladainha dos banqueiros, seguradores e cronistas económicos é idêntica: o envelhecimento da população, as vidas contributivas mais longas, conduzindo a reformas que no futuro não seria possível pagar, a degradação da relação activos - inactivos (que baixaria, segundo as estimativas, de 2,9 contribuintes por reformado, em 1995, para 1,7 no ano 2040), etc.. É semelhante o «remédio» apontado: a redução do sistema público de segurança social (plafonamento) acompanhado pela orientação dos descontos para fundos de pensões privados...

Observa o professor Passet que, ouvindo os porta-vozes do lobby dos fundos de pensão, poder-se-á ficar com a ideia de que o contexto económico vai permanecer estável nos próximos decénios. Ora - observação capital! - isso é «esquecer» que «se a produtividade horária de cada assalariado continuar, daqui até lá, a crescer ao ritmo médio constatado no período 1992-94, cerca de 2% por ano», (...) «em 2040 a produção de 1,7 assalariados será igual à de 4 assalariados de 1995 poderá financiar mais reformados».

Recorda ainda o professor que «em última instância é sempre o produto nacional que determina os limites da economia». Se o PIB francês «continuar a crescer ao ritmo anual - moderado - de 2,1% constatado em 1995, ele terá duplicado até ao ano de 2030», «exactamente como o número de franceses com mais de 60 anos» e «não

haverá pois esgotamento das capacidades do sistema».

Passados em revista todos os «argumentos», só resta uma «explicação convincente» para o facto das «sociedades seguradoras exercerem uma tal pressão em favor dos fundos de pensões: é que elas ambicionam esse maná de capitais que, geridos paritariamente (pelo sistema público de Segurança Social), não lhes trazem nada: para além dos 963 milhões de francos de pensões entregues cada ano por repartição, estima-se somente em 250 mil milhões de francos o esforço de capitalização dos franceses com vista à sua reforma».

Parecerá assim excessivo o título que o universitário francês deu ao seu artigo: *a grande mistificação dos fundos de pensão?*

■ Edgar Correia

Um país maravilhoso

Depois de uma ansiosa espera que nos consumiu a Páscoa, cá estamos a responder positivamente ao comovente apelo lançado pelo Prof. Sousa Franco («Público» de 27/3) para que «abandonemos o pessimismo sistemático, a autocomiseração e o derrotismo com que tantos de nós falamos de tudo quanto é português».

Não sabemos se isso confortará especialmente o autor da cintilante ideia de que com a adesão ao euro se dará o nosso «regresso aos melhores tempos da história pátria», mas quem dá o que tem a mais não é obrigado.

Por isso, aqui proclamamos que vivemos num autêntico país das maravilhas em que a maior maravilha talvez seja mesmo a cortina de palavras e dados oficiais e de ideias dominantes que é capaz de soterrar as próprias realidades mais gritantes.

Assim, por exemplo, vivemos no maravilhoso país em que é possível que, apesar de acentuados aumentos de preços em Janeiro e Fevereiro, a taxa de inflação tenha continuado milagrosamente a baixar nesses meses.

Vivemos no maravilhoso país em que é possível um Governo que endeusa a toda a hora os sacrossantos «mercados» não hesitar em violar o «funcionamento do mercado» ao impor, por via administrativa, limitações à publicidade na RTP, o que só pode ter como consequência agravar os encargos públicos com a televisão do Estado e favorecer mais à frente as campanhas para a sua privatização.

Vivemos no país maravilhoso em que é possível o ministro das Finanças que mais brutalmente tem recorrido às receitas das pri-

vatizações como única forma de cumprir um dos critérios de convergência nominal vir ingratamente dizer que as nacionalizações «tanto agravaram o nosso atraso económico e social», esquecido que só privatiza (delapida) hoje porque alguém nacionalizou anteontem.

Vivemos no maravilhoso país em que é possível um Governo definir uma interpretação (insuficiente e limitada, mas que supostamente considerará a boa e a legítima) sobre a aplicação da redução para as 40 horas, e ao mesmo tempo vir declarar que ela não se aplica onde outra coisa (ainda que má e ilegítima) tenha sido «acordada» entre trabalhadores e patronato.

Vivemos no país maravilhoso em que quatro quintos dos «media» parecem não perceber que o filme que está a correr dos desafios e desaguados entre PS e PSD sobre regionalização já correu há um ano e só entrou em «reprise» porque os amigos do peito precisam de aparecer como grandes inimigos até às eleições autárquicas.

E, finalmente, vivemos no país maravilhoso em que não só o partido - o PSD - que tem mais semelhanças, acordos e cumplicidades com o partido do Governo é generosamente considerado «o principal partido da oposição», como dezenas de inteligentíssimos jornalistas e comentadores continuam infatigavelmente a apresentar o líder do PSD como «o líder da oposição».

E mais não dizemos, senão ainda rebentamos de felicidade.

■ Vítor Dias

RÚSSIA
Notícias

Dia 27 de Março último foi dia grande para os trabalhadores e os povos da Rússia. Os nossos jornais ignoraram ou apoucaram. Tem pois interesse transcrever extractos da notícia do *La Stampa*, de 28/3/97, titulada *Rússia, a cólera dos sem trabalho*: «Uma Rússia meio paralisada, sacudida por manifestações desde Kaliningrado [no mar Báltico] a Vladivostoque [no oceano Pacífico], fez ontem tremer o Kremlin na maior demonstração de protesto até agora realizada. Milhões de pessoas desceram à rua em 650 cidades para reclamar os seus salários não pagos e gritar a sua raiva ao governo. (...) Os sindicatos abstiveram-se de qualquer reivindicação política. Mas quase por toda a parte as bandeiras azuis dos sindicatos foram submergidas pelas vermelhas dos comunistas e os manifestantes reclamaram bem alto a demissão de Ieltsin e do governo (...). Todos os partidos, dos democráticos a Jirinosvki, tentaram cavalgar o protesto. Mas é evidente que os verdadeiros protagonistas da jornada foram os comunistas.» Bem pode o *El País* do mesmo dia escrever como título que «a jornada de greve na Rússia realizou-se sem a temida explosão à albanesa», porque ninguém entre os seus organizadores esperava tal nem o desejava. Mas a verdade é que muito da evolução na Rússia está a carrear demasiados materiais explosivos.

No começo deste ano, os salários mais as pensões em atraso subiam já a mais de 70 triliões de rublos, qualquer coisa como 2000 milhões de contos, e havia 32 milhões de russos que recebiam menos que o «mínimo de subsistência» definido pelo governo (11 contos/mês). Entretanto, os cofres do Estado estão vazios, porque a fuga ao pagamento de impostos pelas empresas é generalizada. Para os encher, o Estado entrega-se cada vez mais à voracidade da banca, vendendo-lhe obrigações do Tesouro a curto prazo (*GKO*) e pagando-lhes juros de mais de 100% ao ano! Avoluma-se assim o seu défice: só para a liquidação do serviço da dívida, em 1996, consumiu-se mais que os orçamentos conjuntos das Forças Armadas, da educação e da saúde pública (ver Ramsey Clark, no *Morning Star* de 3/3/97). Segundo o *Le Monde* de 8/1/97, «a Rússia está à beira do abismo financeiro»: em 1995 e 96, o Estado vendeu os tais «títulos de Tesouro» de pacotilha num montante de 7500 milhões de contos, e espera vender este ano mais 1500 milhões. Claro que a banca prefere esta abundante «vaca leiteira» e praticamente nada investe na produção. Segundo o *Finanzovie Investitiia* de 6/2/97, o PIB desceu mais de 40% entre 1990 e 1996, a produção industrial reduziu-se a metade, enquanto no aparelho produtivo foi investido em 1996 apenas 1/4 de 1990, não chegando sequer para a amortização, pelo que se calcula que 60% dos equipamentos estão completamente obsoletos. Mas, segundo o *Financial Times* de 14/2/97 informa autoritadamente, quantias astronómicas fogem para o estrangeiro, com a cumplicidade do Estado russo e dos bancos ocidentais, e a Suíça é um dos maiores branqueadores do dinheiro sujo das mafias russas. O saque a que a riqueza do povo russo está submetido é bem claro numa das últimas «privatizações» à Chubais. Conta o *Le Monde* de 2/1/97 que o banco russo Menatep comprou por 30 milhões de contos 85% da Youkos, o 2º maior grupo petrolífero russo; mas, compara o *Le Monde*, a Elf-Aquitaine francesa, que tem uma produção semelhante mas reservas muitíssimo inferiores, está avaliada em 3000 milhões de contos! É fartar, vilanagem!

Com tudo isto (e muito, muito mais) compreende-se que uma grande sondagem pan-russa, noticiada pelo *Sevognia* de 24/1/97, à pergunta «Pensa que para a Rússia o socialismo é um sistema preferível ao capitalismo?», 49% tenham respondido sim, enquanto só 19% foram negativos e os restantes se quedaram na hesitação. A situação na Rússia é extremamente complexa. A aprendizagem da luta de classes prossegue, como a organização das forças progressistas e patrióticas, mas tem ainda árduo caminho pela frente. Esperemos com atenção o que o próximo IV Congresso do PC da Federação Russa, que se realiza a 19 e 20 deste mês, nos dirá sobre a perspectiva e o rumo de saída do abismo económico, social e político em que a Rússia, por obra de Ieltsine, Chubais & CIA, está a mergulhar.

■ Carlos Aboim Inglês



Foto: Jorge Caria

Não

A dificuldade não está na escolha

SEMANA

O cometa

O cometa Hale-Bopp - uma bola de gelo, com uma cauda formada por poeiras e gás - atingiu o seu ponto máximo de visibilidade na terça-feira passada, dia em que mais perto esteve do Sol.

Se houver uma maior libertação de gás depois desta passagem do cometa perto do Sol, o brilho do Hale-Bopp pode manter-se muito intenso nestes dias, pelo que esta é a semana em que ele surge com maior esplendor.

Com um brilho fora do comum e um núcleo que atinge 40 quilómetros de diâmetro, o Hale-Bopp foi descoberto em Julho de 1995 pelos astrónomos norte-americanos Alan Hope, no Novo México, e Thomas Bopp, Arizona.

Até ao fim do mês de Abril, o cometa poderá continuar a ser observado. A partir de princípios de Maio deixará de ser visível a olho nu e pelos cálculos dos cientistas só voltará a visitar o centro do sistema solar no ano 4300.

Cerca de 15% da população activa portuguesa estava desempregada ou subempregada, no ano passado. Uma estimativa com base nos dados entretanto divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Em 1996, o desemprego afectou, em média, 443.100 pessoas, mais 1,75% do que no ano precedente, tendo em conta os que já não procuram emprego (desemprego lato).

As maiores taxas de desemprego lato verificaram-se no Alentejo (13,8%), Algarve (10,8), Lisboa e

Desemprego crescente

Vale do Tejo (10,4) e Açores (9,6).

Lisboa e Vale do Tejo e Norte deê, em conjunto, mais de 72% do desemprego lato em Portugal.

Estima-se que

5,9% da população activa está em situação de subemprego.

Em termos de qualificação da população empregada, quase dois terços não tem

mais do que o ciclo preparatório e mais de 10% nem a instrução primária.

Mesmo em Lisboa e Vale do Tejo - que detêm os mais elevados índices de escola-

ridade - apenas 8,73% da população activa tem formação média ou superior. Actualmente, um em cada 20 desempregados é um licenciado.

Um mundo só para os "grandes"

"Só os grandes podem sobreviver", afirmou Erwin Conradi, chefe da Metro, num congresso de economia, realizado na Faculdade de Economia de Colónia. Uma afirmação que marcou o tom dos trabalhos, no quadro de uma iniciativa que reuniu estudantes e empresários de 75 países, e em que se repetiu, significativamente, que o elemento social fica para trás.

Mas nem só de teoria se trata, e os números da União Europeia confirmam, na prática, o que em Colónia foi dito.

Actualmente, o

desemprego afecta 18 milhões de pessoas por toda a UE, 11 por cento da população activa. Um desemprego crescente, que surge como um preço a pagar pela competitividade das empresas, cujo valor nas bolsas sobe em flecha ao ritmo das reduções de pessoal.

Um quadro em que, pela primeira vez, e segundo um estudo publicado pela Comissão Europeia, menos de metade dos europeus considera que a UE é uma boa ideia.



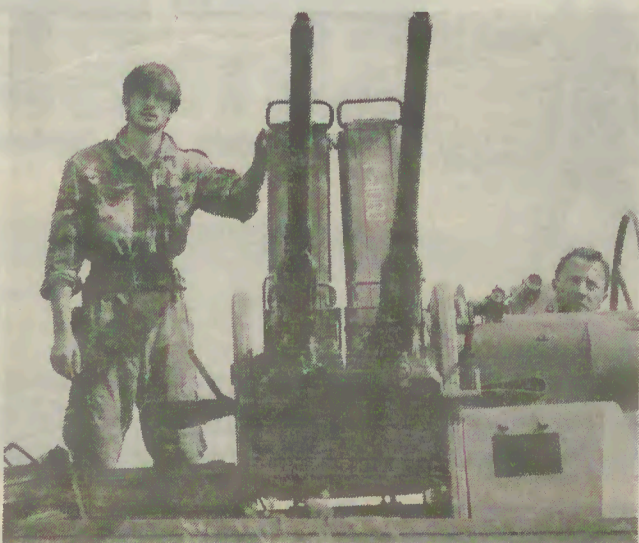
Os donos das armas

O governo português estuda actualmente a adesão à Organização de Cooperação Conjunta em matéria de Armamento (OCCAR) que, na prática, poderá significar que, no futuro, as armas portuguesas passem a ser definidas na Alemanha.

A OCCAR, que surge como um "mercado comum de armamentos", é actualmente constituída pela França, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha e poderá vir a abarcar os restantes países da União da

Europa Ocidental (UEO). São objectivos desta organização, coordenar a compra e venda de armas, a investigação, programação e financiamento de projectos no domínio de novas armas ou seu aperfeiçoamento e, na prática, traçar a orientação para as várias indústrias de defesa nacionais.

Os quatro países que constituem o núcleo da OCCAR detêm cerca de 80 por cento da produção de armamento da Europa Ocidental.



Inquérito sobre intoxicação

O governo britânico é frontalmente criticado no relatório do inquérito sobre a epidemia de intoxicação pela bactéria E-Coli, que o ano passado causou a morte a

18 pessoas na Escócia.

No relatório, citado pelo "Sunday Times", considera-se que o governo britânico não avançou atempadamente com as necessá-

rias reformas nas práticas de higiene na indústria alimentar, devido ao seu elevado custo.

A epidemia, que atingiu 500 pessoas, saldando-se em 18 mor-

tes, ocorreu em Novembro passado e teve origem num matadouro de Wis-haw, que fornecia diversos talhos e charcutarias da região de Glasgow.

Nova vacina cubana

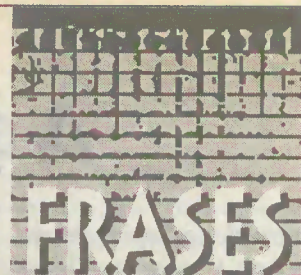
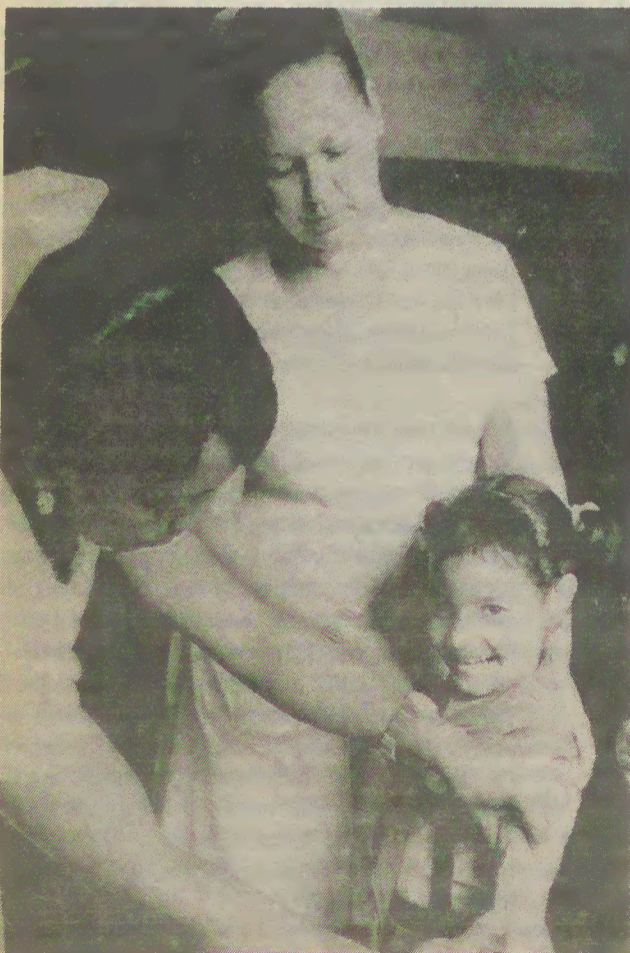
O surto de meningite que afectou a Espanha em meados de Fevereiro poderia ter sido sustido, graças a uma vacina descoberta pelos cientistas cubanos, contra o meningococo do grupo B, responsável por essa epidemia.

Entretanto, e devido ao bloqueio a

Cuba, as autoridades sanitárias e os meios de comunicação espanhóis desconheciam a existência desta vacina.

Segundo declarações de Pablo González Comesana, presidente da Sociedade Francisco Villamila, da Galiza, em entrevista à "Prensa Latina", o governo espanhol já teria conhecimento da vacina cubana, mas haveria grandes pressões das autoridades sanitárias no sentido de que não fosse adquirida.

Em Fevereiro, registaram-se em Espanha mais de 400 casos de meningite, 27 dos quais mortais.



“Dei um crédito muito grande a António Guterres e ele já o consumiu quase todo”.

(Belmiro de Azevedo entrevistado pela «Visão», 26.03.97)

“O primeiro-ministro e líder do PS meteu a cabeça toda na defesa do acordo de revisão constitucional”.

(Marcelo Rebelo de Sousa, entrevistado pelo DN, 31.03.07)

“O PS ao falar de regionalização está a falar de um tema que (...) não vai ser actual no ano de 97, e porventura não vai ser actual no ano de 98. Sê-lo-á, ou não, no ano de 1999 ou 2000”.

(idem, ibidem)

“O País tem de saber se o PSD sempre quer ou não a regionalização”.

(Jorge Coelho, in DN de 1.04.97)

“Se o secretário-geral do PS quer continuar a ganhar é simples: faça subir o nível de vida dos eleitores. Se vê que não consegue, então não siga o triste exemplo do sr. Damásio. Mexa em si mesmo”.

(João Carreira Bom, in Expresso, 28.03.97)

“O PSD suportou a má governação do País pelo euro”.

(Marcelo Rebelo de Sousa, entrevistado pelo DN, 31.03.07)

“Sem a Alemanha não há euro”.

(Wilfried Martens, entrevistado pelo DN, 29.03.97)

“Foi comigo também que se deu a expulsão do CDS português, porque era contra o Tratado de Maastricht e porque evoluiu para a extrema-direita”.

(idem, ibidem)

“Sei que o senhor Monteiro desapareceu do Parlamento Europeu; que eu saiba, nunca fez uma intervenção”.

(idem, ibidem)

“(...) Há ruídos, aldrabices mas, normalmente, Deus Nosso Senhor vela nessas coisas e os aldrabões desaparecem quase sempre de circulação(...)”.

(José Augusto-França, entrevistado pelo «Expresso», 28.03.97)

Desemprego é um

problema de todos
não só de desempregados!

TRABALHADORES



A defesa do emprego tem estado na primeira linha das reivindicações dos trabalhadores (fotos da manifestação de 22 de Março, em Lisboa, promovida pela CGTP)

PCP lança campanha no distrito de Lisboa

A direcção regional de Lisboa do PCP tem em curso, até Maio, uma campanha distrital sobre os problemas do emprego e do desemprego. A primeira iniciativa de debate está marcada para o próximo sábado, na Amadora (ver Agenda). O alerta e as propostas dos comunistas vão estar na rua, até ao comício internacional marcado para o Campo Pequeno, em folhetos, cartazes, panos, faixas... Um estúdio móvel apoiará iniciativas em várias localidades e junto de empresas onde estes problemas são especialmente sentidos. Os traços gerais da campanha, as grandes preocupações e as respostas aos graves problemas do desemprego e dos desempregados são abordados nestas páginas pelos camaradas Dias Coelho (membro do Comité Central e da

O desemprego é problema de todos



Por que motivos esta iniciativa da DORL se insere na campanha nacional do Partido sobre a moeda única?

Dias Coelho: Não sendo o desemprego um problema que tenha a ver exclusivamente com o Tratado de Maastricht, as políticas de convergência nominal dele decorrentes aceleraram o

guém se sinta excluído e não encare o desemprego como uma fatalidade.

Com a campanha, pretendemos alertar a sociedade, estimular laços de solidariedade, criar um movimento de opinião que exija um novo rumo para Portugal, uma nova política que seja capaz de combater a sério e responsabilmente as causas que dão origem a este drama social que é o desemprego. A iniciativa assenta num debate do Partido com todas as forças vivas a nível local, com todas as pessoas interessadas em discutir com o PCP as soluções e os caminhos para enfrentar o desemprego; passa também por uma grande campanha de informação e esclarecimento junto dos trabalhadores e das populações.

A decisão de realizar a campanha agora tem a ver com a constatação de um agravamento do problema do desemprego no distrito?

DC: Tem a ver com um agravamento da situação, mas resulta também da constatação de que, da parte do Governo, há o desenvolvimento de uma linha que, em declarações e argumentos, é de combate ao desemprego, mas que não tem reflexo em medidas práticas de revitalização do aparelho produtivo e do tecido social. Verifica-se também uma insensibilidade, ao nível da sociedade, quanto à forma como é encarado o problema: as pessoas vão para o desemprego e são remetidas para a resolução individual do seu problema.

O desemprego é um problema de todos e, como tal, o PCP insiste em esti-

mular na sociedade a discussão sobre este problema.

Para esse debate, são desde já avançadas propostas para o distrito de Lisboa, ou elas resultarão da discussão que vai ter lugar?

DC: O nosso 15º Congresso avançou com soluções políticas, económicas e sociais a nível nacional. Por aqui passam também, no fundamental, as medidas para o distrito, que nós vemos enquadradas numa nova política para o País. Do debate poderão vir ainda muitos contributos, tanto no conhecimento da realidade, como na busca de respostas para o problema do desemprego.

A União dos Sindicatos de Lisboa fez recentemente uma série de iniciativas viradas precisamente para os desempregados. Que balanço se pode fazer dessa experiência?

Arménio Carlos: Creio que é um balanço positivo. Conseguiu-se, pelo menos, partir para uma organização, a nível concelhio e distrital, que permitiu que os desempregados se reunissem, discutissem os seus problemas e apresentassem um conjunto de reivindicações ao Governo resultante das eleições legislativas entretanto realizadas — mas que até ao momento o Governo deixou sem respostas.

Estamos a procurar desenvolver o trabalho nesta frente reunindo com os trabalhadores desempregados das empresas entretanto encerradas e que têm processos a decorrer em tribunal, tentando encontrar resposta para problemas graves e muito

concretos. Muitos destes trabalhadores, para além de terem perdido o emprego, têm imensas dificuldades para conseguir emprego alternativo, não só pela idade, como pelo elevado grau de especialização profissional.

O caminho é, através das reuniões que temos feito com desempregados destas várias empresas, continuar a reclamar alternativas de emprego para estes trabalhadores, continuar a exigir que os trabalhadores sejam os primeiros na lista de credores das empresas, e continuar a fazer um grande esforço para que estas pessoas não se sintam excluídas na sociedade pelo facto de estarem desempregadas.

Poderia ter-se evitado a série de despedimentos que contribuiu para o aumento do desemprego no distrito nos últimos anos?

Fernanda Barroso: Com outra política, teria sido possível. Mas todos os governos têm orientado a sua acção no sentido da destruição do aparelho produtivo. Na cidade de Lisboa foram especialmente afectados os pólos industriais da zona oriental e da zona ocidental, de onde desapareceram grandes empresas nos últimos dez anos. Algumas foram transferidas para outros locais, mas o fundamental foi destruído. A questão central teve sempre a ver com os interesses do grande capital.

Umhas foram vendidas a estrangeiros, que depois as encerraram — como sucedeu com a indústria farmacêutica nacional, adquirida por multinacionais e



Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido), Arménio Carlos (também do CC e da DORL e coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa), Fernanda Barroso (da DORL, responsável pelo sector de empresas da cidade de Lisboa) e Luísa Ramos (dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos e membro da direcção da organização da cidade de Lisboa do PCP).

crescimento do desemprego. Com a moeda única, esta situação tende a agravar-se. Por isso, nós afirmamos que dizer não à moeda única é uma forma de lutar contra o desemprego, contra o trabalho precário e contra o trabalho sem direitos.

Os próprios governantes reconhecem que o desemprego é hoje um problema estrutural. Isto tem a ver com as políticas neoliberais dos últimos anos, que têm provocado a desagregação do aparelho produtivo, especialmente sentida no distrito de Lisboa, e a desvalorização do trabalho como valor social. Nós entendemos que, pelo contrário, é preciso revalorizar o trabalho na sociedade, dignificar a pessoa que vive do trabalho, para que nin-

TRABALHADORES

PCP lança campanha no distrito de Lisboa

Desemprego é um

problema de todos
não só de desempregados!

hoje limitada a uma empresa e a uma ou outra sucursal. A indústria nacional desapareceu e ficámos limitados à distribuição. Foram destruídos milhares de postos de trabalho e agora até já estão a ser atingidos os delegados de propaganda médica, a única área onde se verificou algum crescimento do emprego.

Na zona oriental, a especulação imobiliária foi o motivo principal e uma machadada fortíssima num processo de encerramentos de empresas que já se iniciara antes da decisão de ali realizar a Expo'98. As razões dos encerramentos tinham a ver ou com a falta de mercado ou com a falta de interesse no investimento, a que se somou uma grande valorização dos terrenos.

A par dos encerramentos, houve fortes reduções do volume de emprego nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, na Indep e noutras empresas onde foi determinante a decisão política dos governos. Foram despedidos ou



Fernanda Barroso

«Terminadas a Expo e a ponte, sem outras alternativas, rebentará uma verdadeira bomba de aumento do desemprego e da marginalidade.»

reformados trabalhadores altamente especializados e que agora estão novamente a ser chamados para os antigos postos de trabalho.

O Entrepasto é um dos casos de sucessivas reestruturações que se saldaram sempre pela diminuição do emprego e que se repetem em ciclos intermináveis.

Ainda há quem continue a dizer que as empresas públicas têm trabalhadores a mais. Quando se chegará ao limite?

Luísa Ramos: Na óptica da administração da TAP, e segundo os compromissos que assumiram perante Bruxelas, 1997 ainda vai ser um ano de diminuição de trabalhadores.

Seria interessante fazer conta aos desempregados por força das reestruturações, nomeadamente no sector empresarial do Estado, onde essas reestruturações se integram no aliciamento para a privatização. Não me enganarei muito se disser que, por força das reestruturações, há uma diminuição do número de trabalhadores que corresponde a um número de desempregados igual ou superior aos que resultam de encerramentos e falências.

No sector da aviação civil, encerraram quatro empresas, de 1993 para cá. A TAP tem agora menos três mil trabalhadores, dos quais mais de dois mil em Lisboa.

Mas não há uma correspondente diminuição das necessidades de mão-de-obra. Com uma maior polivalência e a retirada de direitos, as reestruturações têm conduzido a uma intensificação dos ritmos de

trabalho e a exploração máxima dos trabalhadores.

O chamado *downsizing* ou *emagrecimento* das empresas, já é posto em causa nas revistas especializadas em gestão, particularmente nos EUA. Em Portugal, o *emagrecimento* já não está a atingir qualquer gordura, está a roer o osso das empresas, mas ainda se insiste nessa opção. Há aqui uma contradição que este Governo tem que resolver rapidamente.

Há sectores onde tem havido alguma criação de emprego?

FB: Com a Expo e a nova ponte, tem-se instalado a ideia de que o emprego na construção civil e obras públicas aumentou. O que caracteriza a evolução do sector, contudo, é que grandes empresas nacionais, fortemente implantadas desde há anos, têm falido ou foram adquiridas por estrangeiros.

As grandes obras públicas em curso absorvem desempregados e escondem a crise enorme deste sector (para já não falar na construção de habitação, que está no fundo). Têm sido denunciadas a intensa exploração e as inqualificáveis condições de trabalho nestes empreendimentos. Mas temos que prever o que acontecerá depois de 1998. Terminadas a Expo e a ponte, sem outras alternativas, rebentará uma verdadeira bomba de aumento do desemprego e da marginalidade.



Luísa Ramos

«Por força das reestruturações, há uma diminuição do número de trabalhadores que corresponde a um número de desempregados igual ou superior aos que resultam de encerramentos e falências.»

destruição de postos de trabalho — e por isso o desemprego aumenta, atingindo 115 mil pessoas no distrito de Lisboa, apenas segundo as contas oficiais. Além disso, o novo emprego é muito precário e com direitos muito reduzidos.

A precariedade do emprego é um problema gravíssimo. A Constituição afirma, no artigo 58º, que incumbe ao Estado garantir o direito ao trabalho assegurando a execução de políticas de pleno emprego. Não é isto que está a ser aplicado. Pelo contrário, há uma campanha ideológica

que visa convencer as pessoas de que é quase um milagre conseguir um emprego.

DC: Até vem o próprio primeiro-ministro considerar *normal* que cerca de metade dos trabalhadores portugueses tenham um vínculo laboral precário!

AC: Há um maior número de desempregados, que ultrapassa em muito as estatísticas oficiais. Nos desempregados, há mais jovens à procura do primeiro emprego, há mais pessoas que não têm emprego há mais de um ano (desempregados de longa duração) e há mais mulheres desempregadas.



Dias Coelho

«Dizer não à moeda única é uma forma de lutar contra o desemprego, contra o trabalho precário e contra o trabalho sem direitos.»

gados de longa duração) e há mais mulheres desempregadas.

O desemprego aumenta, independentemente da ministra vir falar num plano de *políticas alternativas de emprego*, que é apenas uma almofada. Que vale criar micro-empresas de 4 ou 5 trabalhadores, quando se continua a destruir empregos às centenas? A Olaio, maior empresa do distrito no sector das madeiras e uma das maiores a nível nacional, não tinha problemas de clientes nem de laboração, mas encerra; é nitidamente um encerramento fraudulento, que deixa 150 trabalhadores sem emprego, sem salários e sem indemnizações. Pode-se criar agora 20 ou 30 postos de trabalho, mas que irão fazer os restantes trabalhadores?

Qual seria a alternativa?

AC: Sem forte investimento no aparelho produtivo não pode haver solução para o desemprego, tal como não pode haver desenvolvimento do País.

Durante os anos do cavaquismo, andaram a defender a contenção dos salários para evitar o aumento do desemprego. Agora repetem a argumentação, procurando esquecer que, apesar da contenção dos salários, o desemprego não parou de crescer. Defendemos, pelo contrário, uma

valorização significativa dos salários, que aumentará a procura e dinamizará o mercado, exigindo a criação de emprego.

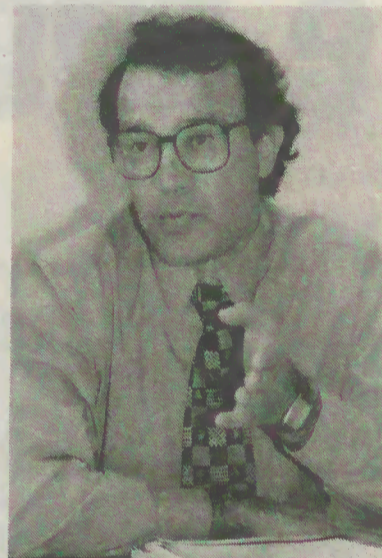
O PCP e a CDU têm fortes posições nas autarquias locais do distrito de Lisboa. A esse nível, tem havido intervenção com vista a estancar o desemprego e criar postos de trabalho?

FB: Têm algum papel. Mas, para admissão de pessoal, as autarquias estão dependentes do poder central, o que limita a sua capacidade de absorção de trabalhadores que perdem o emprego noutros sectores.

AC: As nossas autarquias têm feito um belíssimo trabalho na criação de zonas industriais e pólos de criação de empresas, no apoio e incentivos aos empresários para criação de emprego... Mas não têm poder de decisão relativamente a questões muito importantes. Naturalmente, a Câmara de Loures tomou posição face ao problema da Olaio, já que a economia do concelho está a ser lesada com a destruição da empresa. Mas não tem meios jurídicos para accionar a entidade patronal que abandonou a Olaio. Em posição semelhante esteve a Câmara de Vila Franca de Xira face ao encerramento da Argibay, em 1993. O problema de fundo está na política definida a nível central.

FB: A Junta de Alcântara deu um grande apoio aos trabalhadores da Regina, que conseguiram evitar o encerramento da empresa.

LR: É urgente avançar com a regionalização, de forma a criar unidades de produção e desenvolvimento, em vez da desertificação do interior do País e da concentração no litoral, particularmente em Lisboa e Setúbal, dos trabalhadores que não encontram emprego nas regiões onde habitam.



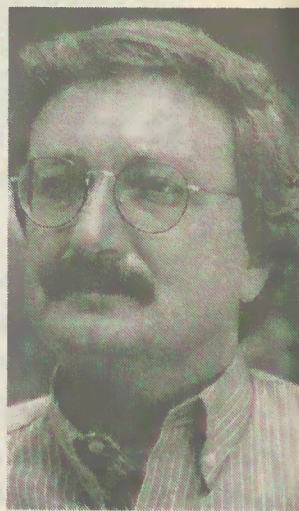
Arménio Carlos

«As nossas autarquias têm feito um belíssimo trabalho na criação de zonas industriais e pólos de criação de empresas, no apoio e incentivos aos empresários para criação de emprego.»

Onde procura o Partido ir buscar mais apoios para as suas propostas de combate ao desemprego? Ainda haverá empresários com interesse em investir na produção?

DC: Entendemos que o desemprego é mesmo um problema de todos — dos que vendem a sua força de trabalho, dos que destes estão dependentes, dos pequenos e médios comerciantes e industriais que sobrevivem em função de haver ou não dinheiro para que os trabalhadores possam comprar. Na primeira iniciativa de debate aberto, marcada para o próximo sábado, na Amadora, foi feito um convite directo aos pequenos e médios empresários do concelho.

Nesta campanha, dirigimo-nos a todos, em particular aos trabalhadores e suas famílias, mas também aos pequenos e médios empresários, que estão directamente interessados na revitalização do aparelho produtivo, na estabilidade do emprego e na prática de salários compatíveis com o crescimento da qualidade de vida. Mas, se há uma política central que incentiva a especulação financeira, é claro que é para a especulação que estão orientados os grandes detentores de capital.



Depoimento de António Abreu

Impossibilitado de participar na entrevista colectiva sobre os problemas do emprego e do desemprego no distrito de Lisboa, António Abreu, membro do Comité Central do PCP e da sua Comissão Central de Controlo, fez-nos chegar um depoimento sobre a relação entre estas questões e os pelouros da Educação e da Juventude, por que é responsável como vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Ao nível das escolas do 1º ciclo, «o desemprego e o trabalho precário têm diversos reflexos», já que «o ensino público não é gratuito e, se os pais querem ter os filhos nas escolas durante o seu dia de trabalho precário ou de procura de trabalho, desde logo têm de encarar dois encargos: os tempos livres e o almoço das crianças, que não estão hoje cobertos pela Acção Social Escolar por falta de intervenção da Administração Central».

«A falta de recursos por parte dos pais leva a que as crianças fiquem na rua e não possam almoçar na escola, e os reflexos disto no insucesso escolar são imediatos» - diz o vereador comunista. Quanto aos jovens, «o desemprego e o trabalho precário, dos próprios ou dos pais, facilitam actividades marginais e a atracção para o mundo da droga».

Ao falar sobre a actuação da CML face a estas situações, António Abreu refere que «o desemprego não é praticamente influenciado pela política autárquica», pois «a competitividade e, em geral, o modelo de crescimento capitalista têm a sua origem na política do Governo, na relação desta com os interesses do patronato e das multinacionais e com a aplicação dos critérios de «convergência», que atingem tão-só as despesas públicas e o emprego, mas não a coesão económica e social».

A autarquia «só tem intervenção para minorar os efeitos desta situação», fazendo um «esforço de procura de soluções de gestão para tempos livres e cantinas, de apoio às actividades das associações juvenis, de generalização da prática desportiva, de formas mais baratas de aquisição de habitação própria», entre outros aspectos.

TRABALHADORES

Defender a Constituição

As comissões de trabalhadores do distrito de Setúbal, reunidas no passado dia 18, no Barreiro, debateram os principais problemas com que os trabalhadores se defrontam, constatando que aumentam, dia a dia, o desemprego, o encerramento de empresas, os salários em atraso e a precarização. Ao mesmo tempo - denunciam as CTs -, o aumento que se verifica dos preços não é acompanhado pelo correspondente aumento dos salários e pensões. Entretanto, à luta dos trabalhadores contra a governação do PS, que atingiu «as mais vastas proporções» nos últimos dias, juntam-se todos os que se «sentem traídos» pelo acordo de revisão constitucional «cozinhado» entre o PS e o PSD que - entre outras malfetorias - aceita «constitucionalizar os serviços mínimos para condicionar o direito à greve e a eliminação do direito ao controlo de gestão». As CTs decidiram, de acordo com a resolução aprovada no plenário distrital, desencadear uma campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores com vista a combater a revisão constitucional acordada, solicitar audiências à Comissão de revisão constitucional e aos grupos parlamentares de todos os partidos.

Mediadores em extinção?

Em algumas companhias de seguros os funcionários que são angariadores correm o risco de ficar impedidos de realizar novos contratos, perdendo um direito conquistado há cerca de 50 anos e que «sempre funcionou em benefício das seguradoras». O alerta foi lançado no início de Março, num comunicado conjunto dos sindicatos do Sul e Regiões Autónomas e do Norte, que apontavam os casos da Portugal Previdente, A Social, Bonança e Mapfre. Mais recentemente, o sector de Seguros de Lisboa do PCP, citando um comunicado da CT da Bonança, afirmava que «o conluio entre o Estado e os grandes grupos financeiros vai ao ponto de estes estarem dispensados do cumprimento das leis do País». Na seguradora de Jardim Gonçalves foi «grosseiramente» furada a Lei da Mediação, mas os organismos responsáveis pela fiscalização (IDICT e ISP) ignoraram a denúncia da comissão de trabalhadores, que entretanto convocou plénários regionais para debater esta e outras matérias.

«Já não se trata de uma questão de diálogo»

CT da Lisnave exige cumprimento da lei

O protocolo sobre o processo de reestruturação da Lisnave, assinado anteontem pelo Governo e o Grupo Mello, suscitou o repúdio veemente da Comissão de Trabalhadores, que acusou o executivo do PS de desprezar as leis e até as resoluções do Conselho de Ministros.

«Os representantes dos trabalhadores, mais uma vez, são postos perante factos consumados», protesta a CT, numa nota enviada à comunicação social e na qual condena a «atitude intolerável da parte do Governo para com os trabalhadores e seus representantes», já que esta nova reestruturação foi negociada apenas com uma das partes - o Grupo Mello.

Para a CT, «já não se trata de uma questão de diálogo», tão apregoado pelos governantes na campanha eleitoral de 1995 e depois da tomada de posse. Está em causa «o respeito pela Lei 46/79, que prevê a participação da Comissão de Trabalhadores em qualquer processo de reestruturação».

Mas o Governo «não respeita as suas próprias decisões», sublinha a CT da Lisnave, recordando que «a resolução do Conselho de Ministros de

19 de Setembro de 1996 apon-tava um calendário negocial com as estruturas representativas dos trabalhadores», mas o que foi assinado dia 1 de Abril resulta «das negociações entre o Governo e o Grupo Mello,

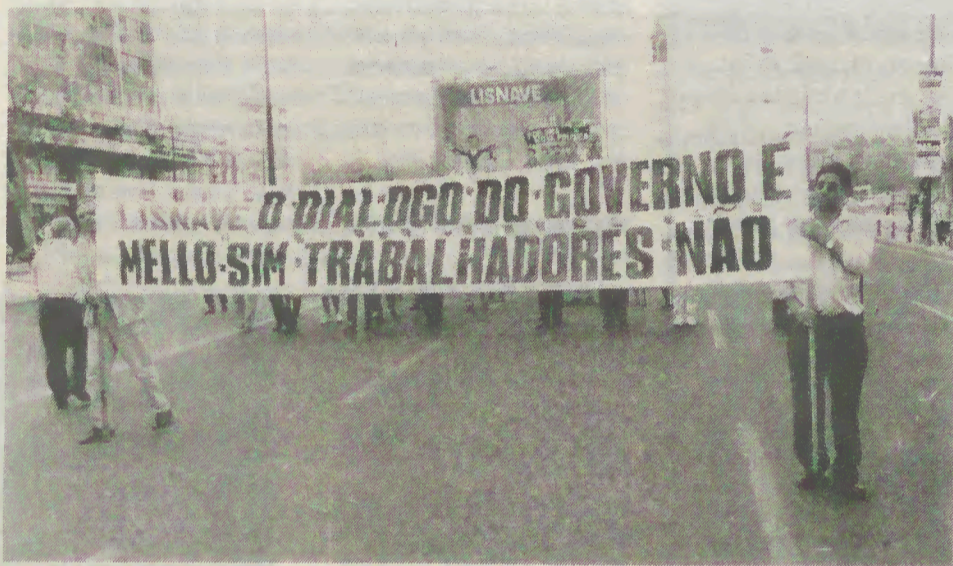
não passando pelos trabalhadores».

A CT refere que «esta atitude do Governo está a causar grande indignação da parte dos trabalhadores da Lisnave, tanto mais que o Governo, em público, afirma que os direitos dos trabalhadores não são postos em causa, e internamente fala em sacrifícios e em alterar os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho».

«Governo e Grupo Mello que não se iludam, os trabalhadores

jamais permitirão que os seus direitos contratuais sejam postos em causa» - previne a CT.

Na véspera da assinatura do protocolo com o Grupo Mello, a Comissão de Trabalhadores da Lisnave escreveu ao ministro da Economia, declarando que «não deixará de utilizar todos os meios ao seu dispor, se necessário, ir até às mais altas instâncias, para fazer valer os seus direitos, isto é, o direito a ser sujeito activo neste processo».



Uma numerosa representação de trabalhadores da Lisnave deslocou-se a Lisboa para participar na manifestação promovida pela CGTP a 22 de Março

Fenprof comenta financiamento do Ensino Superior

Para a Federação Nacional dos Professores, o projecto de lei aprovado pelo Governo na semana passada pretende «levar os estudantes do Ensino Superior Público a aceitar o princípio de uma propina de montante significativo» e «aumentar o apoio do Estado às Instituições de Ensino Superior Particular e Cooperativo».

A Fenprof, numa nota do seu Departamento do Ensino Superior, começa por observar que o Governo aprovou o projecto «em pleno período de férias da Páscoa». De seguida, alerta para o facto de que «a imposição do princípio de uma propina significativa no Ensino Superior Público visa abrir caminho ao seu aumento para valores progressivamente mais elevados nos próximos anos, no sentido de uma crescente desresponsabilização do Estado pelo ESP e de um aumento inoportuno do esforço que as famílias presentemente suportam». «Só este propósito justifica o preço que este Governo e o anterior se têm encontrado dispostos a pagar: a desestabilização do ESP» - acusa a federação.

Por outro lado, o Ensino Superior tem «elevados retornos que beneficiam toda a sociedade», pelo que, «encontrando-se o nosso país muito atrasado, no âmbito da União Europeia, relativamente ao número de licenciados na população activa, as medidas a tomar deveriam ir no

sentido da eliminação do sistema de *numerus clausus* e de um significativo reforço da acção social escolar, e não no sentido da aplicação de propinas elevadas».

A Fenprof considera que «o aumento do apoio aos estabelecimentos do Ensino Superior Privado e Cooperativo é absolutamente inaceitável, num quadro em que o Governo demonstra

ser incapaz de financiar o ESP ao nível necessário para a garantia da sua qualidade e para os imperativos da sua expansão, como ficou claramente demonstrado pelo corte de 4,5% que realizou no montante previsto para este ano por aplicação da fórmula de financiamento que tem adoptado na relação estabelecida com os representantes das instituições».

O Estado, pelo contrário, «tem que se responsabilizar integralmente pelo financiamento do ESP para que este possa cumprir autonomamente o seu papel no desenvolvimento da sociedade portuguesa, ao abrigo de imposições do poder económico e dos estreitos ditames do

mercado», defende a federação. Ao Ministério da Educação é exigido que concretize «de imediato contratos-programa e contratos de desenvolvimento acordados com as instituições do ESP, que tenham em conta a avaliação das suas dificuldades e necessidades, para a melhoria da sua qualidade e da relevância social das suas missões». Para isso «não seria necessária a aprovação pela Assembleia da República de uma lei de financiamento, mas tão-só vontade política do Ministério da Educação», conclui a Fenprof.

Pré-escolar

Também no Conselho de Ministros da semana passada foi aprovada a regulamentação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa expressou anteontem o seu protesto por não ter sido ouvida a Fenprof nem os sindicatos, enquanto representantes dos educadores, concluindo que «o Governo prescinde do diálogo com os professores» e quer «manter à distância os profissionais e a sociedade civil, aos quais irá, no entanto, buscar o dinheiro dos impostos para financiar um decreto-lei que privatiza a Educação Pré-Escolar».

Mais vale lutar

Dinamizar as lutas dos trabalhadores em defesa do emprego e dos direitos conquistados, pela redução efectiva dos horários e por significativos ganhos salariais foi um objectivo que marcou a preparação do plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, convocado para ontem à tarde, no Pavilhão Carlos Lopes. Em foco iam estar também o processo de revisão constitucional e os perigos contidos no acordo PS/PSD.

A União dos Sindicatos de Braga, cujo Conselho Distrital reuniu na véspera do 17º sábado de luta pelas 40 horas semanais, anunciou novas acções para 5 de Abril, em Moreira de Cónegos, e 9 de Abril, em Guimarães. A redução do horário, a contratação colectiva e a defesa da Constituição são os objectivos apontados para a «quinzena de acção sindical», marcada para a segunda metade deste mês. Do 1º de Maio, com comemorações distritais em Guimarães, a USB pretende fazer «uma grande jornada de luta contra a política de direita».

O STAL decidiu, caso o Governo continue a não dar resposta às reivindicações dos trabalhadores, realizar uma nova greve nacional da Administração Local, cujos contornos serão definidos amanhã pelo Conselho Geral do sindicato. Até final de Abril, decorre uma campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e de sensibilização da opinião pública. Para a primeira semana de Maio estão previstas deslocações de delegações regionais do STAL à residência oficial do primeiro-ministro. Para anteontem, ao fim da tarde, na Praça da Figueira, foi convocado pelo CESL um plenário de trabalhadores do comércio retalhista de Lisboa, sector onde a contratação colectiva não é revista desde 1993. Na proposta sindical entregue à União dos Comerciantes exige-se a reposição do poder de compra perdido.

A greve nacional de 26 de Março na construção civil teve uma adesão global de 30 por cento, segundo a federação sindical do sector, que salienta o facto de este resultado se verificar «apesar da precariedade no emprego, da repressão e da chantagem emocional» e de, em algumas empresas e grandes obras a adesão ter sido superior. Duas concentrações realizadas no Porto, junto às sedes das associações patronais, provocaram cortes de trânsito de meia hora.

Os trabalhadores dos museus e palácios estiveram em greve de 28 a 30 de Março, «para evitar que indevidamente os mandem trabalhar na Páscoa com ordens ilegais e pouco claras», como refere o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

ID apoia movimentos sociais

O Conselho Geral da Intervenção Democrática manifestou no passado sábado o seu apoio ao desenvolvimento dos movimentos sociais dos trabalhadores e das populações em defesa dos seus legítimos direitos e interesses.

Na reunião, que teve lugar em Lisboa, foi aprovado um documento sobre a situação política nacional, no qual a associação reafirma o seu apoio à CDU no início da batalha eleitoral autárquica.

As questões sociais têm peso significativo, igualmente, no plano de actividades da ID para o próximo ano, aprovado pelo Conselho Geral.

Por proposta da CDU

AM de Aveiro cria Registo de Interesses

A lei que determina a criação do Registo de Interesses, obrigatório para os deputados da Assembleia da República e membros do Governo, abre a possibilidade de ser criado um registo semelhante nas autarquias locais, desde que os respectivos órgãos deliberativos assim o decidam.

Partindo de tal possibilidade e invocando quer a necessidade de uma cada vez maior transparência da vida autárquica quer o perigo real de promiscuidade entre o funcionamento dos órgãos das autarquias e os interesses particulares de cada eleito, a CDU apresentou na Assembleia Municipal de Aveiro, em Maio do ano passado, uma proposta de deliberação para a criação de um tal Registo, na cidade da Ria.

Nessa altura a proposta não foi sequer admitida à discussão pela maioria da Assembleia Municipal, que invocou razões meramente formais, nomeadamente a pretensa necessidade de um tal assunto ser discutido com agendamento prévio na Ordem de Trabalhos e não como matéria do período de Antes da ordem do Dia.

Sem desistir, a CDU requereu à mesa o agendamento da proposta, o que veio a acontecer na primeira Sessão Ordinária deste ano.

Assim, culminando uma discussão que decorreu no passado dia 24 de Março, a AM de Aveiro deliberou, por maioria, «criar, nos termos da Lei, um registo de interesses nesta autarquia, registo que consiste na inscrição, em livro apropriado, de todas as actividades susceptíveis de gerarem incompatibilidades ou impedimentos e quaisquer actos que possam proporcionar proveitos financeiros ou conflitos de interesses».

Surpreendentemente, ou talvez não, apesar de uma correlação de forças muito adversa, a proposta da CDU recolheu doze votos a favor, três contra e sete abstenções. Com o único eleito da CDU votaram cinco do PS, quatro do PP e dois do PSD - os votos contra e as abstenções repartiram-se entre os outros elementos do PSD e do CDS/PP.

O resultado, claramente favorável à proposta da CDU, não espelha a incomodidade que transpareceu nas intervenções de alguns eleitos, nomeadamente entre os que votaram a favor ou que se abstiveram.

Terá, por isso, alguma razão, um jornal diário local que ao dar notícia da votação conclui que «o que é certo é que a proposta dos comunistas não poderia ser reprovada. O que iria o povo pensar?».

Para já, o Registo de Interesse passou. Os mais de 50 mil eleitores de Aveiro - um município que movimenta um orçamento na ordem dos 5 milhões de contos - estão na expectativa de poder vir a exercer uma nova forma de controlo dos actos públicos dos autarcas.

Mas, o que poderá ser uma novidade no exercício da transparência está longe de estar garantida.

De acordo com a deliberação aprovada, será uma Comissão da AM, com representantes de todos os agrupamentos políticos, a proceder à elaboração do regulamento do Registo de Interesses, podendo os trabalhos decorrer até à Sessão Ordinária de Dezembro.

Embora não seja de excluir a hipótese de os trabalhos da Comissão poderem vir a decorrer de forma positiva, o mais provável, tendo em conta a própria discussão, é que não exista empenhamento no seu funcionamento ou então que este venha a elaborar um Regulamento que não corresponda ao espírito da proposta apresentada pela CDU.

Refira-se, como exemplo, a tese defendida pelo responsável concelhio do PS, segundo a qual os membros da Assembleia Municipal não poderiam ser abrangidos pelo registo. Foram também evidentes teses restritivas da possibilidade do acesso dos cidadãos eleitores à consulta das informações inscritas naquele documento.

É por este conjunto de razões que a CDU/Aveiro e o PCP em particular, sem deixarem de sublinhar o significado da aprovação da sua proposta, que transforma Aveiro num concelho pioneiro nesta matéria, alertam para a hipótese de esta deliberação poder vir a ser esvaziada de conteúdo, ou anulada na prática, pelo comportamento ulterior das restantes forças políticas, o que, a verificar-se, não deixará de ser oportunamente denunciado.

■ António Salavessa

Exemplos concretos honestida

No próximo dia 12 de Abril, em Palmela, terá lugar a Conferência Nacional do PCP sobre as Eleições Autárquicas. Em conversa com o «Avante!», Luís Sá, membro da Comissão Política, falou sobre os objectivos da iniciativa, onde se aguarda a presença de cerca de 700 participantes que irão encher o novo Cine-Teatro S. João.

A escolha do local para a realização da conferência tem algum significado especial?

Fizemos questão que a conferência decorresse em instalações que reflectissem, elas próprias, a obra da CDU. O Cine-Teatro de Palmela é um exemplo de parte da obra que realizamos nas autarquias locais. É um equipamento recente recuperado pelo município, sem o qual não seria possível passar cinema e realizar outros espectáculos neste concelho situado em plena Área Metropolitana de Lisboa.

Quem vão ser os participantes na conferência?

Para além de numerosos convidados - onde se incluem membros do Partido Ecologista «Os Verdes», da Intervenção Democrática, independentes apoiantes da Coligação - vão estar na conferência eleitos autárquicos e dirigentes do PCP a nível nacional, regional e local, e camaradas ligados a várias frentes de intervenção do Partido. Parece-me que este último aspecto é de salientar, visto que entendemos que todo o Partido deve sentir-se mobilizado para as eleições autárquicas. É de rejeitar a ideia de que estas eleições são tarefa dos eleitos, ou dos responsáveis partidários pelo trabalho autárquico. É claro que não vamos parar a luta nas diversas frentes para disputar as eleições, mas todo o Partido tem de estar presente para disputar esta batalha.

Qual vai ser a ordem de trabalhos da conferência?

Haverá um único ponto: Eleições Autárquicas. A Conferência irá fazer o balanço do trabalho realizado, definir as linhas de intervenção tendo em vista não só a pré-campanha e campanha eleitoral como também a actividade dos eleitos CDU quer estejam em maioria ou em minoria no próximo mandato. Pretendemos destacar aquilo que está bem e reflectir sobre o que está menos bem e necessita de ser corrigido. Este é também o espírito dos encontros da CDU que já estão programados em vários concelhos do País e visam debater o futuro desses concelhos num quadro alargado.

Qual é a mensagem da campanha da CDU?

Temos de marcar a diferença em relação aos outros partidos. Dizer em que é que consiste no concreto o «trabalho, honestidade e competência». Explicar o que é o nosso «estilo diferente» de intervenção nas autarquias; não apenas na quantidade do que se faz mas também no modo democrático como se faz.

Vão ser anunciadas novas candidaturas na conferência?

Não. As eleições são municipais e de freguesia e nesse sentido

a apresentação de candidatos deve ser feita nas freguesias e nos concelhos. Não gostamos de privilegiar qualquer forma de candidatos a nível nacional ou regional e julgo que, de algum modo, isso podia desvirtuar a própria natureza das eleições. Estas têm naturalmente aspectos nacionais, alguns dos quais irão entrar no debate, sobretudo pelas suas incidências locais. Contudo, no que toca à escolha de listas e candidaturas, existe evidentemente uma coordenação global, mas fazemos questão de que seja descentralizada, respeitando a natureza e especifi-

petência e da sua adesão a um processo de transformação democrática e progressista das respectivas regiões. Mas temos também uma preocupação que nos parece importante que é a de incluir jovens e mulheres.

Quando há pouco referi a renovação de candidatos, pensava designadamente nos casos de Seixal e Sesimbra, onde os presidentes de Câmara, ambos autarcas há mais de duas décadas, foram substituídos na lista. Vamos ter mais exemplos semelhantes?

Tudo depende da avaliação que for feita em matéria de possibilidades de renovação. Nos dois casos que citaste, é natural que ao fim de 23 anos de mandato, pes-

mas em pessoas concretas. Aliás, alguém disse que a camisola de um clube pode ter grandes tradições mas é porque vai tendo alguém com qualidade que a vista. Portanto, é também compreensível que as pessoas liguem a obra realizada não apenas à força política mas também às qualidades pessoais de eleitos que admiram.

Cabe-nos demonstrar que estamos todos a aprender uns com os outros e que as pessoas agora propostas têm todas as condições de prosseguir e continuar a enriquecer um obra que naturalmente não pode parar.

A CDU conta concorrer em novas freguesias?

Os dados que dispomos indicam isso mesmo. Vamos apresen-

Conferência Nacional do PCP
O Poder Local e as Eleições Autárquicas

■ 12 de Abril 1997
■ Cine-Teatro S. João - Palmela



CDU é obra!

cidade destas eleições. Pensamos que na conferência, em vez de discutir-se pessoas, é importante discutir ideias e políticas.

Prevê-se que a conferência produza um documento estratégico global?

Sim. Da conferência sairá um documento que abordará aspectos importantes do trabalho realizado e terá linhas importantes de intervenção para o futuro, quer no plano dos princípios globais da Coligação, quer concretamente em cada área de actividade das autarquias locais.

A renovação de candidatos é uma orientação nacional da CDU?

A posição da continuidade do que pode e deve continuar e da renovação do que pode ser renovado está definida a nível nacional e está a ser executada ao nível de cada concelho e de cada freguesia. Mas não só. Existem outras orientações globais. Refiro-me nomeadamente à ideia de unidade e de máxima abertura possível na constituição das listas...

... Isso implica a participação de independentes.

Exacto. Somos provavelmente a força política com maior percentagem de independentes nas suas listas. O maior ou menor grau de abertura a independentes baseia-se numa ideia fundamental: as pessoas têm de dar garantias de trabalho, honestidade e com-

soas como o Eufrazio Filipe ou o Ezequiel Lino queiram fazer mais coisas na vida e penso que podem fazer essas coisas com vantagem para o Partido e para a população dos respectivos concelhos, regiões ou país.

Não há o receio de que a votação na CDU se ressentia dessas substituições?

Penso que existe esse risco. Muitas pessoas personificam a obra feita não propriamente numa força política ou num projecto

tar listas em mais freguesias. Em alguns distritos este aumento pode ser substancial, o que é particularmente importante uma vez que terá reflexos eleitorais não só nas freguesias mas também nas eleições municipais...

... e reflexos também na percentagem nacional?

Eventualmente também, embora na maior parte dos casos se trate de freguesias muito pequenas que podem não ter um grande impacto a nível nacional. Porém,

Forum em Vila Franca de Xira

Começa hoje um ciclo de debates públicos denominado «Forum da CDU Vila Franca de Xira Século XXI». Esta iniciativa foi decidida pelo encontro concelhio da Coligação realizado em Fevereiro último decorre até ao próximo dia 11, estando calendarizadas doze sessões em 11 freguesias do concelho.

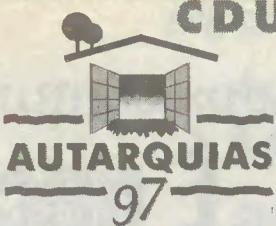
Cada debate, dedicado a um tema específico, foi já antecedido de três reuniões preparatórias abertas à população, entidades que exercem actividade no concelho, instituições, técnicos e outros interessados, tendo uma participação superior a 200 pessoas.

A ideia de realizar um amplo debate sobre o futuro do concelho foi apresentada pela primeira vez, em 21 de Setembro do ano passado, pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, visando que os órgãos autárquicos do concelho fossem os promotores da iniciativa.

Porém, o PS e o PSD discordaram da proposta alegando havendo eleições autárquicas no final de 1997 não se justificaria o debate. A CDU não aceitou o argumento deixou claro que o período eleitoral não é para enganar mas sim para discutir abertamente o trabalho realizado e as formas de continuar a garantir o caminho do progresso do concelho.

Em debate vão estar temas como a integração social e comunitária, desporto, habitação, ambiente, cultura e património, ordenamento e urbanismo, movimento associativo, desenvolvimento económico, acessibilidades, transportes e estacionamento, educação e ensino, juventude.

do trabalho, de e competência



Entrevista com Luís Sá

frequentemente a própria formação das listas permite criar estruturas da CDU e inclusive do Partido onde pura e simplesmente não existiam. Ou seja, através deste esforço consegue-se não só uma maior implantação do Partido como um maior equilíbrio regional dessa implantação.

A CDU irá então concorrer em freguesias onde as possibilidades de eleger candidatos são muito reduzidas.

Sim. Temos exemplos de listas que estão a ser formadas em freguesias onde se sabe que será muito difícil eleger alguém. Não obstante, só o facto de se criarem estruturas locais é já muito importante.

Até às eleições, as regras vigentes poderão ser alteradas?

O que poderá ainda acontecer até às eleições é a introdução de listas de cidadãos independentes nos municípios. Na realidade tratase de listas formadas por grupos de cidadãos eleitores tal como já existem para as freguesias...

Qual é a expressão dessas listas actualmente?

O número de listas de cidadãos eleitores é relativamente diminuto, não chegando a 10 por cento do total das freguesias. Mas, na maior parte dos casos, não se trata verdadeiramente de cidadãos independentes mas sim de listas fomentadas e organizadas pelos partidos políticos como modo de camuflar acordos a nível local que não são abertamente assumidos.

Mas o acordo de revisão constitucional vai mais longe...

É difícil falar de um acordo do qual, de vez em quando, vem a público uma nova cláusula secreta. Porém, o que está anunciado é que as alterações que serão feitas

não vão ter repercussões imediatas, até porque uma das tendências deste acordo é precisamente desvalorizar a Lei Fundamental e remeter aspectos importantes que deveriam estar na Constituição para leis futuras, que poderão ser de negociação e aprovação demorada. O «modelo de designação» das câmaras municipais pode ser um destes aspectos.

Quer isso dizer que os executivos municipais poderão ser constituídos por um só partido?

O acordo não diz exactamente qual é o modelo, mas é certo que põe em causa a garantia de câmaras eleitas por representação proporcional e portanto com garantia de pluralismo. Conhecendo as propostas do PS e as do PSD nesta matéria, não temos dúvidas de que o resultado será preocupante.

A CDU perderia numerosos vereadores em todo o país...

A CDU perderia tal como o PS e o PSD perderiam muitos vereadores nas câmaras em que estão em minoria. O que me parece é que estamos perante concepções diferentes do poder local. Nós estamos empenhados em aglutinar todos aqueles que querem contribuir para o progresso da sua terra e não temos medo rigorosamente nenhum de câmaras em que estejam presentes os vários partidos políticos. Em contrapartida, os outros partidos difundem a ideia de que as câmaras plurais não são governáveis quando a prática demonstra exactamente o contrário. Não só são perfeitamente governáveis e realizam obra, como as propostas e o controlo de gestão efectuados pelos partidos em minoria têm muitas vezes um valioso papel dinamizador do poder local democrático do nosso país.

■ CN

Almodôvar «Vamos ter um bom resultado»

Que comentário fazes ao caso de Almodôvar?

Não me parece que mereça grandes comentários. Temos casos de candidatos de outros partidos que aderiram ao projecto da CDU. Posso dizer que estive recentemente em Almodôvar na apresentação do candidato da CDU e penso que a coligação vai ter um bom resultado e conseguir uma boa representação na Câmara.

Mas não admities que em Almodôvar a convergência com o PSD poderia garantir a derrota do actual executivo e a possibilidade de melhorar a gestão da Câmara? Esta é pelo menos a convicção do militante comunista que surge ao lado do candidato social-democrata.

Não se trata de um militante comunista.

Mas mostrou o seu cartão de militante do PCP às câmaras da televisão.

Sim, mas ele sabe que já não tem essa qualidade. De qualquer modo, independentemente de aspectos gerais (é sabido que o PSD e a CDU não têm o mesmo projecto, a nível nacional ou sequer a nível das autarquias locais), não podemos pegar nas votações do PSD e da CDU e somá-las simplesmente.

Quando se faz uma aliança desse tipo há eleitores de qualquer das partes que não estão de acordo e não votam. Em Almodôvar, estou convencido que uma aliança seria para além de tudo ineficaz. Mas mesmo assim, qualquer coligação formal, admitindo por absurdo que ela tivesse algum interesse, teria de ser subscrita pelo líder do PSD e pela Direcção do PCP. Nós desafiamos quem defendeu essa aliança que demonstre que o PSD estaria disposto a fazer uma aliança formal com o PCP...



Contudo, em muitas autarquias, nomeadamente onde a CDU não tem a maioria absoluta, consegue-se chegar a acordos com eleitos do PSD.

Isso tem a ver com a chamada governabilidade das câmaras e com características pessoais. Há de facto determinados acordos que são feitos no sentido de garantir que os instrumentos fundamentais de gestão sejam viabilizados. É um processo que passa pela distribuição de pelouros e eventualmente pela negociação de acordos pontuais. Neste plano, negociamos com quem quer seguir uma política construtiva e não de terra queimada, importando o contributo para o trabalho e não a origem partidária.

Mas uma coisa é um acordo pré-eleitoral, que pressupõe um acordo global para o futuro de um município e uma proximidade suficientemente grande de posições para travar uma batalha eleitoral em conjunto. Outra, completamente diferente, é um acordo pós-eleitoral que implica apenas negociar a distribuição de pelouros e a viabilização dos principais instrumentos de gestão, como sejam os planos de actividade, orçamento ou outros.



A CDU tem um projecto para desenvolver o concelho de Almodôvar, no distrito de Beja

Nota da Coordenadora Nacional da CDU

Preparação das eleições decorre em bom ritmo

1. A Comissão Coordenadora Nacional da CDU, reunida em 26 de Março de 1997, analisou a preparação das eleições autárquicas e concluiu que os trabalhos decorrem em bom ritmo. As dezenas de candidaturas a presidências de câmaras e assembleias municipais já anunciadas e as que o serão nas próximas semanas resultaram em geral de uma larga auscultação e estão a merecer amplos apoios. A formação de listas decorre igualmente no quadro de um largo debate democrático.

A Comissão Coordenadora salienta o importante esforço de alargamento político, e em particular a perspectiva de uma importante participação de independentes, que assegura que a CDU se confirme como um espaço de unidade de todos os que querem, na base da honestidade, do trabalho e da competência, contribuir para o aprofundamento do exercício do poder local democrático e para o progresso das suas terras.

2. A CDU denuncia o abuso de poder que se tem vindo a verificar com vista às eleições autárquicas, em especial a instrumentalização partidária de governos civis, Comissões de Coordenação Regional e de outros órgãos da Administração Central, bem como de acções ditas de tutela inspectiva.

3. A Comissão Coordenadora denuncia o facto de após a aprovação na generalidade no dia 2 de Maio de 1996 dos projectos de lei do PCP, PEV e PS e apesar do apoio no debate público e na consulta às assembleias municipais se ter verificado o bloqueamento do processo de regionalização, para o que contribui o vergonhoso acordo de revisão constitucional entre o PS e o

PSD. Na verdade, o acordo PS-PSD nesta matéria destina-se claramente a dificultar, porventura a inviabilizar, o processo de regionalização. É disso exemplo, entre outros aspectos, a dependência da validade do referendo da participação de metade dos inscritos no recenseamento eleitoral, sabendo-se que muitos destes são cidadãos falecidos e eleitores que mudaram de residência e não foram eliminados nos cadernos eleitorais. O PS não pode honestamente esperar, de resto, que os adversários da regionalização facilitem a aprovação da lei do referendo, ou que os que combateram este absurdo acordo viabilizem aquilo com que não concordam. As suas promessas e prazos que anuncia são, assim, seguramente hipócritas, já que o PS não pode desconhecer que colocou a regionalização nas mãos do PSD e dos seus inimigos.

A Comissão Coordenadora da CDU reitera a sua convicção de que a regionalização do País corresponde a dotar de representatividade e legitimidade, resultante do voto, estruturas de poder próximas das já existentes a nível regional. Nesse sentido, pode contribuir para alargar a democracia representativa e, em geral, para enriquecer a democracia portuguesa. Poderá igualmente contribuir para o alargamento da democracia participativa, o que será facilitado pela aproximação do poder das populações e pela própria imposição de este prestar regularmente contas da sua actividade. Poderá também contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural das regiões caso os órgãos a eleger nisso se empenhem e se forem dotados das possibilidades legais e dos recursos financeiros necessários e caso saibam mobilizar as populações e os agentes eco-

nómicos e captar os financiamentos para essas tarefas. As regiões administrativas poderão ainda contribuir para a reforma democrática da Administração Pública na medida em que favoreçam a descentralização e a desburocratização. Finalmente, a regionalização poderá contribuir para defender a autonomia municipal, na medida em que a criação das regiões sirva para pôr termo a ingerências abusivas da Administração Central nos municípios, designadamente por via das Comissões de Coordenação Regional, e na medida em que é vedado pela Constituição transferir atribuições municipais para as regiões.

4. A Comissão Coordenadora da CDU pronuncia-se contra o acordo de bastidores sobre a revisão constitucional que o PS e o PSD estabeleceram de que resultam prejuízos para a democraticidade do regime e do próprio processo de revisão e para a própria Lei Fundamental. Para além de outros aspectos, deste acordo poderão, em especial resultar prejuízos para a democraticidade, proporcionalidade e pluralismo das câmaras municipais.

A CDU apela para que as populações e a opinião pública se mobilizem em torno das importantes batalhas que se colocam ao povo português, quer se trate da revisão constitucional, quer da regionalização, quer dos problemas económicos e sociais, em especial aos trabalhadores.

5. A Comissão Coordenadora anuncia que promoverá no próximo mês de Maio uma iniciativa de âmbito nacional, com a participação de diversos activistas, em que será aprovado um Manifesto que conterà os princípios gerais para intervenção nas eleições autárquicas.



COIMBRA

Moeda Única em debate

Integrado na jornada de esclarecimento do PCP contra a moeda única e exigindo um referendo nacional, realizou-se no passado dia 20 de Março, um debate público em Coimbra, na Casa Municipal da Cultura, subordinado ao tema «Portugal e a Moeda Única», com a participação de Octávio Teixeira, da Comissão Política do PCP, e Maria do Carmo Tavares, do Comité Central. O debate, no qual participaram cerca de 100 pessoas, foi moderado por Hermínio Martins, da Direcção da Organização Regional de Coimbra.

ALENTEJO

Região com potencialidades

Palco de «desfile interminável» de governantes, a Ovíbeja foi recentemente aproveitada pelo Governo para, através de discursos e declarações, «pintar de cor-de-rosa o Alentejo», e dar a ideia de que a recuperação está em marcha, estando também em vias de concretização o Plano de Emergência e um plano integrado de desenvolvimento para o Alentejo.

Tudo «mentira e demagogia», acusa o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP. O Alentejo continua a desertificar-se e o número de desempregados ronda os 40 mil (só em 1996 o Alentejo perdeu 4.000 habitantes e 1.000 empregos). Não existe qualquer plano integrado de desenvolvimento ou Plano de Emergência. A mina de Aljustrel mantém-se encerrada. O Alentejo continua a ser discriminado na distribuição das verbas do 2º Quadro Comunitário de Apoio.

O Governo apresentou agora a Ovíbeja como um exemplo de progresso quando o que esta feira evidencia é aquilo que o PCP sempre disse: que o Alentejo não é uma região pobre - como se diz para justificar a crise que nele se vive -, mas uma região com recursos e potencialidades, designadamente na área da agricultura. As populações do Alentejo anseiam por uma nova política, dizem os comunistas, e por isso cada vez mais se aproximam do PCP, como testemunham as 500 adesões ao Partido verificadas no decurso de 1996.

CANTANHEDE

Transportes não satisfazem

«A cidade e o concelho de Cantanhede merecem melhores transportes», considera a Comissão Concelhia de Cantanhede do PCP, denunciando a degradação do Ramal do Caminho-de-Ferro da Figueira-Pampilhosa (com ligação a Coimbra), que «servindo mal» e criando «descontentamento» abre caminho à privatização ou mesmo ao seu encerramento.

Os horários não satisfazem nem quem trabalha na Figueira nem quem trabalha em Coimbra e o número de comboios não é suficiente, prosseguem os comunistas. Quanto às camionetas da AVIC, com horários também inadequados, são «autênticas peças de museu».

Sobre a eventual transformação da linha de Caminho-de-Ferro em metro de superfície - em cuja exploração as Câmaras poderiam entrar -, o PCP expressa algumas dúvidas. O que aconteceria ao transporte de mercadorias? Aguentaria a Câmara e organismos associados financeiramente tal projecto? Não implicaria uma tal solução o fim dos passes sociais e de outras regalias?

Considerando que os preços actualmente praticados pela CP, embora elevados para as possibilidades económicas das populações, são moderados se em comparação com os da AVIC, os comunistas afirmam ser do «interesse do concelho e da cidade que estes serviços continuem a ser prestados pela CP, nas mãos do Estado».

ÉVORA

Acordo de revisão fere autonomia

A Comissão Concelhia de Évora do PCP, recentemente reunida, analisou a situação política, económica e social local e nacional, merecendo-lhe particular repúdio o acordo PS/PSD para a revisão da Constituição.

Com este acordo o PSD obteve posições que sempre reivindicou, afirmam os comunistas alertando para o significado das alterações ao sistema eleitoral que, pondo em causa a representatividade eleitoral, pretendem afastar «administrativamente o PCP da esfera do Poder».

Em matéria de Poder Local, a Comissão de Évora diz que o acordo visa pôr fim à eleição directa das Câmaras, «ferindo gravemente a autonomia e funcionamento democrático das autarquias». Quanto à preocupação manifestada pelo PS de aproximar os eleitos dos eleitores, ela não passa de «demagogia», pois o que os socialistas realmente pretendem é «instrumentalizar os cargos públicos» e «distribuir tachos».

Encontro dos comunistas dos CTT É necessário diversificar serviços

Com o objectivo de preparar a Assembleia de célula, que se realiza no próximo sábado, os militantes comunistas dos CTT realizaram recentemente um Encontro onde analisaram a situação dos Correios e definiram as orientações que entendem necessárias para a rentabilidade da empresa e a defesa dos seus actuais postos de trabalho.

Os Correios, apesar da sua actividade ter decrescido em favor sobretudo do telefone, são fundamentais. Em termos económicos porque são uma actividade imprescindível ao desenvolvimento económico, em termos sociais porque podem propiciar a criação de emprego.

Esta é a opinião dos comunistas dos CTT que, no Encontro que recentemente realizaram, prestaram particular atenção a seis aspectos do sector: a liberalização; a concorrência; as novas exigências que se lhe colocam; as consequências desta situação para os trabalhadores; o necessário desenvolvimento da luta e fortalecimento das estruturas dos trabalhadores; o reforço do PCP como condição fundamental para a defesa dos direitos dos trabalhadores e de um serviço público e de qualidade.

Quanto à liberalização, ela é, segundo os comunistas, suportada em primeiro lugar pelas «concepções do capital que orientam a integração europeia» e que, tudo sacrificando à lógica do lucro, mantêm por trás da política comunitária os interesses das grandes multinacionais.

A verdade - prosseguem os comunistas - é que não se pode exigir a uma empresa que preste um serviço social sem que por isso tenha qualquer compensação. A reserva de serviços - definidos por critérios de rentabilidade - poderá ser um contributo para essa compensação.

Outra razão que impulsiona a liberalização, é a facilidade com que é possível instalar serviços postais por empresas sem estrutura, empregados fixos ou mesmo equipamentos.

Por fim, cabem responsabilidades às próprias administrações que chegam a pretender sobreviver sem qualquer reserva de mercado, copiando o pior dos seus concorrentes, ou seja, o aumento da produtividade através da diminuição da cota de serviço social e da perda de qualidade nos serviços menos rentáveis, a precarização do emprego, a diminuição de direitos.

Uma concorrência desleal

Os Correios enfrentam vários tipos de concorrência, designadamente a tecnológica, que tende a substituir o tráfego tradicional por correio electrónico, transferência electrónica de fundos, consultas de dados em computadores, etc.

Defende assim o PCP que a empresa, tendo embora como objectivo principal o correio, não se limite a essa actividade e se prepare para prestar novos serviços, posicionando-se ainda como distribuidora de bens e serviços - através da sua enorme rede de balcões - e como entidade prestadora de serviços financeiros modernos.

Desde que sejam criadas condições leais de concorrência, os CTT podem enfrentar com êxito o desafio que se lhes coloca. Não podem é aceitar uma concorrência que ignora direitos fundamentais dos trabalhadores.

Paralelamente, nas áreas abertas à concorrência, é preciso exigir a regulamentação dos serviços de distribuição e a respectiva fiscalização por parte do ICP, podendo os correios intervir onde considerem ter condições para isso.

Para além de uma política mais agressiva de divulgação dos seus serviços, os comunistas defendem a prestação de novos serviços (correio híbrido, por exemplo) e condenam a utilização pelos CTT de viaturas alugadas - que

facultam à concorrência informação sobre os serviços que prestam.

Quanto à concorrência internacional, mais difícil de combater, é indispensável a revisão dos acordos sobre os encargos terminais, de forma a garantir compensações aos países de destino em função da qualidade dos serviços prestados.

CTT - uma empresa-padrão

A actividade dos Correios está condicionada, pois, por exigências de mais rapidez e segurança, de entregas em horários mais alargados, menos correspondência tipo clás-



sico, exigência de prestação de serviços financeiros mais modernos.

Estes aspectos - que alteram profundamente o perfil da actividade tradicional -, podem originar controlo ilegítimo sobre o desempenho profissional dos trabalhadores e traduzir-se por abandono de direitos, designadamente o direito à greve em serviços urgentes.

Neste contexto, o PCP considera que uma empresa como os CTT é absolutamente insubstituível como padrão de qualidade, de sigilo, de capacidade de prestar serviço social público, função tanto mais importante quanto maior for a proliferação de empresas sem controlo legal adequado.

Estudos europeus prevêem um decréscimo de 5 a 20 por cento do número de trabalhadores ligados ao manuseamento do serviço postal e uma grande redução de postos de trabalho no Operador Público. Os comunistas entendem, no entanto, que os CTT devem assumir a sua quota de responsabilidade na criação de emprego, mantendo, pelo menos, o nível de emprego actual.

Entretanto, mantém-se a alteração verificada na qualidade do emprego, com o recurso exagerado e ilegal ao trabalho a termo, a recibo verde (em situações de «trabalho por conta de outrem»), ao trabalho temporário e tentativas de trabalho a tempo parcial.

Direitos a defender

O Encontro dos comunistas apontou, assim, como orientação fundamental a defesa da integração dos contratados em postos de trabalho permanentes e a negociação de

um contrato colectivo de trabalho para o sector que abranja o conjunto das empresas privadas, onde o trabalho é realizado sem a cobertura de contratação colectiva e sem respeito pelos direitos dos trabalhadores.

O argumento da concorrência é também usado para desregulamentar os horários e pressionar os trabalhadores à aceitação de postos de trabalho não estáveis. E, paralelamente à prática abusiva de horas extraordinárias, a mobilidade permanente de posto de trabalho conduz, na opinião dos comunistas, à degradação da qualidade de serviço e ao desinteresse pelo cumprimento dos objectivos, razão por que defendem o fim deste tipo de abusos e a recusa da desregulamentação de horários.

Apesar de os dois maiores grupos profissionais dos CTT - os Carteiros e os Técnicos Postais e de Gestão -, serem por definição polivalentes, verifica-se cada vez maior indefinição das suas funções e um esvaziamento do conceito de categoria e de carreira profissional. Ou seja, por um lado propõe-se o alargamento do leque de funções e, por

outro, individualiza-se cada vez mais as tarefas, através da atribuição de prémios, subsídios e comissões ligados a uma tarefa concreta e restrita.

Esta mobilidade e polivalência, dificultando o controlo do desempenho das funções e dos resultados, tornam a avaliação dos trabalhadores cada vez mais arbitrária e cada vez mais difícil a aceitação por parte destes de critérios de promoção que não se baseiem na antiguidade. Por outro lado, verifica-se a tentativa permanente de reduzir benefícios de carácter social e a degradação ou mesmo eliminação dos serviços de saúde prestados pelos CTT.

Face à situação, os comunistas concluíram pela necessidade de intensificar a acção reivindicativa para a resolução dos problemas dos trabalhadores e o melhoramento da sua qualidade de vida, assumindo o SNTCT e a Comissão de Trabalhadores um importante papel nesta luta.

Para a garantia de um serviço público de qualidade, da manutenção do emprego e dos direitos dos trabalhadores é condição fundamental o reforço do PCP. O Encontro de comunistas aponta para isso uma série de medidas organizativas: a definição de responsáveis pelo trabalho dos Correios nas Direcções Regionais onde os não haja; o funcionamento regular das células; o recrutamento de novos militantes; a realização de debates e acções públicas; a publicação regular de comunicados; o funcionamento regular da Coordenadora Nacional do PCP para os Correios e uma maior articulação com o Grupo Parlamentar do PCP e com os deputados do PCP no Parlamento Europeu.

SESIMBRA

Eurodeputado debate pescas

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, o eurodeputado comunista Honório Novo encontrou-se com a Associação de Armadores de Pesca do Centro e Sul e com a Associação dos Pequenos e Médios Armadores da Pesca Artesanal e da Construção Naval, seguindo-se-lhe um almoço com pescadores numa loja de campanha. Honório Novo informou os armadores e pescadores sobre as consequências da falta de um plano nacional de defesa da pesca face ao Plano de Ordenamento das Pescas da Comunidade Europeia - prestes a aprovar - e destacou as posições do PCP em defesa da Pesca e que passam, nomeadamente, por uma atitude de firmeza do Governo português em defesa da reserva do mar continental para a frota portuguesa. Apoiando os armadores no seu repúdio pelas cedências do Governo à chantagem da Comissão Europeia Ema Bonino, no que diz respeito à suspensão dos meios financeiros do IFOP para a modernização da frota - que neste momento, só em Sesimbra, bloqueia mais de 180 projectos a que é necessário dar resposta -, o PCP manifesta a sua disponibilidade de lutar em defesa do plano da sardinha e de estudos científicos sobre stocks que contem com a «experiência daqueles que conhecem o mar».

BRAGANÇA

Grandes superfícies ameaçam comércio

Dirigindo-se aos pequenos e médios comerciantes de Bragança, a Comissão Concelhia do PCP, depois de valorizar a função social do comércio - vitalizadora do tecido social urbano da cidade -, manifesta-se preocupada com a concorrência que lhe é movida pelas grandes superfícies, em particular com a liberalização dos horários. A existência em Bragança de 4 a 5 superfícies representará a ruína do pequeno comércio, afirmam os comunistas. Isto, não falando já dos postos de trabalho, na sua maioria subsidiados pelo Estado ou precários e sob a figura de *arrumadores de prateleiras*, sem segurança social e outros direitos contratuais. Solidária com a defesa dos interesses do comércio de Bragança, a concelhia do PCP manifesta a sua disponibilidade para apoiar os comerciantes de Bragança e a sua associação de classe, a ACIB, «no sentido de levar os seus anseios à Assembleia da República ou junto de outros órgãos de soberania».

LISBOA

Faltam médicos de família

No Dia Nacional do Utente da Saúde, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP salientou a actualidade e validade de um Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito. Na opinião dos comunistas, as sucessivas políticas neoliberais dos governos de direita arrastaram o Serviço Nacional de Saúde para uma grave crise, orientada para a redução da despesa pública e para a procura do lucro. Traduzindo-se designadamente na privatização do serviço e gestão de equipamentos de saúde, esta política conduziu a uma quebra de qualidade e nível de atendimento - falta de médicos de família, dificuldades de acesso aos Cuidados Primários e a consultas hospitalares e ao fecho de Serviços de Atendimento Permanente. Apesar de inúmeras declarações e promessas, o PS não tem vontade de empreender as alterações que o sector exige, afirma a DORL do PCP. Urge uma reforma democrática do SNS, só possível com a mobilização dos profissionais da saúde, dos utentes e da população em geral, defendem os comunistas, saudando, neste dia, os utentes, as organizações e entidades que lutam por uma «política de saúde centrada no cidadão» e por um SNS para todos e com a assunção da responsabilidade do Estado.

BRAGA

Têxteis prosseguem luta

Depois de constatar os nítidos sinais de uma grande «operação de imagem» por parte do Partido do Governo no quadro político actual, designadamente no que respeita à Regionalização, à moeda única e ao acordo PS/PSD para a revisão constitucional, a Direcção da Organização Regional de Braga, na sua última reunião, analisou as questões mais importantes da situação política e social do distrito. Denunciando «a burla das 40 horas», os comunistas sublinham a luta dos trabalhadores do sector têxtil que, ao entrarem na 17ª semana, com greves, concentrações, plenários e manifestações, continuam a dizer «não» ao corte das pausas e intervalos e a exigir a redução efectiva do horário de trabalho. Saudando ainda a luta dos trabalhadores da Grundig contra o desemprego e a precarização, o PCP apela aos trabalhadores do distrito, às organizações sindicais e de empresa, para que enviem os seus pareceres e dêem o seu apoio ao projecto de lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República - actualmente em fase de debate -, que visa acabar com interpretações que abusivamente pretendem retirar aos trabalhadores um direito adquirido.

Ensino da Literatura em debate no «Vitória»

Realizou-se, no passado dia 19 de Março, no Espaço Cultural Vitória, o segundo debate do ciclo «Serões do Vitória», promovido pela Comissão para a Cultura Literária do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP. Este debate, subordinado ao tema «O ensino da Literatura», contou com a participação de Manuel Gusmão e Urbano Tavares Rodrigues, membros do Partido, e dos convidados Teresa Almeida e João de Melo.

«Direi então que a literatura conhece a linguagem, os humanos que historicamente vamos sendo, e os mundos do mundo histórico que habitamos.»⁽¹⁾

Os Serões do Vitória têm como objectivo não só animar o Espaço Cultural mas, também, trazer a lume temas relacionados com o livro, a literatura, as bibliotecas, enfim, a cultura literária em geral, discutindo-os de forma séria e em ambiente informal. Foi isto que aconteceu.

Urbano Tavares Rodrigues, o primeiro orador, falou da sua experiência pessoal, enquanto professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Afirmou programar as suas aulas tendo em conta três vectores fundamentais: estética, ideologia e idiossincrasia, não separando nunca a obra literária do contexto histórico em que foi produzida. Sem que fosse seu objectivo fazê-lo, afirma ter conseguido conduzir

muitos dos seus alunos às ideias marxistas.

Também João de Melo preferiu falar da sua experiência enquanto professor. Leccionando há vários anos na Escola Secundária de Odivelas, traçou uma perspectiva bastante negra acerca da relação que a maior parte dos seus alunos estabelece com a literatura. Considera que os programas estão elaborados de forma deficiente, não marcando a distância necessária entre o ensino da Literatura e o ensino da língua. O autor de «Gente feliz com lágrimas» referiu ainda, e em jeito de curiosidade, como «O Memorial do Convento» foi eliminado aquando da selecção da obra literária contemporânea a ser trabalhada em determinado ano lectivo,

apenas porque o seu autor, José Saramago, é comunista.

As intervenções de Manuel Gusmão e da professora Teresa Almeida foram de uma outra índole. Ambos optaram por uma análise mais alargada, relacionando literatura e sociedade. Assim, na qualidade de professora de literatura na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Teresa Almeida mostrou a sua preocupação em relação à situação que se verifica nos Estados Unidos, onde a Literatura parece estar a ser progressivamente substituída pelos chamados Estudos Culturais.

Manuel Gusmão, professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mostrou também a sua preocupação em relação à forma como a literatura tem sido encarada nos últimos anos. Na verdade, a literatura tem vindo a ser considerada como um desvio ou um parasita da linguagem, havendo mesmo quem defenda que não faz sentido ensiná-la nas escolas. Enquanto linguagem desviante, ela dificultaria a aprendizagem da língua. Do sistema de produção de conhecimento capaz de reflectir sobre outros sistemas e sobre si próprio, passa então a literatura, aliás a par com a ciência, a bem de «consumo psicológico», irrelevante para o «desen-

volvimento» do país, e logo reservado àqueles que possam perder tempo com os altos valores do espírito.

Depois das intervenções iniciais, seguiu-se animado debate para o qual muito contribuiu a participação da assistência, da qual faziam parte muitos professores e alunos de literatura.

A literatura é um elemento fundamental para o conhecimento do próprio homem, para o estabelecimento da sua identidade e para o desenvolvimento da sociedade em geral. Daí que «aprender» literatura seja um direito de todos e não um luxo reservado às elites, valendo talvez a pena pensar em como determinadas posturas são o reflexo directo de uma forma definida, e preocupante, de encarar a arte e a cultura, e a merecer a luta dos comunistas. Estas algumas conclusões a tirar do debate.

«Direi então que a literatura, o modo como o fazemos, como a usamos ou lidamos com ela, é parte de algumas formas de vida históricas (e trans-históricas), sem as quais algo nos seria amputado dos nossos possíveis. É claro que também a ética e a ideologia andam por aqui.»⁽²⁾

^(1 e 2) GUSMÃO, Manuel, «Literatura e Conhecimento», in Românica - Revista de Literatura, nº 4, Lisboa, Cosmos, 1995.

Angra do Heroísmo

Governo ignora problemas

Na conferência de imprensa que na passada quinta-feira realizou, o Secretariado do PCP na Ilha Terceira denunciou alguns aspectos da actuação do Governo Regional e da Câmara de Angra do Heroísmo na Ilha.

Em relação designadamente à Marina de Angra, os comunistas entendem que esta não mereceu os devidos cuidados, sendo grave que a Câmara Municipal considere que o estudo do LNEC em curso não é vinculativo, quando só esse estudo determinará as condições para a sua construção.

Considerando impensável que a Câmara não se preocupe com um Terminal de passageiros no Porto das Pipas, e aposte eleitoralmente numa Marina, o PCP defende que aquele Porto seja remodelado de modo a responder às solicitações de ligação interilhas.

Quanto às estradas do concelho de Angra, elas estão degradadas «em mais de 80

por cento», encontrando-se também as calçadas das ruas em péssimas condições e as obras de saneamento atrasadas.

Também a habitação não merece o interesse do Governo Regional, acusam os comunistas, afirmando que os protocolos para a habitação social não passam do papel e defendendo a resolução dos graves problemas sociais na freguesia de S. Mateus e a rápida construção do Bairro da Carreirinha, na freguesia de S. Bento.

Inadmissível também, afirma o PCP, é que a edilidade ignore a construção do Centro Cultural de Angra do Heroísmo, promessa com oito anos, para a qual a Câmara diz agora já não ter dinheiro, propondo-se recuperar o espaço arquitectónico da ex-Praça de S. João.

Outras questões que mereceram a atenção do PCP foi o processo de instalação da cadeia de Angra (a rebentar pelas costuras)

nos terrenos e instalações dos Gaiatos e a necessidade de criação de um Centro de Tratamento e Reabilitação de Toxicodependentes a nível da Ilha ou a nível das Ilhas do grupo central.

Quanto ao Matadouro de Angra, é preciso saber no concreto o que lá se passa, não podendo os Serviços Veterinários e a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente ignorar anomalias graves que eventualmente prejudiquem a saúde humana e lancem o descrédito na lavoura.

Finalmente, depois de propor que a Câmara explique e averigue até às últimas consequências o que aconteceu ao projecto do Hotel da Silveira, os comunistas da Ilha Terceira defendem a realização de um referendo sobre a adesão à moeda única e desafia os outros partidos políticos nos Açores a explicar as consequências dessa adesão.

Iniciativa e criatividade animam Campanha de Fundos

As informações chegadas à Redacção do «Avante!» continuam a dar conta de uma intensa actividade na programação das iniciativas para o cumprimento das metas definidas para cada sector de actividade do Partido, nesta Campanha Nacional de Fundos que visa alcançar os 200 mil contos até ao fim do ano.

Referimos alguns exemplos conhecidos.

No secretariado de uma importante Organização Regional, planificaram a Campanha tomando por base o cálculo das necessidades financeiras para todo o trabalho à volta das eleições autárquicas, partindo daí para a definição das metas a alcançar em cada concelho e em cada freguesia do respectivo distrito. Noutra Organização, a par de iniciativas várias, resolveram planificar o contacto directo com todas as

pessoas próximas do Partido e da CDU que, por um ou outro motivo, têm estado à margem de actividades concretas, no sentido de as motivar a participarem na Campanha em curso com a sua contribuição. Noutros sectores faz-se a planificação da venda de cupons de valor facial correspondente aos diversos extractos sociais possíveis de sensibilizar no decorrer da Campanha.

Em muitas localidades projectam-se iniciativas de convívios, almoços, jantares e piqueniques de confraternização no âmbito da recolha de fundos para a Campanha, antecedidas da angariação dos produtos necessários à confecção das refeições.

Por toda a parte, a organização, a iniciativa e a criatividade, aliadas ao trabalho colectivo, são ideias-força que animam toda a Campanha.

Gestão da EDP visa privatização

Embora de forma diferente, também o Governo do PS, tal como o Governo do PSD, quer privatizar a EDP e alterar a lei de delimitação de sectores de forma a possibilitar a privatização a 100 por cento das empresas do Estado.

A denúncia cabe à célula da EDP (CENEL - Electricidade do Centro, SA) do PCP que afirma que a gestão do Grupo está a ser desenvolvida nos mesmos moldes, prosseguindo a redução do pessoal, através de reformas e rescisões de contratos, ao mesmo tempo que se entregam cada vez mais serviços a empreiteiros e a trabalhadores a recibo verde ou à tarefa.

A avaliação de desempenho, subidas de bases de remuneração e distribuição de lucros de um só ano destinam-se a uma minoria de quadros superiores, enquanto a maioria dos trabalhadores necessita de três e mais anos para a subida de uma única base de remunera-

ção e permanecem por fazer as correcções dos seus enquadramentos profissionais.

E, ao mesmo tempo que prossegue a atribuição de viaturas de luxo a administradores e directores, cartões de crédito a quadros superiores e pagamento de isenção de horários e subsídios de gasolina a licenciados e bacharéis, subsistem situações caricatas como a insuficiência de viaturas para execução de trabalhos, falta de ferramentas e até de cabo para execução de baixadas de fornecimento de energia a clientes.

Lamentando que os socialistas da EDP considerem «que estamos a entrar no caminho certo na política para o Grupo EDP», o PCP afirma que só mudou a cor do poder - de laranja para rosa -, nada tendo resolvido a substituição de quadros do PSD por quadros do PS.

A verdade é que o Governo não apresenta qualquer razão de ordem técnica para a privatização de uma empresa que tem

constantemente apresentado lucros, cerca de 80 milhões de contos só em 1996. O seu único objectivo é tão-somente encaixar com a venda da empresa uma dezenas de milhões de contos para fazer baixar a dívida pública, como exige a política de adesão à moeda única.

Para além do mais, a privatização da EDP, denunciaram ainda os comunistas, irá trazer mais prejuízos para os trabalhadores, nomeadamente a continuação da diminuição de postos de trabalho e novos ataques aos direitos dos trabalhadores, como as experiências de privatizações anteriores têm demonstrado.

Reafirmando que a energia eléctrica é um sector-chave da economia, devendo manter-se na posse do Estado, a célula do PCP na empresa defende que a EDP deve ser dinamizada e potenciada de forma a contribuir para o desenvolvimento económico e social do País e poder responder aos desafios que se lhe colocam.



Desenvolvimento exige a mais ampla participação de todos

Por um futuro melhor para o Alentejo

Mais de 80% das Assembleias Municipais do Alentejo manifestaram a sua vontade de concretização da Regionalização e criação de uma única Região do Alentejo. Uma vontade que a Comissão Promotora do MARD, reunida no passado dia 20 de Março em Évora, reafirma que irá ter em conta nas acções a desenvolver nestes próximos meses, com vista à realização de uma Jornada Regional pelo Desenvolvimento do Alentejo.

No Encontro de Évora - que reuniu representantes do Conselho da Região do Alentejo, Associações de Municípios dos Distritos de Beja, Évora, Norte Alentejano e Litoral Alentejano, Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre - a Comissão Promotora decidiu tomar um conjunto de medidas para a concretização de debates concelhios sobre Desenvolvimento Local e Regional, que irão decorrer por todo o Alentejo durante os meses de Abril e Maio, para culminar numa Jornada Regional

pelo Desenvolvimento do Alentejo a 27 de Maio de 1997.

As principais conclusões dos debates concelhios - em que irão ser apresentadas as propostas contidas na "Carta do Alentejo ao Governo", aprovada na 3ª Assembleia do MARD, em Fevereiro de 97, em Portalegre - serão divulgadas publicamente e enviadas aos órgãos de soberania.

A Jornada Regional de Desenvolvimento deverá também assumir expressão de animações de rua, espectáculos e desfiles, em Beja, Évora e Portalegre e poderá constituir, como afirma a Comissão Promotora do MARD, "um momento de unidade e mobilização de todos os alentejanos em torno de objectivos concretos capazes de promover o desenvolvimento e a criação de emprego no Alentejo".

Nesta perspectiva, pretende-se reunir um conjunto de entidades da região, em particular associações empresariais, Secretariado Inter-Regional do Alentejo-CGTP-IN, associações da juventude, de mulheres e de reformados.

O objectivo é mobilizar a mais ampla participação de todos, decisiva "na construção de um futuro melhor para o Alentejo".

Guarda Deputado comunista visita distrito

Na visita que fez ao distrito da Guarda, o deputado comunista Bernardino Soares contactou as delegações sindicais das empresas Vodratex, TLC e Estevão Ubach, a Direcção do Sindicato Têxtil da Beira Alta, a administração da TLC os responsáveis do Instituto Politécnico da Guarda, a Direcção Distrital do Sindicato dos Professores da Região Centro, a Associação dos Amigos da Serra da Estrela-ASE e o Director do Parque Natural da Serra da Estrela-PNSE. Repudiada pelos delegados sindicais foi a recusa da administração da empresa Vodratex ao pedido de reunião formulado.

No sector têxtil foi constatado o agravamento da situação

social e a perda continuada de postos de trabalho, sendo reclamação comum do Sindicato e dos empresários a implementação da Operação Integrada de Desenvolvimento, de forma a recuperar o sector e potenciar alternativas de desenvolvimento que ocupem a mão-de-obra disponível e estancem a desertificação.

Da visita ao Instituto Politécnico resultou uma boa impressão pela operacionalidade das instalações e o reconhecimento da melhoria da assistência social aos mais de 3 mil alunos que o frequentam, corroborando o PCP a pretensão da Direcção do IPG da construção de um edifício de raiz para servir o Pólo de Seia.

A desertificação das zonas rurais, o encerramento de mais de 300 escolas e a consequente perda de postos de trabalho, a precariedade e injustiça profissional de centenas de professores contratados, a actividade monopolista da Turistrela e os projectos megalómanos que ameaçam o equilíbrio ecológico existente na zona, a falta de segurança para os utentes da Serra e a prevenção de fogos florestais, foram alguns dos problemas igualmente tratados pelo deputado comunista nos contactos que manteve no distrito e que irão merecer um conjunto de acções parlamentares que respondam às preocupações manifestadas.

CAMARADAS FALECIDOS

José Luís Torres Rodrigues

Com 48 anos de idade, faleceu recentemente o camarada José Luís Torres Rodrigues. Membro da Organização dos Seguros de Lisboa, de cujo Organismo de Direcção fez parte durante vários anos. Pertencia à célula da Aliança - UAP, tendo feito parte da Comissão de Trabalhadores da empresa.

Jorge Nelson Neves da Piedade

Faleceu, no passado dia 23 de Março, com 49 anos de idade, o camarada Jorge Nelson Neves da Piedade. Membro do Partido desde 1974, pertenceu até há poucos anos à célula da Mague, estando actualmente organizado na freguesia de Vialonga, Vila Franca de Xira.

Bernardino Filipe Coelho

Com 73 anos, faleceu no dia 18 de Março o camarada Bernardino Filipe Coelho, serralheiro mecânico.

Organizado na freguesia de Campo Grande, era um militante muito activo em todas as tarefas por que era responsável, tais como distribuição do «Avante!», cobrança de quotas e entrega de informação do Partido.

Alberto Fernandes Lopes Pereira

Faleceu, no passado dia 22 de Março, com 57 anos de idade, o camarada Alberto Fernandes Lopes Pereira. Era membro da Associação Portuguesa de Deficientes.

Daniel Rocha Gomes

Faleceu recentemente o camarada Daniel Rocha Gomes. Membro do Partido desde 1975, estava organizado na célula do Centro de Formação Profissional e Artes Gráficas, Venda Nova, Amadora.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Timor-Leste Tortura é prática corrente

A prática corrente e generalizada de torturas, em Timor-Leste e na Indonésia, foi agora uma vez mais denunciada pelo Relator Especial das Nações Unidas que se ocupa dos casos de tortura e maus tratos, Nigel Rodley.

O Relator Especial apresentou à Comissão dos Direitos Humanos da ONU um detalhado relatório em que indica que as torturas e maus tratos são particularmente frequentes nas operações levadas a cabo por militares indonésios em Timor-Leste.

Para a elaboração deste relatório, Rodley contactou também, em Portugal, jovens refugiados timorenses, que deram testemunho das torturas e perseguições sofridas, da parte do aparelho repressivo indonésio.

Uma política que o Estado indonésio nega, mas que os factos no dia-a-dia comprovam.

Neste momento, trinta e dois jovens timorenses, que a semana passada "invadiram" a embaixada austríaca em Jacarta, forçando assim um encontro com o recém-nomeado Representante Pessoal do secretário-geral da ONU para a questão

de Timor-Leste, estão detidos pela polícia indonésia.

Os jovens foram presos, apesar das garantias dadas pelo Ministério indonésio dos Negócios Estrangeiros de que não seriam incomodados e estarão a ser sujeitos a pressões no sentido de uma troca da sua libertação pela assinatura de um documento a reconhecer a integração de Timor-Leste na Indonésia.

Situação da mulher

A situação das mulheres em Timor-Leste é uma outra vertente da realidade repressiva que se aí vive.

As mulheres sofrem as consequências da ocupação indonésia de forma ainda agravada, pois são vítimas de violações e abusos por parte das forças de ocupação - como foi relembrado por eurodeputados do Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia.

Em pergunta escrita, dirigida à respectiva Comissão europeia, o Grupo questiona sobre as medidas práticas que entretanto terão sido tomadas, de par da ajuda financeira com o objectivo de promover o respeito pelos direitos humanos.

O Grupo da esquerda unitária sublinha ainda a necessidade de se tomar alguma medida especial dirigida à situação das mulheres timorenses.

UNIÃO EUROPEIA

O Estatuto Remuneratório dos Deputados do Parlamento Europeu

Em encontro com a Comunicação Social, realizado anteontem, os deputados do PCP no Parlamento Europeu tornaram público um esclarecimento sobre a questão do Estatuto Remuneratório dos Deputados do PE e formularam propostas moralizadoras do actual sistema.

Sublinhando que se encontram em "situação privilegiada para abordar séria e detalhadamente o assunto", uma vez que, "nos termos do acordo particular estabelecido com o seu Partido (que é, em termos gerais, extensivo a todos os eleitos comunistas) não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente pelo exercício de tais funções", os camaradas que participaram no encontro esclareceram também que, "no desempenho dos seus mandatos, têm ocupado lugares político-constitucionais e têm assumido outras responsabilidades no PE que lhes permitem uma visão muito próxima e precisa na matéria".

Honório Novo, Joaquim Miranda, Octávio Teixeira e Sérgio Ribeiro durante a conferência de imprensa



Os Casos concretos do PSD e PP

Respondendo a questões colocadas na conferência de imprensa, os eurodeputados comunistas lembraram que, no caso dos deputados do PSD, estes assinaram uma declaração afirmando quais as viagens efectuadas. Tendo prestado declarações falsas, além das consequências políticas, tornam-se passíveis de julgamento penal. O caso de Manuel Monteiro foi igualmente mencionado. O eurodeputado do PP e actual líder dos populares recebeu as despesas gerais do Parlamento Europeu, apesar de não assistir às reuniões que justificavam os números mínimos. Monteiro ainda não respondeu ao pedido de devolução da quantia recebida, sendo também passível de procedimento judicial.

«A abordagem de tal matéria - salientaram - não pode nem deve desviar as atenções relativamente a aspectos centrais e de actualidade do processo de integração, como acontece em particular com os relacionados com o processo conducente à Moeda Única.»

E os deputados comunistas passaram ao esclarecimento:

«Em primeiro lugar, quanto ao "vencimento".

«Não existe um "vencimento" único para o conjunto dos deputados europeus. O "vencimento" que cada um auferir é igual ao dos deputados dos respectivos parlamentos nacionais e é pago por estes. E aí se efectuam também os devidos descontos quer para a segurança social quer para pagamento de impostos.

«Quanto a subsídios e outras regalias, elas são diversas:

- um *subsídio fixo de viagem* para as despesas de viagem entre o local de residência e o local de reunião, calculado na base de 0,76 ecu (cerca de 150 escudos) por quilómetro, para os primeiros 400 quilómetros e metade (cerca de 75 escudos) para os restantes;

- um *subsídio diário de estadia*, pago sempre que assinada a lista de presenças prevista para o efeito, de 219 ecu (cerca de 40 contos);

- um *subsídio de secretariado*, destinado à contratação de assistentes, num montante máximo mensal de 8.937 ecu (cerca de 1.700 contos);

- um *subsídio para despesas gerais* (despesas de gestão de gabinete, despesas telefónicas, de aquisição e manutenção de equipamento informático, ...) no montante mensal de 3.099 ecu (cerca de 600 contos);

- um *subsídio anual para viagens e estadias extraordinárias* efectuadas fora do

país de origem (pagas contra apresentação de convite de terceiro e de documentos comprovativos das mesmas), até ao limite máximo de 3.000 ecu (cerca de 600 contos).

«Para além destes subsídios, os deputados podem ainda participar em *cursos de línguas e de informática*, pelos quais o Parlamento Europeu reembolsa as respectivas despesas lectivas, até um máximo de 1.800 ecu anuais (cerca de 350 contos).

«E, a partir de 1990, encontra-se ainda instituído um *regime voluntário de aposentação*.»

Transparência

«Particular controvérsia tem-se verificado em torno das despesas de viagem. Controvérsia que se estende ao domínio dos "vencimentos" e do "estatuto único" dos deputados.

«Os Deputados do PCP entendem, porém, ser a questão bastante mais profunda, não se

“Em caso algum os subsídios de viagem deverão constituir forma de compensar seja o que for, para além das próprias viagens”

esgotando nestes aspectos e exigindo mesmo, para estes dois últimos, soluções bem mais ponderadas do que as que vêm sendo por alguns suscitadas.

«É indispensável uma abordagem global do assunto, sendo imperioso garantir a máxima transparência e o maior controlo relativamente a todas estas despesas.

«E, sem questionar - para já - os referidos subsídios ou os montantes em causa para cada um deles (até porque tal exigirá uma análise detalhada do que sobre a matéria se passa em todos e cada um dos Estados-membros) importará, antes de mais, assegurar que os mesmos sejam concedidos através de formas claras e adequadas e em função de critérios objectivos que - ao menos - impeçam utilizações abusivas, permitam a responsabilização política de quem as pratica e, particularmente, salvaguardem a dignidade dos que não percorrem tais caminhos e a própria respeitabilidade das instituições.»

As viagens

«Mas vejamos para já as questões das viagens (normais) dos deputados.

«Argumentam uns ser desproporcionado o montante recebido, sobretudo pelos deputados que mais longe residem dos locais normais de reunião; argumentam outros (aqueles que residem em locais mais distantes) que o excedente entre o que recebem e o que dispõem para efectuar as respectivas viagens (normalmente de avião) constituirá uma forma de "compensação" pelos menores "vencimentos" que geralmente auferem. E, não negando aquela disparidade, propõem ainda estes últimos que tal disparidade termine, mas em simultâneo com o termo das diferenças de "vencimento", o que poderia/deveria verificar-se no contexto da criação de um "estatuto único dos deputados".

«A primeira constatação a fazer é a seguinte: é patente a discrepância entre o recebido por viagem (pelos deputados de países mais distantes das sedes do Parlamento Europeu) e o que os mesmos dispõem para efectuar as mesmas.

«A segunda constatação é esta: é inequívoco existirem sensíveis diferenças no tocante aos "vencimentos" dos deputados.

«A terceira e última constatação é a de que é óbvio que os custos globais de deslocação e de instalação (que não só de viagem ou de estadia durante as reuniões) são distintos, consoante a maior ou menor proximidade do país de origem do deputado, relativamente aos locais habituais de reunião do Parlamento Europeu.

«Ora, tomando a primeira constatação, é nosso entendimento que enquanto subsistir o actual esquema de pagamento de viagens, qualquer que seja a justificação que para ele se encontre, subsistirão inevitavelmente os equívocos, as dúvidas, as suspeições e as controvérsias.

«E daí que sejamos de opinião que em caso algum os subsídios de viagem deverão constituir forma de compensar seja o que for, para além das próprias viagens.

«Aliás (mesmo admitindo que o problema residiria numa tentativa de aproximação dos níveis globais de receitas dos deputados), importaria então notar que a manutenção do esquema actual de pagamento de viagens não só não o permite como acentua mesmo as disparidades. E assim é porque tal esquema, sendo universal, não se aplica apenas aos deputados dos países periféricos com "vencimentos" abaixo da média, mas também, por exemplo, aos deputados italianos ou mesmo aos suecos os quais, sendo provenientes de países distantes das sedes do PE, auferem no entanto dos mais elevados "vencimentos".

«O Parlamento Europeu deverá pagar as viagens efectuadas pelos deputados por um valor correspondente ao que elas efectivamente custam.

«E dizemos correspondente e não igual porque não nos parece haver razões para alterar o actual sistema *forfaitaire*, já que ele, sem deixar de ser rigoroso e sendo mesmo menos incentivador de recurso a métodos ilícitos, resolve ainda dificuldades administrativas sensíveis decorrentes, por exemplo, da multiplicidade de meios utilizados na deslocação dos deputados.

«Entretanto, um particular rigor deverá verificar-se também com vista a garantir que apenas as viagens efectivamente efectuadas sejam pagas.»

Não à uniformização

«Questão diferente é a seguinte: as alterações ao sistema que acima se referem devem acontecer a par com uma efectiva diferenciação dos apoios à deslocação dos deputados.

«Com efeito e como antes se referiu, uma maior ou menor proximidade das sedes do PE comporta custos completamente diferentes para os deputados dos diversos países, que não se resumem às despesas de viagem ou de estadia.

«A maior ou menor proximidade relativamente aos respectivos eleitores, aos partidos, aos meios profissionais de que são oriundos, à própria família, não é, naturalmente, despicenda.

«Tal situação não pode deixar de ser tida em conta.

«E ela poderá e deverá ser colmatada, nomeadamente através de *escalamentos no subsídio diário de estadia* e *no subsídio para despesas gerais, ou pela instituição*

de um novo instrumento apropriado e com esse único e claro objectivo.

«Estas propostas não resolvem, no entanto, uma questão: a dos "vencimentos" diferentes.

«Não resolve, nem tem que resolver, no nosso entender.

«E assim é porque pensamos não deverem os deputados do Parlamento Europeu auferir vencimentos iguais.

«Razões diversas, de diferente natureza, nos levam a assim pensar.

«Refira-se, desde logo, que também as realidades políticas, económicas, sociais e culturais dos respectivos países de origem são substancialmente distintas. E os deputados europeus - que, refira-se, não se confundem com funcionários comunitários ou com membros de outras instituições comunitárias - são eleitos nos respectivos países (nomeadamente com sistemas eleitorais distintos), aí residem (todos o declaram, pelo menos...) e aí prestam contas aos respectivos eleitores e partidos. E, aliás, todos afirmam repetidamente terem como primeiro objectivo a defesa dos respectivos interesses nacionais.»

Propostas concretas

«Consideramos ser indispensável avançar com alterações em alguns domínios.

«A título de exemplo, referimos as seguintes:

- Grande transparência e especial rigor deverão ser exigidas nos casos de contratação de familiares de deputados para assistentes dos mesmos.

«A questão poderá não se colocar, taxativamente, em termos de impedimento de tal situação.

«Pela nossa parte, não o fazemos nem o faremos.

«Porém, a admitir-se a continuação de tal situação, ela deverá implicar *normas específicas e rigorosas como, por exemplo, a apresentação de documentos comprovativos de pagamento de impostos pelo exercício dessa actividade e, bem assim, garantindo o não exercício de outras actividades ou demonstrativos da compatibilidade da que exercem com a de assistentes.*

- Os subsídios para cursos de línguas e para informática deverão ser objecto dum mais rigoroso controlo de forma a assegurar a respectiva utilização nos objectivos para que foram criados.

- Particular atenção não pode deixar de suscitar o que se passa com o regime voluntário de pensões.

«Porque, apesar de apenas beneficiar alguns deputados, dado o seu carácter voluntário, implica uma despesa considerável para (todo...) o Parlamento Europeu; mas particularmente porque não deixa de suscitar dúvidas a legitimidade duma despesa pública quando, como é o caso, ela não tem carácter universal.

«Mas também porque muitas reservas levanta a eventual acumulação de tal regime (inequivocamente público, na medida em que é maioritariamente suportado por meios públicos) com outros similares e existentes ao nível nacional, como acontece em Portugal.

«Os Deputados do PCP, como decorre do que atrás se refere, entendem dever ser reformado o actual sistema de subsídios aos deputados do Parlamento Europeu. E têm propostas concretas sobre a matéria.

«É sua intenção apresentá-las ao Grupo político em que se integram, dar delas conhecimento aos outros deputados portugueses no PE e, de seguida e no âmbito das funções que exercem, desenvolver as iniciativas necessárias à respectiva implementação.»

INTERNACIONAL

Cuba/Espanha

O presidente da Sociedade Francisco Villamila, da Galiza, em Espanha, garantiu que a vacina cubana contra o meningococo do grupo B seria eficaz contra o surto de meningite B e C que actualmente afecta a Espanha. Pablo González Comesana afirmou que, devido ao bloqueio a Cuba, as autoridades sanitárias espanholas desconhecem esta vacina única e eficaz. «Inclusivamente, os textos científicos não referem a existência de qualquer vacina desse tipo no mundo», indicou. Uma das grandes vantagens do antígeno cubano consiste no facto de proteger a partir dos três meses e meio após o nascimento, enquanto que o francês (aplicado neste momento em Espanha) só o faz depois de dois anos, destacou Pablo González numa entrevista à Prensa Latina.

Médio Oriente

No Médio Oriente multiplicam-se os confrontos entre a população palestina e a polícia israelita. No sábado, um árabe foi morto a tiro por militares judeus na cidade autónoma de Ramallah, enquanto que na segunda-feira duas crianças palestinas foram feridas na estrada entre Jenine e Haifa durante uma manifestação. Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro hebraico, continua a insistir na violação dos acordos assinados com Yasser Arafat, prosseguindo com a construção de novas habitações em Jerusalém oriental. A Liga Árabe manifestou-se no início da semana contra a política conduzida pelo executivo israelita. Amr Mussa, ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, afirmou em conferência de imprensa que Netanyahu «não pode capitalizar tudo e ainda a construção de colonatos sem dar nada em troca, porque tudo tem um preço». «Trata-se de uma mensagem clara a Israel. Se continuar a agir como o tem feito, destruirá o processo de paz», disse o chefe da diplomacia libanesa.

Albânia

A Organização para a Segurança e Cooperação Europeia vai enviar para a Albânia uma força multinacional, que poderá incluir até «cinco mil homens». O Conselho de Segurança das Nações Unidas já aprovou a missão. Entretanto, os confrontos continuam em todo o país, tendo-se registado várias mortes.

A Rússia protesta

■ Daniel Rosário

Quinze dos 72 milhões de cidadãos russos que constituem a população activa do país encontram-se sem emprego. No final de 1996, o Estado russo devia 38 triliões de rublos em salários. Hoje, esse valor eleva-se a 51 triliões. Os 75 900 rublos do salário mínimo nacional (cerca de 14 dólares) asseguram apenas 18% do valor mínimo necessário para sobreviver. Na alimentação de um cidadão russo entram menos 30% de carne e 35% de leite do que há poucos anos. Nos últimos três anos, a mortalidade da população aumentou 3 vezes, as doenças cardiovasculares aumentaram duas vezes e a tuberculose uma vez e meia. Numa aldeia siberiana, uma criança de oito anos morreu de fome após os seus pais estarem meses a fio sem receber o salário e em Nikolsk, cidade a umas centenas de quilómetros de Moscovo, uma mãe pediu às autoridades para que internassem o seu filho mais novo num orfanato e colocassem o mais velho na prisão. Porque não tinha dinheiro para os alimentar.

Este é o curto «flash» da realidade russa de hoje que serviu de pretexto e pano de fundo à «Acção Nacional de Protesto» convocada no final da semana passada pela Federação dos Sindicatos Independentes da Rússia com o apoio do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) e da União Patriótica Popular.

Para o dia 27 de Março foram organizadas acções de protesto de uma ponta à outra do país, «de Kaliningrado a Vladivostok», que envolveriam, segundo os sindicatos, cerca de 20 milhões de pessoas. O ponto alto deveria ocorrer em Moscovo onde se esperavam diversas concentrações e uma grande manifestação junto à Praça Vermelha.

O centro de Moscovo, para o que é habitual noutras ocasiões, apresentava-se praticamente deserto, com camiões da polícia estrategicamente distribuídos. Pela manhã, realizou-se uma concentração junto à estátua de Marx, além de outras em diferentes pontos da cidade, que convergiram para a Praça Vermelha, onde se juntaram cerca de 80 mil pessoas.

Os preparativos começaram bem cedo e foram-se tornando mais visíveis a partir do princípio da semana. De ambos os lados. Enquanto os sindicatos, o PCFR e os comités regionais organizados para o efeito concentravam esforços no sentido da mobilização, os órgãos de comunicação social faziam o seu trabalho. Com especial destaque para a televisão que, a pretexto de «anunciar» a iniciativa, dava mais atenção aos preparativos policiais em curso. Assim, as reportagens sobre o tema eram abundantemente preenchidas com imagens dos preparativos da polícia de choque simulando situações de confronto e com entrevistas a responsáveis governamentais e policiais que não se cansavam de realçar o «importante aparato policial» em preparação que não iria «olhar a meios para repor a ordem e responder a qualquer tentativa de desestabilização». Em Moscovo, onde eram esperadas as maiores concentrações, anunciava-se a mobilização de 16 mil efectivos da polícia e tropas do Ministério do Interior, o corte



Oitenta mil pessoas protestam na Praça Vermelha

de ruas e isolamento de zonas da cidade e a «disponibilidade» para recorrer ao uso de «bastões, balas de borracha e gás lacrimogéneo».

O facto de o número de pessoas envolvidas na «Acção de Protesto» ter sido significativamente inferior ao número (talvez precipitadamente) anunciado pelos sindicatos foi explorado até à exaustão pela comunicação social, que praticamente reduziu o rescaldo da iniciativa à comparação do prometido com os números oficiais (naturalmente muito inferiores). A mobilização na capital reflectiu o que se passou um pouco por todo o país, não sendo no seu caso alheias as razões acima descritas.

Guerra de números

Segundo os sindicatos, no dia 27 de Março realizaram-se por todo o país 16 mil greves e dezenas de comícios e manifestações, que envolveram vários milhões de pessoas. Segundo as autoridades, o número seria bastante mais reduzido, de apenas 1,7

milhão. Para os sindicatos, a discrepância deve-se ao facto de o Ministério do Interior contabilizar apenas os participantes em acções de rua, pois a grande maioria participou em greves, plenários e outras acções de luta nos seus locais de trabalho. Segundo o Partido Comunista, o número de participantes rondou os sete milhões.

Fiel à sua linha populista, Ieltsin publicou no próprio dia dos protestos um decreto sobre o «Reforço do controlo sobre a utilização de meios do orçamento federal destinados ao pagamento de salários».

Oportunamente, no dia 25 de Março, Boris Ieltsin convocou o seu primeiro-ministro, Viktor Tchernomirdine, e encarrega-o, ao estilo militar, de «apresentar um relatório detalhado sobre as dimensões, estrutura e motivos de atraso no pagamento de salários. Sobre as medidas a tomar, apresentar relatório pessoalmente. Prazo – 26 de Março de 1997». E deu-se o milagre – dia 27 é publicado o decreto milagroso. Que tem tanto de populista como de ineficaz. Sem abordar as questões económicas e finan-

ceiras de fundo, o presidente russo coloca todo o ênfase na vertente judicial do problema, passando a responsabilidade do controlo para a Procuradoria Geral. Como se o problema dos salários em atraso fosse da legislação e não das opções económicas de fundo.

Entretanto, quando na memória ainda estão bem frescos os violentos acontecimentos de 1993, o tom das partes envolvidas sobe vertiginosamente. Às promessas de Ieltsin de desnacionalizar os caminhos-de-ferro, a indústria de gás e a produção de electricidade, responde o líder do PCFR com «a organização de campanhas de desobediência civil». «O regime não deseja recuar. Nós, se não queremos perder o nosso país, não podemos recuar. E a questão acerca da oposição popular pacífica ao regime deve ser colocada na ordem do dia», disse Ziuganov.

Para já, ficou marcado um novo braço-de-ferro para o dia 1 de Maio, com as diferentes estruturas que participaram na acção de protesto a concentrarem todas as suas baterias para essa data.

Alemanha

Contra relações à americana, metalúrgicos respondem à francesa

O projecto de formação do novo gigante alemão do aço, produto da fusão das siderurgias Krupp e Thyssen, assinado há uma semana, estava em vias de ser oficializado no encerramento desta edição. A sua concretização, na prática, demorará cerca de quatro anos e passa pela supressão de 8.000 postos de trabalho.

A Thyssen, a mais importante das duas empresas, passa a deter 60 por cento da sociedade comum - a Ruhrstahl AG (Aço do Ruhr) -, que deverá empregar 18.000 trabalhadores (contra o total de 25.000 da soma das duas empresas), e ter uma capacidade de produção anual de 15 milhões de toneladas de aço bruto.

De acordo com o sindicato IGMetall, até ao ano 2002 serão suprimidos 8.000 postos de trabalho em Duisbourg e Dortmund, duas cidades já fortemente fustigadas pelo desemprego. Responsáveis da empresa, citados pelo «Libération» na sua edição de 27 de Março, garantem que não haverá despedimentos colectivos, mas para isso exigem a participação do Governo no financiamento de um plano social, redução do tempo de trabalho sem compensação salarial e a transferência de trabalhadores de Dortmund para Duisbourg. Promessas em que ninguém parece acredi-

tar: na quarta-feira da semana passada, milhares de metalúrgicos de Dortmund e Bochum mantinham-se em greve, enquanto noutros sectores os trabalhadores regressavam ao trabalho.

Segundo os trabalhadores da Thyssen e Krupp, a fusão das duas empresas e a consequente liquidação de postos de trabalho resultam de manobras da banca privada alemã. Numa altura em que o Deutsche Bank anuncia um lucro recorde de 2,2 mil milhões de marcos em 1996, os sindicatos têm razões para estar descontentes. Foi isso de resto que levou 30.000 metalúrgicos a manifestarem-se a semana passada em Francfort, junto à sede do Deutsche Bank. «Estamos cansados de ser governados pelo poder financeiro anónimo dos bancos», afirmou na ocasião o presidente do IGMetall, Klaus Zwickel, enquanto os trabalhadores deixavam o recado: «Se os bancos querem relações à americana, o povo responderá à francesa.»

A memória das grandes lutas populares em França, no Outono de 1995, e as muitas que se lhe seguiram desde então, permanece presente. Na Europa do capital, a resposta dos povos continua a ser a luta.

França

50 mil contra lepenização

Uma bandeira negra esvoaça no cimo da catedral de Estrasburgo, em sinal de luto por aquela cidade da Alsácia ter sido escolhida para palco do congresso da Frente Nacional. Mas o luto, em França, não se escreve com a palavra «conformismo» e para o provar as manifestações culturais multiplicaram-se. Fazer frente à extrema-direita e às suas ideias racistas e xenófobas foi o objectivo de dezenas de milhares de pessoas que se juntaram, durante os três dias do fim-de-semana da Páscoa, em Estrasburgo.

Uma das características mais conhecidas da Frente Nacional (FN) de Jean-Marie Le Pen é a sua ideologia do ódio. Ódio aos estrangeiros e amor ao ultraliberalismo.

Numa estrutura comandada por um «chefe» - que toma as suas decisões despoticamente passando sobre tudo e todos -, a FN incita à intolerância, ao racismo, à xenofobia, à rejeição do outro, à exclusão e à violência. Explorando a derrocada das relações sociais, o sentimento de abandono e a crise política, as ideias lepenistas propõem uma leitura da realidade - nomeadamente do desemprego e da insegurança

- que contribui para a desumanização da sociedade. Os judeus, os imigrantes, os comunistas, a Europa e os Estados Unidos foram eleitos como os seus principais inimigos, sugerindo que a França é ou será alvo de um ataque exterior através de um «complot» interno e externo.

Ao votar na Frente Nacional, os eleitores exprimem o seu descontentamento com as promessas não cumpridas, a deterioração crescente da situação económica, o aumento do desemprego. Mas esquecem-se que estão a contribuir não para a solução dos problemas que os afectam,

mas para o crescimento do peso da extrema-direita. E com ela o aumento das ameaças aos serviços públicos, à protecção social e aos direitos adquiridos.

«A Frente Nacional mistura cinicamente na sua propaganda declarações de carácter democrático e apelos ao ódio. As recentes declarações de Le Pen sobre a “desigualdade das raças” e um “complot judeu mundial” não são mais do que o enésimo exemplo e recordam a quem o tiver esquecido a verdadeira natureza deste partido: uma nova versão dos movimentos fascistas, racistas e anti-semitas dos movimentos de antes da II Guerra Mundial. A Frente Nacional sempre ignorou o Estado de direito, embora entrando formalmente no jogo do sufrágio universal.»

É com estas palavras que os signatários do apelo à participação nas iniciativas realizadas no passado fim-de-semana em Estrasburgo justificam a sua posição e a das dezenas de milhares de pessoas que ocor-

reram àquela cidade, manifestando a sua preocupação em relação à expansão dos ideais de extrema-direita na Europa e em particular na França.

Manifestações, colóquios, exposições, mesas-redondas, actividades desportivas, teatro e cinema, concertos de todos os tipos de música e animações de rua fizeram de Estrasburgo uma cidade cultural, contrastando com o Palácio dos Congressos onde se juntaram os militantes de extrema-direita.

Na tarde de sábado, 50 mil pessoas desfilaram nas ruas. Nos cartazes liam-se frases simples, mas emblemáticas do que os movimenta. «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», escrita em várias línguas, estava espalhada por toda a cidade, colada nas paredes.

Franceses, alemães, belgas, italianos, holandeses e espanhóis uniram-se contra um inimigo comum, assumindo a sua identidade de cidadãos europeus.

Robert Hue, secretário-geral do Partido Comunista Francês, afirmou que «o PCF deve dar importância a este desafio nos bairros degradados onde a FN obtém resultados eleitorais explorando o sofrimento das pessoas que ali vivem num ambiente de insegurança». Hue, que apelou à participação na manifestação, acrescentou que «Le Pen tem um objectivo fundamentalmente contrário aos interesses da população desses bairros».



A extrema-direita na Europa

Constituindo uma força importante na Bélgica e na Áustria, a perder terreno na Alemanha e em pleno renascimento no Leste europeu, a extrema-direita está presente na maioria dos países da Europa.

Na União Europeia, é na Áustria que os extremistas são mais fortes. O Partido Liberal, a terceira formação no país, obteve mais de 22 por cento e 52 deputados nas legislativas de 1994.

Na Bélgica, a Vlaams Blok alcançou 12 por cento dos votos nas legislativas de 1995. Está representada a todos os níveis e tem 11 deputados e cinco senadores no parlamento federal. Existe também uma Frente Nacional funcionando de uma forma semelhante à FN francesa.

Em Itália, a Aliança Nacional, herdeira do MSI neofascista, obteve 15,7 por cento nas legislativas de 1996. É representado por 93 deputados e 45 senadores.

Recentemente, a extrema-direita progrediu nos países escandinavos, nomeadamente na Dinamarca com mais de seis por cento e 11 deputados (1994), e na Noruega onde o Partido do Progresso obteve 11 por cento em 1995.

A duas semanas de Brasília Sem Terra prosseguem marcha

Avançando cerca de 20 quilómetros por dia, a marcha dos Sem Terra brasileiros está a menos de duas semanas de Brasília. A meta desta marcha é a capital, que será alcançada a 17 de Abril, data do primeiro aniversário do massacre de Eldorado do Carajás. Os participantes têm como principal objectivo sensibilizar a opinião pública brasileira e internacional sobre a urgência de se realizar uma Reforma Agrária no país e punir os responsáveis pelos repetidos massacres de trabalhadores rurais.

O que têm vindo a conseguir. De acordo com uma sondagem realizada no início de Março, 52 por cento dos brasileiros são a favor do Movimento dos Sem Terra (MST). Esta pesquisa mostrou igualmente que 77% dos entrevistados consideram o MST legítimo; 85% vêem a invasão de terras como um importante instrumento de luta, desde que não haja violência; 94% acham que o movimento deve lutar pela reforma agrária; e 88% são favoráveis a que o governo confisque

terras improdutivas para distribuí-las aos camponeses.

A marcha, que se iniciou a 17 de Fevereiro, é constituída por três colunas. Um grupo saiu da cidade de São Paulo, outro de Governador Valadares (Minas Gerais) e o terceiro de Rondonópolis, no Mato Grosso. A idade média dos participantes adultos está entre os 20 e os 30 anos, mas há sem-terra com mais de 60.

Em todas as localidades por onde passaram os sem-terra receberam manifestações de solidariedade da população e de membros da Igreja, principalmente através da doação de alimentos. Muitas prefeituras e partidos políticos ofereceram infra-estruturas para os caminhantes pernovernarem.

Segundo os organizadores, o facto mais marcante do primeiro mês de marcha foi a captura de dois policiais militares num acampamento perto da cidade de Mineiros-GO, quando se tentavam infiltrar na marcha oeste.



Na batalha pela terra joga-se o bem-estar de muitas famílias e o progresso do país

Comunistas do Mediterrâneo e Golfo juntos pela cooperação

Atenas foi palco nos dias 22 e 23 de Março de um encontro entre os Partidos Comunistas e Trabalhistas dos países do sul e este do Mediterrâneo, da região do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho. Representantes do Egipto, da Jordânia, do Iraque, do Irão, de Israel, de Chipre, da Palestina, da Síria e da Grécia discutiram a situação dos seus partidos no contexto dos seus países e das regiões onde se integram, bem como as medidas de ordem prática e acções de solidariedade.

No fim desta iniciativa do Partido Comunista da Grécia, os participantes manifestaram-se «a favor da desnuclearização do Mediterrâneo, do Médio Oriente, do Norte de África, da região do Golfo e do Mar Vermelho, e a retirada da frota e bases militares dos EUA e da Nato daquela região».

A melhoria das condições de vida nesta região passa, segundo os comunistas, por uma verdadeira cooperação numa base de igualdade entre as forças progressivas e democráticas, organizações ecológicas, sindicatos e outras associações de massas.

O plano de Paz para o Médio Oriente foi rejeitado, visto ter «vindo a ser impulsionado

pelo imperialismo norte-americano e as forças sionistas». Em comunicado, os participantes denunciam «a chamada Conferência Económica de Cooperação Regional do Médio Oriente e Norte de África» e «todos os mecanismos criados por esta conferência, por serem contrários aos interesses dos países da região e por não se adequarem à realidade geográfica e à história política da região».

As últimas atitudes de Israel não foram esquecidas. Os participantes nesta conferência condenam a ocupação hebraica dos territórios árabes da Palestina, Líbano e Síria.

Manifestaram também a sua solidariedade com o povo cipriota e a sua luta contra a ocupação turca e a presença de tropas estrangeiras no seu território, instando à reunificação pacífica da ilha. A resistência dos iraquianos, iranianos, bahreinianos, sudaneses e curdos aos regimes ditatoriais em que estão inseridos nos seus países foi igualmente mencionada.

O isolamento das populações da Líbia, Iraque e Cuba foram também mencionadas através de uma mensagem de solidariedade, condenando «todas as formas de nacionalismo, chauvinismo, neofascismo e fanatismo».

Concluimos neste número o trabalho que iniciámos a semana passada sobre o narcotráfico e a toxicod dependência no Bairro do Casal Ventoso, em Lisboa, a que demos o título genérico de «Os códigos da morte».

Na primeira parte, saída na anterior edição do *Avante!*, apresentámos a reportagem feita no local e construída no confronto com o deprimido quotidiano deste bairro alfacinha que, desde meados da década de 80, granjeou o triste epíteto de «supermercado da droga».

Hoje, além de uma resenha das origens e evolução do Bairro e algumas notas subsidiárias da nossa deslocação ao local, resumimos as análises, preocupações e propostas do PCP sobre o Casal Ventoso e o problema mais global da toxicod dependência, questões que os comunistas levam à discussão pública no próximo sábado, dia 5 de Abril, às 15 horas, na escola Manuel da Maia, em Lisboa, num «debate sobre o flagelo da toxicod dependência, centrado no Casal Ventoso». A operação da Reconversão do Casal Ventoso, lançada há dois anos pela Câmara Municipal de Lisboa, no quadro do programa comunitário URBAN, estará naturalmente em foco nas reflexões do PCP a produzir nesse debate, onde ressaltamos a ideia de que se deve aproveitar esta oportunidade para levar até ao fim, nas suas diversas e complexas vertentes, a completa reconversão social, urbanística e ambiental deste bairro alfacinha.

Os «Dias D» contra a droga são importantes para a sensibilização da sociedade, mas estão longe, muito longe, de constituir resposta suficiente para o flagelo. No entendimento do PCP, o que urge são medidas práticas, vontade política e meios adequados que concretizem, no quotidiano, a prevenção que tanto se proclama nas acções tipo «femérides»...

O Casal Ventoso é apenas o fim da linha para muitos consumidores que trilham o caminho das drogas. Os problemas aí existentes, no entender dos dinamizadores do debate do PCP no próximo sábado (a Organização da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP e o grupo de trabalho do PCP para o narcotráfico junto do Comité Central), não são principalmente do Casal Ventoso, mas uma consequência e imagem mais brutal dum País onde a toxicod dependência é hoje um verdadeiro flagelo social.

Um flagelo cujas causas, tendo sempre associadas características e fragilidades do indivíduo, radicam acima de tudo na relação deste com a sociedade, no conflito com uma organização social e valores dominantes que tudo sacrificam à lógica do lucro.

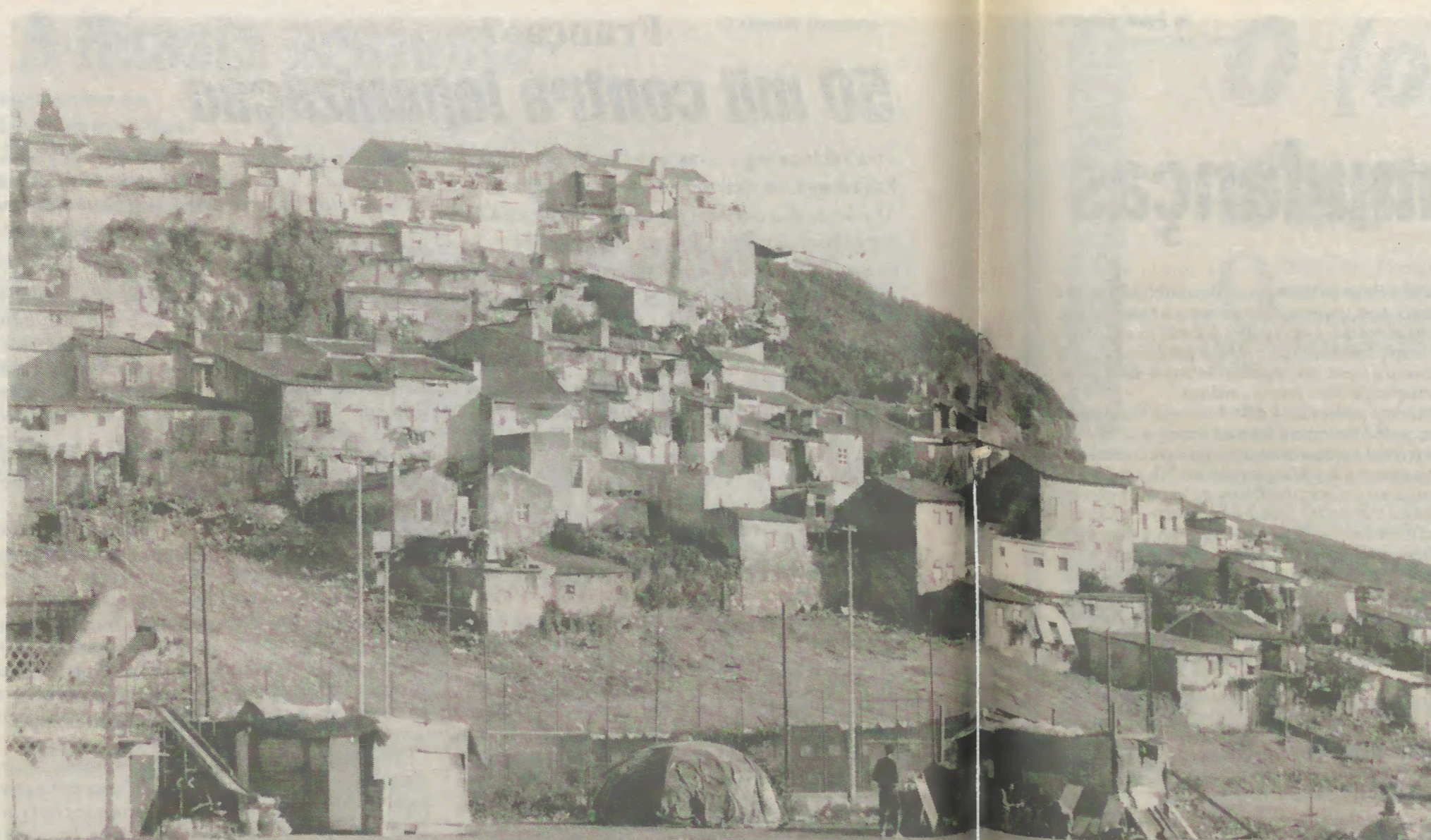
Um flagelo que é também consequência dum política que, num País com mais de 150 mil toxicod dependentes, mantém estruturas públicas diminutas de atendimento e tratamento e continua a insistir na desresponsabilização do Estado das suas funções e papel, essenciais para se fazer face a este problema.

Um flagelo, ainda, que foi agravado pela política de direita dos Governos de Cavaco Silva e que está a prosseguir, nos seus aspectos essenciais, com o Governo de António Guterres.

Entretanto, se a prevenção da toxicod dependência em Portugal implica uma efectiva vontade política e uma estratégia coerente com a disponibilização dos meios necessários, a gravidade da situação no Casal Ventoso exige que, no quadro de uma estratégia mais geral, se concretize de facto um plano específico de intervenção.

Há que ir até ao fim na reabilitação do Casal Ventoso

O PCP vê, assim, com bons olhos a iniciativa do Município de Lisboa (pela qual, de resto, se bateu) de lançar em 1995 a operação da Reconversão do Casal Ventoso ao abrigo do programa comunitário URBAN e a constituição do respectivo Gabinete, entidade pública criada para gerir o projecto de reconversão urbanística desta área



Casal Ventoso

Texto: Henrique Custódio

Fotos: Jorge Caria

Os códigos da morte

particularmente degradada da cidade, e que visa, em complementaridade ao projecto central, a inserção do bairro na própria cidade, numa operação integrada de dinamização das actividades sociais, de recuperação e reanimação social.

Mas embora valorize os objectivos das acções em curso e muitas das iniciativas tomadas, o PCP considera que não se pode ficar por medidas que, mesmo tendo impacto público, sejam apenas parcelares ou limitadas no tempo.

O PCP entende ser necessário concretizar de facto o programa de reabilitação do Casal Ventoso até ao fim.

Para que se verifiquem progressos sensíveis há que assegurar a efectiva reconstrução e requalificação da vida do bairro (condições de vida dignas, emprego, desenvolvimento), há que garantir o progressivo e eficaz apoio e tratamento dos toxicod dependentes (meios suficientes, com duração necessária e garantidos pelo Estado, Gabinete de Apoio, Centros de Acolhimento, CAT, tratamento prolongado e reinserção social), há que garantir medidas no plano da segurança. E é indispensável assegurar uma profunda e eficaz coordenação no desenvolvimento conjunto das diversas medidas nas diferentes áreas e fases de intervenção.

E o PCP frisa: a dimensão que os problemas - e em particular os fenómenos de toxicod dependência - atingiram no Casal Ventoso, suscitam a urgência de uma política de intervenção assumida pelos organismos públicos, cuja responsabilidade não pode ser alienada.

Preconizando um vasto e concreto conjunto de medidas a aplicar no Casal Ventoso, o PCP assinala ainda que estas só serão viáveis se inseridas numa estratégia mais vasta de uma política de combate ao tráfico e consumo de estupefacientes, que não se pode limitar à confinação do problema na intervenção feita nalguns bairros estigmatizados da cidade e ignore a generalidade do flagelo, tanto à escala urbana como nacional.

Tudo isto vai estar em discussão aberta no próximo sábado, no debate sobre o flagelo da toxicod dependência centrado no Casal Ventoso, para o qual o PCP convidou diversas entidades públicas e privadas ligadas ao problema.

Muitos falam, os comunistas agem

Estas duas fotos são significativas e merecem acolhimento reservado.

Na primeira, estão os nossos acompanhantes na visita que fizemos ao Casal Ventoso, pondo ao nosso dispor um conhecimento da realidade feito de trabalho concreto no terreno, na luta contra a toxicod dependência. São eles, da esquerda para a direita: Lourenço Bernardino, presidente da Junta de Freguesia de São Vicente do Castelo (a que pertence o Casal Ventoso) e membro da Organização da Direcção da Zona Ocidental de Lisboa do PCP; Francisco Brandão, membro da administração do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso e também da Direcção da Zona Ocidental de Lisboa do PCP; Leonor Barão, responsável do PCP na ORL pela referida Organização da Direcção da Zona Ocidental de Lisboa.

Na outra foto vê-se o Centro de Trabalho do PCP no Casal Ventoso, ali aberto logo na sequência do 25 de Abril. É a única instalação partidária do bairro, sendo generalizadamente respeitada pelos residentes, quer pelos forasteiros. À porta está Jorge Marques, um velho comunista há muito residente no Casal Ventoso que, entre outras tarefas partidárias, ajuda a garantir o funcionamento deste Centro de Trabalho.



Das fábricas de novecentos à droga no fim do milénio

A situação profundamente degradada do Casal Ventoso, bem como o seu perfil de gueto social, têm obviamente raízes concretas na história da própria cidade de Lisboa, onde este bairro se insere na vertente Leste do Vale de Alcântara.

Sendo algo nebulosas as suas origens, economia e organização, tem-se por certo que o desenvolvimento urbano do bairro do Casal Ventoso é marcadamente operário e popular, acompanhando a industrialização da zona ribeirinha Ocidental. Neste quadro, é necessário assinalar que no século XVII se desenvolveram nestas margens alguns fornos de cal para tratar o calcário proveniente das pedreiras de Alcântara e dos contrafortes da serra de Monsanto, vindo o combustível pelo rio, fornecido pelas charnecas ribatejanas. Parte desta cal servia para as obras da cidade, havendo alguns fornos que se conservaram até ao século XIX. A proximidade do rio Tejo - fundamental pela sua acessibilidade - teve um papel preponderante no desenvolvimento industrial da zona, a par da construção do caminho-de-ferro, conferindo à área uma importância decisiva na evolução e animação de Alcântara.

Entre os finais do século XIX e princípios do século XX verifica-se um surto industrial no Vale de Alcântara, nomeadamente através da implantação dos têxteis, da metalurgia e da cerâmica, facilitada pelos aterros entretanto ali construídos. Uma das versões sobre a origem do bairro do Casal Ventoso atribui, exactamente, a sua criação a este surto industrial então verificado. Os proprietários destas indústrias viviam em grandes casas e pala-

cetes no alto da colina, no bairro de Campo de Ourique, e construíam pátios e vilas para os operários nas terras adjacentes às fábricas, erguidos sem enquadramento legal ou preocupações urbanísticas. Hoje, grande parte dos

palacetes dos industriais e da burguesia local estão reconvertidos ou em ruínas, tal como é generalizado o estado de degradação dos pátios e vilas existentes em Alcântara, nomeadamente os do Casal Ventoso.

Todavia, enquanto as casas dos proprietários - sempre diligentes na salvaguarda dos lucros - foram sendo abandonadas à espera de melhor ocasião de negócio ou reconvertidas para outras actividades, nos pátios e vilas verificou-se um aumento progressivo da população, concomitante com total ausência de obras de conservação por parte dos mesmos proprietários que, se cuidaram do destino dos seus palacetes, desprezaram por completo o dos pátios e vilas.

Com o declínio industrial do Vale de Alcântara, muitas famílias operárias retiraram-se do bairro do Casal Ventoso à procura de empregos noutras zonas da cidade, enquanto outras eram realojadas por força da construção da Avenida de Ceuta e da Ponte 25 de Abril. Muitos foram viver para bairros de habitação municipal precária, nomeadamente para os Bairros da Musgueira Norte, Musgueira Sul e Relógio... Essas migrações forçadas não impediram que, ainda hoje e em vários casos, subsistam laços estreitos com familiares e amigos que ficaram no Casal Ventoso.

Entretanto, a miséria imposta ao País pelo regime fascista continuava a provocar o êxodo agrícola para as cidades - nomeadamente nas vagas migratórias da década de 50 e início da de 60 -, pelo que famílias oriundas do meio rural continuaram a chegar a Lisboa e a encaixar-se nos únicos sítios dispostos a acolhê-los - os pátios e vilas operárias. No que respeita ao Casal Ventoso, essas vagas tiveram origem em todos os Distritos do Continente, sem excepção, embora os mais representativos sejam, por ordem decrescente, Viseu, Castelo Branco e Guarda. Resultou daqui uma crescente superlotação, acompanhada da quase ausência de obras de conservação ou restauro das já frágeis e deprimidas habitações originais do Bairro, quer pela indiferença dos proprietários em gastar dinheiro num património que deixara de lhes interessar, quer pela manifesta incapacidade económica dos seus inquilinos, fossem residentes de raiz ou emigrados de fresca data.

Releve-se o facto de a maioria das casas do Casal Ventoso, principalmente as situadas nos terrenos em declive, terem sido alugadas desde o princípio aos seus locatários (continuando, de resto, a sê-lo hoje), tendo por senhorios os proprietários das fábricas que, entretanto, se haviam instalado no alto da colina (nas imediações da Rua Maria Pia ou, no caso dos «patões», no conforto burguês de Campo de Ourique). Este distanciamento, obviamente segregador, acentuou uma degradação contínua do Bairro do Casal Ventoso e de todo o Vale de Alcântara, pela completa desmotivação dos seus já tão socialmente deprimidos locatários em revitalizar aquilo que não era (e continua a não ser) seu.

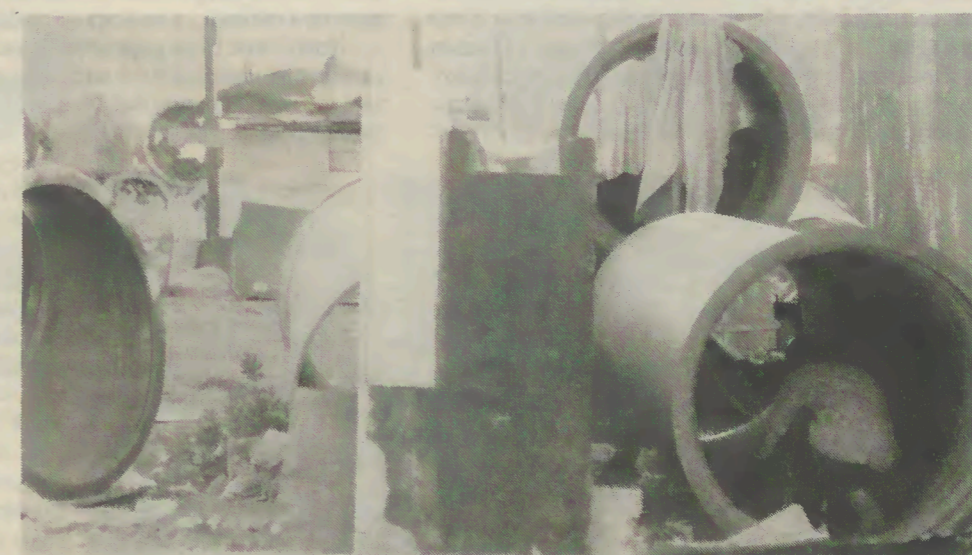
Entretanto, para se ter uma ideia da fragilidade das habitações erguidas nas encostas do Casal Ventoso, basta dizer que apenas 1,7% das edificações emprega o betão, enquanto 96,8% utiliza outro materiais ditos «resistentes». Proliferam as folhas de amianto, as vergas e as madeiras, contribuindo para a degradação ambiental (física, sanitária, social, estética) do Bairro.

Segregado desde o princípio, com a sua miséria pendurada num flanco próspero do cosmopolita Bairro de Campo de Ourique, o Bairro do Casal Ventoso desenvolveu uma identidade própria cujos traços mais característicos são o isolamento, o fechar-se em si próprio, a utilização de uma teia de códigos próprios. Para os seus habitantes, o Bairro evoluiu como uma «ilha» isolada do resto da cidade, construindo-se social e espacialmente com uma identidade peculiar.

Foi neste terreno propício - quer pela miséria e degradação resultantes do abandono a que o Casal Ventoso foi historicamente votado pelas entidades públicas e particulares com obrigações ou interesses na zona, quer pelo carácter hermético que as necessidades de autodefesa ali desenvolveram - que o narcotráfico paulatinamente se instalou no Casal Ventoso a partir da segunda metade da década de 80, alastrando e contaminando como uma peste mortal.

Encosta Ocidental do Casal Ventoso: «Os proprietários das indústrias do Vale de Alcântara viviam em grandes casas e palacetes no alto da colina, no remanso burguês de Campo de Ourique, e mandavam construir pátios e vilas para os operários nas faladas da colina, nas terras adjacentes às fábricas, erguidas sem enquadramento legal ou preocupações urbanísticas»

Conclusão



O narcotráfico apossou-se do Casal Ventoso e transformou o bairro num mundo de pesadelo, onde os toxicod dependentes terminam se refugiam em qualquer buraco - até em manilhas do estaleiro das obras de intervenção no bairro - para ressarcar enquanto esperam pela morte anunciada



Alentejo: Os comunistas e as mudanças

■ José Soeiro
Membro da Comissão Política

EM PRINCÍPIO, em Dezembro próximo teremos eleições para as autarquias locais. Será o primeiro acto eleitoral, de âmbito nacional, depois do PS ter ido para o governo na sequência das eleições de Outubro de 1995. Apesar dos nove meses que nos separam desta importantíssima batalha política, é uma evidência que todas as forças políticas estão desde já totalmente empenhadas na mesma.

No Alentejo, onde os comunistas e outros democratas da CDU têm a presidência de 24 dos 43 municípios dos três distritos da região, ou 28 dos 47 se considerarmos também os 4 municípios do sul do distrito de Setúbal, contra 13 PS e 6 PSD, o que é uma chaticice para o senhor José Frota, pois esta é uma realidade que, de acto eleitoral em acto eleitoral, teima em contrariar todos os seus vaticínios de vontade de mudança das populações e de declínio irreversível do PCP, tudo indica que iremos ter pela frente uma batalha política cheia de velhas novidades pois é já por de mais evidente que os nossos adversários, e nisto a tradição ainda continua a ser o que era, não irão olhar a meios para tentar alcançar, mais uma vez, o que em nenhuma das anteriores eleições conseguiram, ou seja, a derrota do PCP e dos seus aliados da CDU na região... a mudança do Sr. Frota.

O PS, agora no governo, já começou a mostrar claramente que, tal como fez o PSD quando lá estava, tudo fará para sacudir a água do capote em relação à responsabilidade que lhe cabe pela gravíssima crise que se vive no Alentejo, tudo fará para fazer esquecer as promessas não cumpridas, tudo fará para com renovadas e requeitadas promessas adormecer consciências e iludir os mais incautos, tudo fará para reganhar uma imagem de esquerda que melhor esconda a essência da sua política de direita ao serviço do grande capital financeiro, nacional e internacional, e dos grandes proprietários da terra do Alentejo e Ribatejo. Aqui, como se vê, não há mudança.

Naturalmente não vão faltar as correrias de ministros e secretários de Estado a colocar novas e velhas primeiras pedras por tudo quanto é sítio, ainda que de preferência em Municípios de maioria PS pois ministro sempre tem direito a comunicação social e ainda que os rapazes lá do sítio só apareçam em bicos dos pés e nas louvaminhas habituais sempre é uma forma de se promoverem. E nestas coisas é assim mesmo, os ministros e secretários de Estado enaltecerão as qualidades e capacidades extraordinárias dos rapazes e os rapazes não regatearão agradecimentos por tão honrosas presenças, agradecimentos acompanhados naturalmente pelos mais rasgados elogios à brilhante política do governo que só por ignorância o povo não aceita e teima em contestar. Um verdadeiro mar de rosas... uma mudança assinalável.

Não irão faltar também as inaugurações e reinaugurações de obras feitas e por fazer, e talvez aqui não calhe mal um parêntesis para lembrar ao Ministro João Cravinho que as obras do troço do IP2, entre Portel e S. Manços, que inaugurou no princípio de Dezembro de 1996, estão quase prontas e como tal em condições de ser brevemente reinauguradas. Mais uma vez aqui não há mudanças.

Não irão faltar igualmente os habituais saquinhos azuis habilmente administrados sem qualquer controlo democrático e sem outros critérios que não sejam o clientelismo e o aliciamento para eventuais apoios eleitorais, por essas notabilíssimas figuras do Estado e autênticos padrinhos, os governadores civis, que PS e PSD tanto apreciam e que por isso tanto desvelo têm tido em preservar nos últimos 21 anos. Nisto as mudanças são notórias.

Alqueva, mantido na gaveta durante 20 anos por sucessivos governos formados entre o PS, o PSD e o PP (é Cavaço Silva que afirma ter sido ele que teve a coragem de tirar Alqueva da gaveta faltando assim apurar apenas quem lá o meteu), será agora referido mais um milhar de vezes como o exemplo acabado do empenho do governo PS em garantir o desenvolvimento do Alentejo. O Porto de Sines, onde há muito devia existir um terminal de carga, não deixará certamente de estar presente no discurso do futuro e a BA11 que há muito podia funcionar como aeroporto civil não deixará certamente de ter lugar no mesmo. Até as metalurgias do cobre, zinco e estanho que deviam estar a gerar mais-valias e empregos na região há muitos anos são capazes, com algum jeito, de merecer lugar de destaque no agora chamado discurso positivo de tão iluminados governantes que mais não seja para anunciar mais uns estudos que sempre é uma forma de ir dando uns cobres a ganhar aos amigos. Isto sem falar na nova agricultura e na nova reforma agrária que o secretário de Estado Capoulas Santos já começou a anunciar, como noticiava o jornal Público no passado dia 4/3/97, e no combate cerrado que o governo não deixará de ir travar contra a famigerada PAC

- Política Agrícola Comum - que só serve os países ricos do Norte lá fora e os grandes agrários do Sul cá dentro... o PS e o PSD não têm nada a ver com a PAC, claro, e só a má-fé dos comunistas é que pode levar a afirmar o contrário. Aqui já se respira a mudança.

Quanto ao resto - Alqueva e Plano de Rega, Sines, BA11, metalurgias, acessibilidades, reforma agrária, Regionalização, Plano Integrado, etc. -, é uma evidência que os comunistas só falaram nisso nos últimos 20 anos porque sempre estiveram contra tudo e contra todos pois é uma evidência que aos comunistas nada interessa o desenvolvimento do Alentejo já que é sabido que se o Alente-

jo se desenvolvesse o PCP estaria condenado definitivamente a desaparecer. Aliás, só a ingratidão dos comunistas é que pode justificar a sua animosidade contra a política de direita que o PS, o PSD e o PP sempre defenderam para o Alentejo pois é só para bem do PCP, como toda a gente sabe, que todos eles tanto se têm empenhado na sua aplicação. Nisto sente-se a mudança.

O Alentejo perdeu mais 4 mil habitantes no último ano de governação PS? Perderam-se mais mil empregos na região no mesmo período? As minas de Aljustrel continuam encerradas? O envelhecimento e a desertificação continuam? Os trabalhadores reclamam contra a vigarice das 40 horas e a falta de cumprimento de promessas e acordos? Os agricultores denunciam a política agrícola que os conduz à ruína? Os jovens manifestam-se contra a política educativa e as propinas? Os reformados e deficientes saem à rua por melhores reformas e pensões? As mulheres reclamam o fim das discriminações, a reforma aos 62 anos e a lei da interrupção voluntária da gravidez? As populações exigem os Centros de Saúde abertos 24 horas? Protesta-se contra os aumentos dos preços e o congelamento dos salários? Os autarcas reclamam mais 25 milhões de contos no PORA para fazer face aos projectos existentes? Exige-se a regionalização e um Plano Estratégico para o Alentejo? Contesta-se o acordo de revisão da Constituição feito entre o PS e o PSD?... e afinal de quem é a culpa de tudo isto? Do PS e do PSD? Da política de direita que um tão bem praticou e outro tão diligentemente pratica? Nem pensar. A culpa é dos comunistas, como é óbvio. Então não são os comunistas que têm a maioria nas autarquias? Não foram os comunistas que apoiaram a reforma agrária e acabaram com o desemprego arruinando a agricultura não só no Alentejo mas em todo o País, incluindo os Açores e a Madei-

ra? Não são os comunistas que assistam e afastam os investidores? Não são os comunistas que estão interessados em que os problemas não se resolvam para poderem desestabilizar e movimentar as massas contra o governo? É evidente que são os comunistas os culpados... os comunistas pois então... os comunistas... os comunistas... é preciso a mudança... a mudança... a mudança...

Naturalmente há um pequeno problema, coisa sem importância, uma ninharia, mas não deixa de ser um pequeno problema. Os comunistas e outros democratas da CDU têm uma obra notável realizada ao serviço das populações. O Alentejo é uma das regiões melhor infra-estruturadas do País, uma região onde as populações usufruem de uma qualidade de vida superior à generalidade do País. Água, esgotos, recolha e tratamento de lixos, electrificação, arruamentos, pavilhões gimnodesportivos, polidesportivos, campos de futebol, campos de ténis, piscinas, centros e casas de cultura, bibliotecas, centros de dia, apoios às colectividades, à 3ª idade, à infância, zonas e parques industriais, gabinetes de apoio ao desenvolvimento, PDMs, PGUs, PIDs... os indicadores disponíveis não deixam margem para dúvidas: CDU é obra! Uma grande obra, uma obra exemplar a exigir a mudança. Mudança na política de direita que tem conduzido o Alentejo e o País ao desastre no plano económico. Mudança face à PAC, a Maastricht e à moeda única. Mudança de mais Câmaras e Juntas de Freguesia do PS e do PSD para a CDU para bem do Alentejo e das populações, para a mudança necessária e urgente para uma nova política, uma política democrática e de esquerda... uma mudança urgente para bem dos portugueses e de Portugal.

Naturalmente, há um pequeno problema, coisa sem importância, uma ninharia, mas não deixa de ser um pequeno problema. Os comunistas e outros democratas da CDU têm uma obra notável realizada ao serviço das populações.



O (outro) lado político das coisas



O repentino e inusitado interesse pelos deputados ao Parlamento Europeu merece reflexão e comentário. Políticos.

Há, em Portugal, uma maneira de fazer política (e comunicação) que agride quem tenha da política a ideia da prática de um direito e de uma obrigação decorrentes de se viver em sociedade.

Não é só em Portugal, como é óbvio. O capitalismo é, por natureza, um modo de produção e um sistema político que procura separar, dividir, individualizar, e o viver em sociedade é o contrário. Em sociedade, e sempre mais, o indivíduo é parcela, cada gesto, cada atitude, cada posição de cada um, tem a importância e o significado de ser um gesto, uma atitude, uma posição que, sendo individuais, se juntam a outros gestos, atitudes, posições. São, todos eles, contributos para, todos eles são partes desse viver colectivo.

O que o senhor Clinton decide – ou as decisões que forças económicas, políticas, sociais em suma, o levam a tomar – tem reconhecida influência nas vidas de todos os que hoje lhe são coevos e nos vindouros. Mas também a terá, e muita, a reacção das massas de trabalhadores que, pelos extremos orientes, chegam à situação de assalariados ao descobrirem e tomarem consciência de que estão sujeitos a uma insuportável sobreexploração, sem horários de trabalho, sem descanso semanal, sem férias, sem protecção social. Assalarição que lhes chega pelas mãos/tentáculos do capital transnacional que para lá se deslocou na libertinagem da sua circulação pelas auto-estradas da informação, pelas europas deixando desemprego e atacando conquistas sociais relevantes...

assim terem feito o seu viver com os outros, por assim serem as relações sociais.

*

Será por isso «natural» que o que trouxe para «as primeiras» da comunicação social os deputados ao Parlamento Europeu não tenha sido o que por lá andam a fazer esses eleitos do povo português – por isso seus representantes –, que interesses defendem e como, mas o caso, o escândalo, o aparentemente não-político.

Ainda se poderia esperar que se procurasse fazer a passagem, isto é, anotar e sublinhar o (outro) lado político das coisas a partir dos casos individuais lá fora detectados e aqui divulgados em segunda mão, e outros de investigação e informação directas.

Vou exemplificar:

A partir de casos individuais, com nome e imagem, foi dito que os deputados (todos) têm direito a vir a Portugal aos fins-de-semana e que se aproveitariam (todos?) desse direito para meter ao bolso a massa correspondente às viagens que não fariam por ficarem no conforto das suas «casas europeias». E houve quem, ouvido sobre os casos, ajudasse à (des)informação esclarecendo que isso se justificava por só assim se poder cumprir o princípio sagrado do salário igual para trabalho igual, pois era a única forma dos deputados (todos?) arredondarem o seu magro salário de deputado português.

Pegando no lado político da coisa, eu – que até sou deputado ao PE – afirmaria que os deputados não têm direito a vir a casa ao fim-de-semana. Esta é a perspectiva errada de quem vê a situação

Diz o art. 137º do tratado que o PE é «composto por representantes dos povos dos Estados reunidos na Comunidade» e estes, se têm em Bruxelas e Estrasburgo lugares de reunião e sessão, continuam (ou devem continuar) a ter como seu mais importante lugar de trabalho o próprio país, onde, aliás, mantêm a sua residência, a partir de onde fazem as deslocções.

É evidente que a situação é, hoje, muito diferente da que levou a que o art. 139º acrescentasse que o PE «realiza uma sessão anual (podendo) reunir-se em reunião extraordinária». O PE, hoje, tem essa sessão ordinária e mais 17 extraordinárias (10 em estrasburgo e 7 em Bruxelas), além de 21 semanas de reunião de comissões e 13 semanas de reunião de grupos políticos.

Mas em nada se alterou a situação política dos deputados se deslocarem para as reuniões e sessões e de terem direito a que essas deslocções lhe sejam pagas. Se dúvidas houvesse, o que semanalmente recebe cada deputado dá lugar a um documento/recibo em que põe a sua assinatura por debaixo de uma declaração que diz (em português como nas outras 10 línguas) que «o reembolso em questão aplica-se às deslocções efectuadas nas condições supramencionadas». E as condições supramencionam as missões abrangidas, o local das ditas, os dias de estadia, o local de ida e o local de volta.

Por isso, além da questão política maior de qual a razão do reembolso, e ela não é a de vir passar o fim-de-semana a casa mas sim o de ir cumprir missões a Bruxelas, a Estrasburgo ou onde for, há ainda o pormenor (!) de cada um colocar a sua assinatura sob uma declaração (também política) de que as deslocções foram efectuadas. E, se não as efectuou, assinou uma falsa declaração!

É significativo que ninguém o tenha, até agora, referido, o que revela como anda pelas horas da morte o sagrado princípio de que o que uma assinatura honra honrado tem de ser.

Quanto à utilização das viagens para arredondar o salário dos deputados portugueses, magro relativamente aos dos seus

so» («das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores»), de acordo com o art. 117º do Tratado.

O que não quer dizer que não deva ser seriamente encarada a situação particular e perfeitamente anómala das diferenças entre os eleitos para um mesmo mandato vindos de (e continuando em) situações sociais tão díspares. Bem pelo contrário. E para esse trabalho sério, urgente e sucessivamente adiado, os deputados do PCP estão contribuindo. O que não é o caso de todos os outros.

*

Um outro caso personalizado, «fulanizado», também veio para as primeiras páginas dos jornais da semana passada, rivalizando com o acontecimento Sá Pinto, o que dá bem a ideia do seu interesse mediático.

Foi o caso do ex-deputado Manuel Monteiro que teria recebido uma verba do Parlamento Europeu a que não tinha direito e que, instado a devolvê-la, nem se deu ao trabalho de responder pelo que foi ordenado aos serviços jurídicos do PE que promovam os procedimentos judiciais necessários para a recuperação da quantia em dívida.

Há dois lados políticos da coisa que gostaria de sublinhar.

Um, o facto de, na véspera, o referido ex-eurodeputado ter, como seu costume, feito inflamadas declarações acusatórias dirigidas a outros, estando ele, afinal, em vias de vir a ser réu em resultado de procedimentos que ele tão demagógica e populisticamente invectivava, ilustrando a popular situação de ter telhados (e não só) de vidro e estar a atirar pedras aos telhados dos vizinhos que de vidro são.

Outro, não ter sido (pelo menos ainda) salientado que, muito mais que a modesta quantia devida, o que no caso merece relevo (político) é não ter esse ex-deputado direito a receber o que recebeu por ter faltado a mais de metade das reuniões a que, por mandato do povo português e em sua representação, tinha tido a obrigação de participar. O que, no caso dele, é particularmente (a)berrante dado o seu dedinho tão apontador de situações destas aos outros, tão aparentemente indignado com aqueles que faltam ao que têm obrigação delegada pelos eleitores.

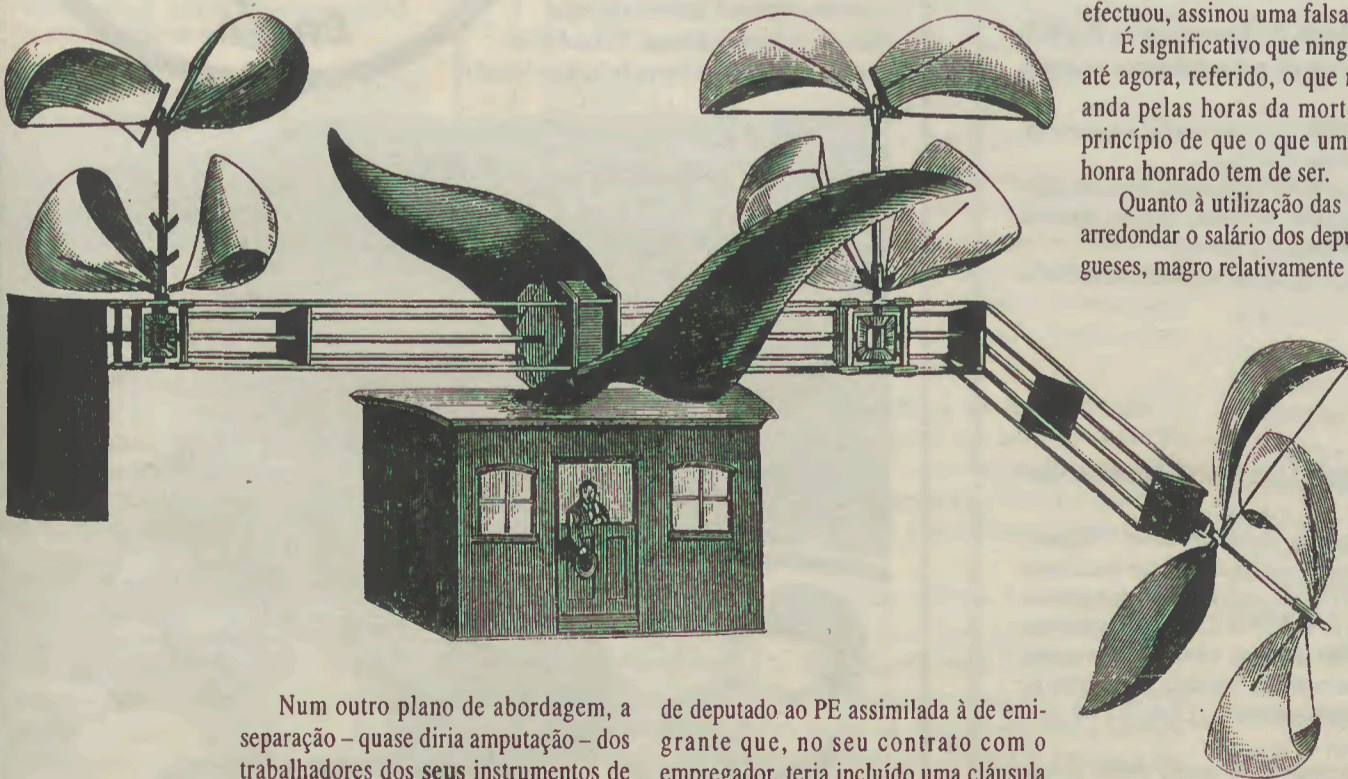
*

A política tem destas coisas. E não há coisas sem lados políticos. O que acontece é que nem todos estão na política pelas mesmas razões, nem defendem todos os mesmos interesses.

Há quem esteja nela por interesse seu, ou para defender interesses egoístas de outros e em seu proveito próprio. Mas há também quem esteja na política por imperativo de cidadania, por um entendimento solidário de viver em sociedade. E deve ser essa, para estes, a única opção política de natureza pessoal: a de optar pelo colectivo, pela representação dos eleitores, dos trabalhadores, do povo.



■ Sérgio Ribeiro



Num outro plano de abordagem, a separação – quase diria amputação – dos trabalhadores dos seus instrumentos de trabalho, do que lhe prolongava o corpo para produzirem e se produzirem como homens, está na essência do capitalismo mas não menos o está a tentativa de separar o homem do homem, de dividir, de isolar indivíduo a indivíduo. E a «fulanização», a mediatização, o protagonismo, o vedetismo são manifestações do individualismo feroz que leva a que o homem seja o único animal que pratica a crueldade (isto diz Saramago), não por ser o homem cruel (isto digo eu) mas por

de deputado ao PE assimilada à de emigrante que, no seu contrato com o empregador, teria incluído uma cláusula que lhe daria o direito de «vir a casa» ao fim-de-semana, como aconteceria com outros trabalhadores emigrantes menos favorecidos por só conseguirem essa cláusula uma ou duas vezes por ano.

Ora o chamado eurodeputado não tem esse direito porque não é essa a situação. **Tem, sim, direito a que lhe sejam pagas as deslocções para participar nas reuniões e nos trabalhos parlamentares onde se realizem.** O que é (politicamente!) bem diferente.

«colegas» vindos de outros Estados membros, o confronto está inquinado pela errada perspectiva de que o deputado saiu do seu país onde tem o direito de vir «em fim-de-semana». Só nessa perspectiva se justificaria a invocação do princípio de salário igual para trabalho igual.

Na perspectiva (política) que temos, o confronto deve ser com os salários nacionais e esse confronto deveria servir de estímulo para se lutar, no Parlamento Europeu, pela «igualização no progres-

O LEITOR

Rumo à Vitória

Tornamos à correspondência, que a falta de espaço tem impedido de se tornar mais regular, com excertos de um texto do nosso leitor José Machado, de Rio Tinto, que nos escreve a propósito de uma crónica assinada pelo deputado do PS, José Saraiva, também assim intitulada, onde este tribuno assinala «semelhanças entre o discurso dos comunistas portugueses e o do fascista francês, Le Pen»:

(...) Não reparou (?) o Sr. José Saraiva que quem esteve inteiramente em plena convergência com o fascista Le Pen e afins foi precisamente o seu chefe Guterres, que muito recentemente, em visita à França, não teve uma única palavra de preocupação, junto do seu homólogo Chirac, contra a Lei Debré.

«Não era oportuno...» afinal a Lei Debré não atinge os portugueses... é só para os pretos...

(...) E já que estamos em França, por acaso nunca terá passado pela cabeça do Sr. deputado a mera coincidência(?) do facto do crescimento do Partido de Le Pen ter começado logo após 10 anos de governação socialista?

Talvez porque, lá como cá, as promessas eleitorais dos socialistas são um coisa e os socialistas no Governo são outra?

E que dizer dos camaradas socialistas do Distrito de Braga e das suas *Profundas e humanas* reflexões sobre o caso da comunidade cigana?

Creio que em relação a semelhanças com o facista Le Pen, estamos conversados. (...)

Socialmente desenquadrado

E o nosso leitor Jorge Antunes escreve sobre os preços que o governo afirma terem baixado, apesar das subidas...

(...) O Governo pode dizer que o aumento médio por português foi baixo.

Por que é que ando confuso? Pois se não pensasse isso não acontecia, dizem que as férias vão passar de 22 para 24 dias úteis, mas atenção, como garantidos apenas ficam 10 dias, os restantes ficam sujeitas à assiduidade do trabalhador e o subsídio será proporcional aos dias atribuídos.

Reduziram o horário de trabalho e em troca impuseram a sua flexibilidade podendo o horário semanal ser estendido até 50 horas, o Governo legalizou a polivalência de funções para desvirtuar as carreiras profissionais.

Mensalmente o Governo diz que baixou a inflação, na prática a vida vai estando mais cara e é isto que me baralha ou será que o Governo tem andado a governar para outro país. (...)

É fartar, vilanagem!

A carta que nos enviou o leitor António Costa Moreira, da Amadora, recorda os 27 milhões de contos que o governo de Cavaco Silva entregou a A. Champalimaud:

(...) Para que o negócio não desse muito nas vistas, aqueles governantes «democratas» não fizeram uma acta, não elaboraram qualquer relatório ou documento similar (ou levaram sumiço!) das três «conversas a sós» que o ministro financeiro e o magnata tiveram (conversas em família, se dirá com propriedade) e assentaram que 27 milhões de contos fossem pródiga e generosamente entregues ao dono da Mundial-Seguros, para comprar um banco. Tudo isto prefigura um cenário irreal num país imaginário saído de qualquer conto anderseniano.

(...) Afinal, em Outubro de 1995, foi eleito um governo PS/Guterres que a população imaginou ser oposição (e alternativa credível) ao governo PSD/Cavaco Silva. Rotunda ilusão. Muitos e muitos votaram para deixar tudo na mesma (ou pior ainda, em alguns casos). Como diz o povo: «Apenas mudaram as moscas»...

Palavras para serem ditas

Ainda sobre a questão do aborto clandestino, que a votação da Assembleia da República manteve, o nosso leitor Jaime Pinto enviou-nos um texto de que publicamos o seguinte excerto:

Adeptos da pena de morte e partidários convictos de uma sociedade reaccionária, cruel e discriminativa, saíram a monte, pressurosos e ofegantes como «defensores da Vida». Que Vida?

Democracia sem vocação social actuante e sincera é uma farsa. Um Partido Socialista com tonalidades reaccionárias seria uma aberração, uma incoerência. A diferenciação partidária, fundamentada em ideologias autênticas, é uma necessidade básica, uma condição para haver democracia. Ou não será?

Ao fazer tábua rasa dos compromissos eleitorais está-se caindo em termos de uma futilidade para-ideológica; mais frenética que activa, de infantilidade dinâmica...

Antes e depois

A propósito da recente entrevista concedida por Fernando Luso Soares a Baptista-Bastos, na SIC, escreve-nos, de Beja, Noémio J. Ramos:

(...) Ao ser-lhe perguntado qual o motivo que o levou a afastar-se do Partido Comunista Português, o Senhor Dr. F.L.S. não esteve com mais aquelas e passou a justificar as «suas razões» de tal afastamento, considerando-as mesmo de uma certa «incompreensão» da parte do Partido, para atender às suas justificações, narrando de seguida o acontecido: — Em determinada altura do mês de Abril, alguns trabalhadores de Almada resolveram construir num certo terreno sob jurisdição camarária, umas «vivendas», consideradas de segunda moradia, aonde iam passar os fins-de-semana com os seus familiares, contrariando por esse facto, determinações da Câmara Municipal, que, depois de alguma polémica, foi forçada à sua demolição.

Ora aqui, o Senhor Dr. F.L.S. não explica se as construções eram clandestina ou se eram movidas por puro oportunismo como tantos ocorridos na altura, afirmando apenas, e muito ciente da sua razão, que não gostou da decisão da Câmara Municipal de Almada, o que o levou a romper de vez com o Partido Comunista.

Será que o Senhor Doutor quis na altura que a direita, e não só, desfraldasse a bandeira da legalidade democrática?... Se assim pensou, saiu-lhe o tiro pela culatra, porque a Câmara de Almada não atendeu ao seu desejo, respeitando, aliás como é de seu uso, a igualdade de direitos para com todos os seus municípios.

Saudações e críticas

Registamos ainda as saudações que nos enviou o nosso camarada Humberto Soeiro, «o militante mais velho da Província do Minho», leitor de sempre. E também as críticas que nos dirigiu Manuel Miranda, de Coimbra, que exige do «Avante!» melhor e mais actualizada informação. Agradecemos a ambos.

Reforma Agrária é exigência nacional

Algumas sondagens de opinião feitas por meios de comunicação, como a TV Globo por exemplo, indicam que a grande maioria (mais de 80%) da população é favorável à reforma agrária considerando-a urgente. A razão mais visível é o desejo de que as cidades sejam esvaziadas daquele grande contingente de desempregados que resulta da emigração rural contínua e crescente.

De facto, a pressão populacional nas cidades é insuportável com a imagem de miséria e de insegurança social. As favelas e os bairros clandestinos crescem da noite para o dia e as Prefeituras não conseguem criar as infra-estruturas necessárias nem mesmo socorrer as pessoas nas frequentes calamidades causadas pelas chuvas e pelas epidemias, menos ainda pelo desespero que alimenta o mundo do crime. É uma razão, portanto, de autodefesa que hoje coloca lado a lado as várias correntes políticas na exigência de uma reforma agrária. Mas há um sector mais consciente da sociedade que vê ainda, para além da violência nas ruas, a **violência do latifúndio e das terras improdutivas**.

Júlio José Chiavenato escreveu um interessante e bem fundamentado livro, «Violência no campo», para suporte didáctico dos cursos de liceu, onde aborda várias questões que estão na raiz do problema agrário brasileiro: a crescente concentração da propriedade (1,9% dos proprietários são donos de 54,64% das terras aráveis — que no território nacional somam 450 milhões de hectares); a existência de 82 milhões de hectares de terras ociosas; a produção de alimentos (140 milhões de toneladas de grãos, carne, leite, açúcar, frutos) que, sendo equitativamente distribuídos, daria para alimentar bem toda a população brasileira; a existência de mais de 4 milhões de trabalhadores da terra **sem renda**, isto é, trabalhando como escravo, e mais 4,5 milhões que recebem entre meio e um salário mínimo (equivalente a 7,5 e 15 mil escudos); a absoluta falta de protecção a que estão sujeitas as famílias dos trabalhadores subordinados aos latifundiários que fazem a sua própria lei assassinando

impunemente; a convivência entre os poderes, sobretudo o Judiciário, com a repressão violenta e o desrespeito pelos direitos de cidadania em defesa da grande propriedade; a existência de leis que o Governo faz mas não regulamenta (se fosse aplicada a lei nº 8629, cerca de 95% da área dos latifúndios seria distribuída — 204 898 754 ha). Como se não bastassem os latifundiários brasileiros, com os incentivos do Governo ditatorial a partir de 1964 entraram multinacionais que *estocaram* milhões de hectares de terras onde existem também minérios que vão contrabandeando descaradamente além do desmatamento desregado que agride a natureza e expulsa a população local.

Não é por acaso que até o Papa recomendou ao Presidente do Brasil que realize a reforma agrária. A manutenção do sistema latifundiário é um crime contra a população brasileira, uma afronta aos Direitos Humanos, uma destruição da natureza.



no Brasil

onal

■ Zillah Branco

Violência silenciosa

O Movimento dos Sem Terra – MST – organizou uma jornada que partiu de São Paulo em direcção a Brasília. São 900 quilómetros que serão palmilhados com sacrifício e entusiasmo por quem pretende conquistar os seus direitos ao trabalho e à vida dentro da lei. Mesmo assim, são acusados de violência pelos «ruralistas» (facção política dos latifundiários), que ostensivamente expõem a sua decisão de receber à bala qualquer tentativa de ocupação das suas terras. As mortes de trabalhadores se sucedem e os responsáveis (familiares dos proprietários, jagunços, membros da segurança pública) ficam impunes. E o país assiste impotente a esta vergonha nacional em que as defesas do cidadão são chamadas de violência e o crime organizado por uma casta que defende as suas sesmarias como se estivessemos no século XVI tem suporte jurídico para calar um Governo que pretende ser democrático.

Violência maior é forçar os homens e mulheres do campo a emigrarem para poder sobreviver. Violência é impor a essa gente uma cultura urbana que contraria os seus valores fundamentais. Violência é proteger a propriedade de terras ociosas à custa da vida de cidadãos que querem trabalhar. Violência é simular um Estado de Direito onde as leis existem mas não são cumpridas. Violência é atrasar uma reforma agrária por razões burocráticas. Violência é manter um país onde prolifera a corrupção entre altos membros do Estado enquanto crianças de 5 anos trabalham para comer. Violência é exibir elevados índices de crescimento económico quando milhões de cidadãos crescem subnutridos e morrem de fome ou de tiro. Violência maior é o cinismo do prepotente que vê o seu concidadão como uma sub-raça. Violência maior é ocultar a verdade e impedir o verdadeiro desenvolvimento nacional que se prende à dignificação do seu povo.

Chiavenato, J.J.

Violência no campo – o latifúndio e a reforma agrária.
Ed. Moderna – 1996 São Paulo



■ José Brinquete

Crónica do Nordeste

Um ano é muito tempo...

Balanço da 1.ª Governação Aberta em Bragança

O Governo de António Guterres/PS inaugurou há um ano, em Bragança, um novo estilo de fazer Política. A isso o partido da rosa deu o nome de Governação Aberta. A escolha da primeira experiência coube ao distrito de Bragança, precisamente um dos mais carenciados. Aqui, no Nordeste Transmontano, os principais estrangulamentos dão pelo nome de desertificação humana e interioridade. Só na última década, o Distrito perdeu 14% da sua população e concelhos como Mogadouro ficaram com menos 20,5%, Vinhais menos 21,2% e Vimioso menos 25,6%. Será que a passagem pelo Nordeste, por 2 dias, do Governo rosa contribuiu para que um ano depois sejam visíveis sinais de mudança?



A família dos secretários, na inauguração da Feira do Fumeiro, em Vinhais. Foto gentilmente cedida pelo jornal «Nordeste»

Quando, no dia 25 de Março de 1996, o Primeiro-Ministro e a sua comitiva governamental desembarcaram em Bragança, por 2 dias, logo foi claro que na realidade não pretendiam conhecer os problemas do Nordeste. O programa que entretanto foi conhecido não deixava margem para dúvidas. Em 2 dias e com a programação anunciada, ninguém de boa-fé acreditou que a nova maioria PS pretendia, com a 1.ª Governação Aberta, conhecer seriamente o distrito de Bragança, ouvir as suas forças vivas e executar propostas que contrariassem a situação, em alguns casos, de subdesenvolvimento aqui existentes.

Com um programa de «mata cavalos», o que claramente se pretendia era uma operação mediática de puro marketing político.

Acresce que o Primeiro-Ministro e a sua comitiva escolheram vir a Bragança precisamente logo a seguir à aprovação do Orçamento de Estado para 1996. Orçamento que, na linha da política de direita seguida durante 10 anos pelo Cavaquismo, continuava a penalizar fortemente o interior e em especial Trás-os-Montes.

Então, perante este facto indesmentível, que era a aprovação, 15 dias antes, do Orçamento de Estado para o ano que então se iniciava e que em nada favorecia Bragança, a interrogação legítima que se colocava era: o que vinha tão ilustre comitiva cá fazer? A dúvida foi desfeita logo nas primeiras horas que o Eng.º Guterres pisou solo do Nordeste.

Efectivamente, o Primeiro-Ministro apressou-se a dizer, sobretudo para consumo da outra comitiva, a da Comunicação Social nacional, que iria repor Bragança no mapa, mas só a partir de 1997.

Num golpe de «imaginação, criatividade e mágica» só possível e acessível a seres superiores, o Eng. Guterres pôs em causa a cartografia reconhecida oficialmente e as fronteiras de Portugal, garantindo que reporia este pedaço de Portugal no mapa. Por outro lado, desmentiu que só olhavam para o orçamento do ano que nessa altura se iniciava prometendo leite e mel mas para os outros anos.

Assim, com um saco de promessas e as mãos cheias de nada, não foi pobre a prometer.

Para não sermos exaustivos, recordamos só 3 dessas muitas promessas: o Eng. Guterres prometeu reabrir as Carreiras Aéreas em 1 de Janeiro de 1997; realizar eleições para as Regiões Administrativas em Dezembro de 1997; e aplicar 100 milhões de contos no distrito nos anos de 1997/98/99.

A DORBA do PCP, em nota à Imprensa, de 14 de Março de 1996,

afirmava: «Sem prejuízo de um balanço ulterior, não teria sido mais útil o governo vir antes a Bragança para que o Orçamento, concretamente o PIDDAC'96, reflectisse, já este ano, as propostas e as medidas de resolução das carências existentes?» E mais à frente dizia: «Será que o senhor Primeiro-Ministro e o seu Governo vão desembarcar em Bragança com um Saco Azul, à revelia das regras democraticamente estabelecidas?»

A mesma estrutura partidária voltou a emitir uma posição pública de balanço da 1.ª Governação Aberta e, em 2 de Abril, onde refere: «infelizmente o balanço que fazemos sobre tal visita é francamente negativo», e mais adiante considera que «a chamada Governação Aberta não passou de mais uma operação de marketing político, tão ao gosto do Primeiro-Ministro e do seu Governo».

De facto, quando o PCP, sem hesitar, desmascarou a demagogia e a promessa fácil do Eng. Guterres e do PS, não pretendia ser premonitório mas, passado um ano, infelizmente, não só se cumpriu o que prognosticámos como a situação se agravou.

Decorrido um ano desta triste experiência, praticamente nada foi feito para contrariar os verdadeiros nós estranguladores do Nordeste, como sejam os custos da interioridade, a desertificação humana e a ausência de investimentos nomeadamente públicos.

E, na memória colectiva, só prevalecem imagens demagógicas como, por exemplo, «repor Bragança no mapa», ou «peçam ao Calejo, que eu dou», ou ainda o Eng. Guterres a engraxar os seus sapatos.

No entanto, não podemos subestimar uma outra forma de ver o problema que é, no fundamental, a seguinte: se o PS pretendeu dar a imagem, mesmo que falseada, de governo e governantes dialogantes e junto do povo, então talvez tenha atingido os seus objectivos.

Esta é uma prática muito usual no PS, como no PSD, mas, quando partem, depressa se esquecem das populações e dos seus problemas, voltando-se a lembrar quando pretendem voltar para nova operação mediática ou para pedir novamente o voto.

Passou um ano, muita água correu por baixo das pontes e, entretanto, a máscara deste Governo dialogante e aberto caiu mais depressa do que muitos

previam.

Sem qual pudor ou vergonha este governo não repôs um conjunto de serviços que daqui saíram e que em campanha eleitoral o PS prometeu trazer de volta. Manteve o rodopio de visitas de secretários de Estado e ministros ao distrito, muitas vezes aos 2 e aos 3, a par da acção persistente do Governador Civil na procura de influenciar e dominar enganosamente as populações.

Ultimamente, quando não vem um ministro vêm 3 secretários de Estado, quer a inaugurações de uma qualquer iniciativa, como prova a foto da inauguração da Feira do Fumeiro em Vinhais, quer continuando o rol de promessas.

Por outro lado, as expectativas estavam todas concentradas no Orçamento de Estado e no PIDDAC para 1997, tendo em conta as palavras do Eng. António Guterres. Mas o que sucedeu, como aliás se esperava, foi que mais uma vez, e na calha das políticas de direita anteriores, estes documentos voltaram a penalizar fortemente o interior e continuaram prisioneiros de Maastricht.

Acresce que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou cerca de 35 propostas para o PIDDAC'97 no valor de mais de 1 milhão de contos e abrangendo 10 dos 12 concelhos e o Partido Socialista e os seus 2 deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Bragança votaram contra, inviabilizando obras fundamentais e que eles próprios defenderam na campanha eleitoral.

Nestas últimas semanas, vários são os órgãos da comunicação social que têm tratado o assunto fazendo um balanço da 1.ª Governação Aberta e possivelmente comparando com as que se seguiram por outros pontos do País.

É de notar que nesta altura já aparecem representantes de outros partidos ou das organizações económicas e sociais e mesmo alguns socialistas a fazerem um balanço negativo e a usarem as formulações que nós usamos há um ano!

A Federação do Partido Socialista de Bragança, em reunião recente, considerava que o Governo tem defraudado as expectativas em relação ao Distrito de Bragança; a nosso ver, não passam de meras lágrimas de crocodilo, de queixa fingida e traiçoira.

Por nós, julgamos que o Primeiro-Ministro e o seu Governo terão muitas dificuldades em voltar a Bragança com o mesmo crédito de há um ano.

Mulheres

O direito de intervir

O reconhecimento das Associações de Mulheres como parceiros sociais, com direito a tempo de antena e de participação e intervenção na definição da política global, sectorial e local da condição feminina, foi uma das exigências avançada pelo Conselho de Ministros alternativo. Uma iniciativa do MDM e da CGTP-IN, em vésperas do 8 de Março, em que estiveram em debate problemas tão diversos como a Lei das 40 horas de trabalho, a hipocrisia que marcou a decisão parlamentar sobre a IVG ou ainda a necessidade de regulamentar a Lei sobre a violência contra as mulheres.

Exigência que assumiu particular actualidade, num momento em que o debate sobre a IVG, na Assembleia da República, mais uma vez deixou claro que "as organizações femininas devem não só ser ouvidas como terem peso nas decisões políticas, em particular no que às mulheres diz respeito", como se sublinha em nota do MDM.

Ponto por ponto passaram, pela mesa deste invulgar Conselho de Ministros, os múltiplos problemas ligados a desigualdades que se mantêm, dando lugar a *efeitos agravados*, para as mulheres, de políticas que a todos nós atingem.

É o caso da desvirtuação da Lei das 40 horas, por exemplo, na medida em que são particularmente atingidos sectores como os têxteis, vestuário e calçado, onde a mão-de-obra feminina é maioritária.

Ou da degradação da Segurança Social - que naturalmente atinge em particular os grupos de população mais vulneráveis, incluindo a feminina. Ao serem mais penalizadas no quadro do mundo laboral - salários mais baixos, 70% do trabalho precário - as mulheres "são também as mais severamente atingidas por um círculo de carências, de pobreza e de marginalização, a que a protecção social não respondendo ou impedindo eficazmente, acabem por empurrar para a solidão e para uma cada vez maior incapacidade de integração na sociedade", como se refere num dos documentos distribuídos à imprensa.



Ou ainda da violência. Segundo os resultados de um Inquérito Nacional sobre "Violência contra as mulheres", do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, em 1995, 52,2% das mulheres portuguesas foram alvo de pelo menos um acto de violência ou de discriminação. Uma realidade que leva o Conselho de Ministros Alternativo a exigir a urgente regulamentação da Lei 61/91, que institui medidas de prevenção e apoio às mulheres vítimas de violência, prevendo campanhas de sensibilização da opinião pública, a edição de um guia destinado às mulheres vítimas de crimes, o apoio a Centros de Estudos e Investigação sobre a mulher, a criação de Casas de Apoio a mulheres maltratadas, assim como a criação de um Gabinete SOS para atendimento telefónico junto da Procuradoria-Geral da República e de secções especiais para o atendimento de mulheres.

Um ciclo vicioso de desigualdades a que se vêm somar problemas ligados à realidade específica da mulher.

Em Carta Reivindicativa sobre Saúde Materna em Portugal, divulgada pelo MDM em Outubro de 1996, dá-se particular destaque à implementação do parto profiláctico, método que implica "um novo olhar sobre a mulher" e ainda "um novo olhar para o papel do homem" e preconiza-se uma série de medidas em termos de saúde pública, nomeadamente: uma cobertura eficaz de assistência materno-infantil; a criação de melhores condições de funcionamento dos Centros de Saúde; a implementação da Lei sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar; o cumprimento da Lei de "Protecção da Maternidade e Paternidade"; a garantia de que a maternidade não seja causa de discriminação ou penalização.

Em síntese - e em defesa de uma outra política -, o Conselho de Ministros Alternativo avançou um leque diversificado de propostas: reconhecimento do estatuto de parceiro social às organizações femininas; adopção de políticas que fomentem o emprego feminino; melhoria do poder de compra de salários e pensões; universalidade dos direitos à Segurança Social e à Saúde; 40 horas semanais, no máximo, como horário normal de trabalho; alteração da lei que permite a IVG, no sentido de incluir razões de ordem social e económica e aplicação das disposições legais sobre Planeamento Familiar e Educação Sexual; criação de estruturas sociais de apoio à família; regulamentação da lei que garante protecção às mulheres vítimas de violência.

Um conjunto de questões para que tardam respostas adequadas. E que as políticas prosseguidas tendem ainda a agravar.

■ Paulo
Maurício

A política de direita do PS na Administração Pública

São características essenciais da governação do PS as privatizações, a desresponsabilização sistemática do Estado das suas funções sociais, o afastamento dos trabalhadores dos processos de decisão em matérias que lhes dizem respeito, o clientelismo e a entrega total às políticas neoliberais. Mas também a preferência na formação de alianças com a direita, sendo pilares essenciais da governação do PS a UGT, o PSD, o PP e as Confederações Patronais. Daqui decorre uma convergência, aceite sem qualquer amargura, das políticas do PS com políticas do interesse do capital.

Nos últimos meses, a governação do PS teve uma actuação tal, que é legítimo dizer que este partido capitulou totalmente aos interesses da direita, aos seus valores, às suas ambições. Desde o famigerado Acordo de Concertação Estratégica, ao propositadamente obscuro Acordo de Revisão Constitucional PS/PSD, passando pela tentativa de reedição de uma união nacional em torno do projecto da moeda única, o PS assumiu como seus os interesses da direita.

Também na Administração Pública, as marcas desta política se fazem sentir. Os trabalhadores foram completamente afastados do processo de elaboração das leis orgânicas de cada Ministério (ultrapassando as exigências constitucionais). Em vez deles, em vez dos técnicos qualificados que os ministérios possuem e dos seus gabinetes próprios, os ministérios contrataram técnicos exteriores à Administração Pública, em geral docentes universitários, pagos a peso de ouro. O resultado foram leis orgânicas em geral afastadas da realidade e suscitando interrogações quanto à sua aplicabilidade. De um modo geral, estas leis orgânicas iniciavam, no próprio interior da Administração Pública, um processo de desresponsabilização do Estado das suas funções, nomeadamente com a criação de institutos não inseridos na Administração Pública.

Esta desresponsabilização do Estado atinge já uma ampla área de funções, sendo a mais visível marca de uma política de direita na Administração Pública. Privatização de serviços de saúde, constante ataque à Segurança Social, demissão das funções de inspecção, fiscalização e controlo de qualidade (seja por não abrirem vagas para os quadros seja com o

propósito de, objectivamente, denegrirem os serviços públicos), passagem da manutenção e exploração da rede de estradas para privados, insuficiência de guardas florestais, passagem dos Laboratórios do Estado a Institutos com a consequente demissão do Estado da sua responsabilidade de principal impulsor da I&DE, privatização do Ensino Superior Público e desresponsabilização pelo seu financiamento e, entre muitas outras coisas mais que se poderia citar, o aumento vertiginoso do clientelismo na ocupação de cargos de nomeação governamental.

Perante a completa capitulação do PS à direita, ao PCP está colocado um outro desafio (*Ver João Amaral, «Avante!», 13 de Março*).

É um desafio perante o qual o Partido não pode virar as costas, isto sob pena de as centenas de milhares de cidadãos que se identificam com uma política de esquerda, mas não vêm no PCP o portador dessa política, caírem na apatia ou então no canto de sereia da extrema-esquerda ou extrema-direita onde há sempre forças para explorar fraquezas.

Assumir o Partido como «pólo aglutinador de valores e aspirações de esquerda» é um objectivo estratégico definido no nosso XV Congresso. Quais as linhas de trabalho necessárias à concretização deste enorme desafio? Não tento uma resposta

completa à questão (alguém a terá?), vários elementos existem que são necessários mas não suficientes para a concretização deste objectivo:

- Manutenção, defesa e aprofundamento do carácter de classe do Partido. O que leva a consequências na política de quadros do Partido, no fortalecimento da sua ligação aos trabalhadores, e à forma como encaramos a actividade política;

- Constante prática e aprofundamento da democracia interna (Centralismo Democrático). O que leva a um retomar de um tema como seja o da circulação interna da informação. Este assunto, tendo sido tomado como bandeira por elementos antipartido, acabou por ser desvirtuado na sua importância;

- Mais e maior intervenção do Partido e dos seus militantes nos movimentos de massas. O que leva a um retomar da questão do associativismo e do carácter da intervenção do Partido nestes movimentos.

Para além destes aspectos cruciais outros existem:

- A necessária intervenção constante do Partido, respondendo no dia-a-dia às solicitações que a actualidade política exige;

- A necessidade de continuarmos a virar o Partido para a rua, para o contacto e o diálogo directo com os cidadãos, enfrentando-os com realidades que outros escamoteiam;

- A criação de um largo espaço unitário que possibilite a manutenção de um diálogo constante com a sociedade e que possa persistir para lá, e para além das eleições autárquicas ou outras.

Para além destes elementos, é necessária a consciência que a viragem do PS à direita não é conjuntural mas estrutural, implicando que a sua hipotética reversibilidade contenha uma revolução no interior do PS, abrindo assim lugar a um diálogo de esquerda com o Partido.

EM FOCO

Cuba: explosão cultural e laboratório de ideologia



■ Miguel Urbano Rodrigues

A explosão cultural cubana é uma faceta, pouco conhecida na Europa, da vida quotidiana desta Ilha. Cuba colhe, no fim do milénio os frutos do trabalho desenvolvido no campo da Educação ao longo de mais de três décadas e meia.

Assisti, há semanas, à inauguração de uma mostra de pintura. Era a retrospectiva de um artista contemporâneo cuja obra apresenta uma qualidade excepcional.

Recebi um choque fortíssimo. O que o provocou, mais do que a emoção estética, foi a atmosfera. Quase não se podia circular na galeria – um espaço enorme na Havana Velha – tanta era a gente. Havia fila na entrada; centenas de pessoas afluíram ali para ver e comentar os trabalhos expostos.

Somente nas grandes capitais da Europa, com o triplo da população de Havana, poderia presenciar um espectáculo-situação comparável. O interesse pelas artes plásticas é, porém, em Cuba, apenas uma das múltiplas manifestações do amor popular pela cultura.

Em toda a América Latina não há outro país onde (apesar da escassez de papel) sejam editadas tantas revistas culturais de prestígio. O que impressiona o forasteiro não é a quantidade. O conjunto dessas publicações (bimestrais ou trimestrais) apresenta uma qualidade elevada, indiscutivelmente superior à das suas congéneres do Brasil, do México e da Argentina, países cuja população, somada, excede 280 milhões.

As revistas voltadas para os temas literários e estéticos são de alto nível – sobretudo as da União de Escritores e Artistas de Cuba –, mas a grande surpresa para mim, neste ano de aprofundamento da intimidade com a Ilha e o seu povo, brotou da criatividade e da densidade da reflexão que caracterizam as publicações cuja razão de existência é indissociável do estudo da história, da sociologia e do debate de ideias.

Não me parece possível sintetizar sem omissões um quadro nítido do conteúdo, do espírito e do estilo da efervescente produção intelectual de que essas revistas, talvez uma dezena, são simultaneamente canal, fonte e instrumento.

Acredito que os intelectuais portugueses, tão desinformados sobre Cuba, sentiriam algo parecido ao espanto perante o inimaginável se num seminário pudessem discutir, nas Universidades de Lisboa ou de Coimbra, durante alguns dias, a temática de meia dúzia dos polémicos ensaios que as Revistas de Havana aqui propõem à reflexão da comunidade nacional.

Não conheço, concretamente em toda a Europa, o equivalente do esforço desenvolvido pela *intelligentia* cubana para levar cada vez mais longe a reflexão serena, autónoma e livre de tutelas, sobre o desmoronamento no Velho Mundo da ponte existente entre o marxismo como instrumento de compreensão da história e a sua práxis na URSS nas décadas posteriores à Revolução de Outubro. A análise cubana do choque entre aquilo a que aqui se chama «o marxismo soviético» da última fase e o projecto marxista de socialismo humanista da geração da Sierra Maestra representa uma contribuição valiosa para a tarefa de desmontagem dos argumentos daqueles que insistem em definir Cuba como uma ditadura e afirmam que o pensamento revolucionário criador desapareceu da Ilha.

Na Europa, muita gente progressista, incluindo alguns comunistas, não assimilou ainda plenamente o carácter dramático da opção dos dirigentes cubanos quando o cerco à Revolução se fechou. A aliança com a URSS, correcta e indispensável para salvar a Revolução, teve, com o passar dos anos, um preço elevado no terreno da práxis.

A necessidade de preservar a independência e o cumprimento das promessas assumidas com o povo relativamente à justiça social (educação e saúde para todos e fim da exploração do homem) exigiam a solidariedade actuante da URSS tanto no terreno material como no tocante à contenção da agressividade imperial dos EUA. Fidel não exagera quando recorda que a dívida de gratidão de Cuba para com o povo soviético será eterna. Mas esse sentimento não impediu a compreensão de um fenómeno histórico complexo e grave. O ideário do marxismo de raiz martiana (assente sobre uma concepção ética da história) no qual o materialismo dialéctico foi, paradoxalmente, revitalizado pela fidelidade à utopia, ou seja, a uma mundividência de inspiração idealista, era incompatível com o «socialismo real» soviético, cada vez mais distanciado do projecto de Lênine.

A síntese possível entre os dois projectos, tentada em Cuba, foi dolorosa, lenta, frustrante e inacabada. A longo prazo, era inviável.

A direcção do Partido cubano compreendeu a tempo que o radicalismo romântico dos primeiros anos conduziria o país a um

desastre económico e, portanto, político. Era impossível «tomar o céu de assalto» nas condições cubanas.

O desfecho trágico da guerrilha de Ñancahuazu, na Bolívia, foi uma séria advertência, vinda de fora. Não terá sido uma surpresa para Fidel.

A «russificação» trouxe, entretanto, a Cuba outros males, além da burocratização gradual de sectores importantes do Estado, marcando negativamente o trabalho do Partido e o funcionamento do Estado.

Durante o chamado «período cinzento» – quando as universidades e os centros de investigação científica foram *domesticados* e o pensamento criador contido no processo de ajustamento ao «socialismo real» importado –, Cuba transformou-se num cadinho de experiências inéditas.

Felizmente, o choque entre os dois projectos não foi em momento algum acompanhado de perseguições. A atitude de Fidel terá impedido a repetição na ilha de situações que na Europa do Leste marcaram muito negativamente a evolução da his-

O compromisso tácito entre os dois modelos permitiu a continuidade da Revolução.

*
* *

Por esta brevíssima incursão na história mais recente de Cuba poderão os leitores avaliar a enorme riqueza do debate ideológico, histórico e cultural de que as revistas de ideias de Havana são neste momento mostruário.

O *Período especial*, por si só, funciona como um estímulo à reflexão.

Para resistir e sobreviver como nação independente, Cuba foi forçada, após o *suicídio* da URSS, a tomar decisões que implicaram a sua integração progressiva no sistema económico global, instituído pelo neoliberalismo – e cuja lógica assenta na sacralização do mercado.

O povo cubano tem uma consciência amarga da contradição e do desafio.

Cuba esforça-se por compatibilizar a sua indispensável permanência num sistema económico que funciona de acordo com a lógica e a ideologia do inimigo com as conquistas éticas e sociais da Revolução. Mas o povo da ilha revolucionária olha o futuro concebendo-o para além do bloqueio.

A longo prazo, a meta é um projecto socialista humanizado, numa sociedade sem carências materiais, um projecto que permita uma boa qualidade de vida e uma distribuição equilibrada da riqueza, num contexto de difícil convívio, concorrência e integração parcial (o que não estava previsto) com o sistema que pretende eliminar o socialismo do planeta.

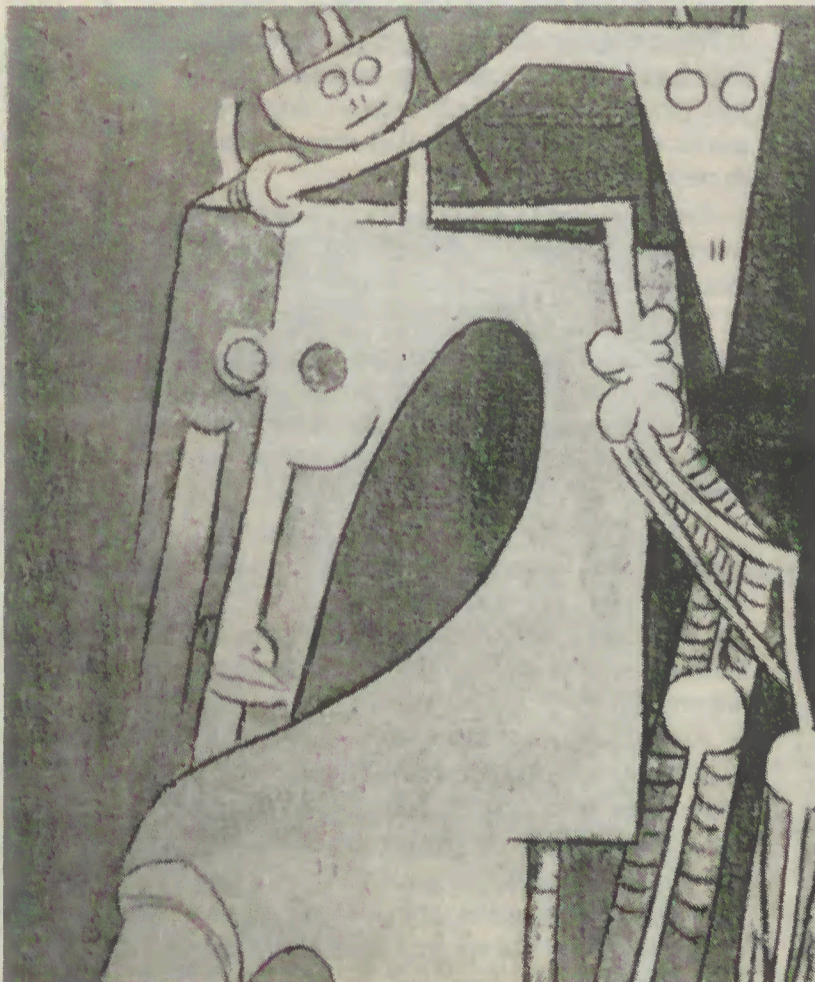
Num brilhante ensaio sobre essa fascinante temática (1), intitulado «Cuba: Museu socialista ou Laboratório social?», Juan António Blanco, historiador e filósofo atento a todas as fragilidades e contradições, do passado e do presente, do processo cubano, escreve:

«Para que Cuba possa salvar a sua independência, justiça social e ética solidária terá que ser – mais do que nunca – a República “com todos e para o bem de todos” de Martí. Não será o pluripartidarismo, mas o mais amplo *pluralismo* o que poderá dinamizar a imaginação colectiva e criadora. Não é a privatização, mas a *socialização* da gestão da propriedade estatal, hoje administrada burocraticamente, que pode renovar a fé no futuro. Não é a anárquica desestabilização da realidade e sim a sua gradual – *mas oportuna* – transformação que pode garantir a possibilidade da vitória futura. Não é da manipulação financeira ou burocrática da sociedade civil, mas da sua mais plena incorporação autónoma e participativa na sociedade política, que surgirá uma nova e genuína cultura democrática.

Não são o mercado livre e a democracia representativa, mas a planificação num sólido Estado de direito constitucional que pode assegurar à população a vigência e a fruição plena dos direitos políticos, civis, económicos, sociais e culturais. Não será a filosofia do consumismo, mas a da qualidade de vida a que poderá servir de base a um desenvolvimento humano ecologicamente sustentável e socialmente responsável. *Não é a ética do ter, mas a do ser* aquela que pode hoje tirar-nos do labirinto em que se encontram não apenas Cuba mas toda a humanidade. É por isso que o destino de Cuba se tornou relevante para o resto do mundo.»

A transcrição é muito extensa. Mas útil pela sua clareza para dar aos comunistas portugueses uma ideia da tensão criadora que em Cuba caracteriza hoje o debate de ideias.

(1) In Revista «Contracorriente», Havana, Dezembro de 1995. No mesmo número, essa revista publica um ensaio sobre a Prostituição em Cuba que, pela sua amplitude e profundidade, não encontro equivalente ao que no género conheço.



Wifredo Lam (1902-1982)

tória. Numa época em que a chamada «rectificação» (que nada teve a ver com a perestroika) já se esboçava, Fidel surpreendeu muita gente num congresso da Juventude com uma afirmação que na época suscitou interpretações diferentes no mundo capitalista: «Há coisas – disse então – que são legais, mas não morais.»

Noutro contexto, o da crítica directa ao modelo soviético, ficou na memória o desabafo do Che em 1963: «O socialismo sem a moral comunista não me interessa (...) Se o socialismo descuida os factos da consciência poderá ser um método de distribuição, mas deixará de ser uma moral revolucionária.»

Mas Cuba não podia, então, hesitar na escolha. A alternativa era, na época, capitular perante o imperialismo, aceitando num país recolonizado a implantação de um capitalismo selvagem, ou adoptar o «socialismo real» da URSS, suavizado, mas com muitas das suas mazelas.

■ Jorge Messias

A sucessão do papa

Na vida confessional do Ocidente, o panorama não se apresenta, na verdade, risonho. Entre os católicos, acelera-se a formação dos movimentos autónomos que constituem uma espécie de cismas com retardador no seio da igreja institucional. Nas comunidades reformadas parece reinar uma apatia generalizada e as numerosas confissões continuam a não se entender em questões básicas, como as da modernidade e do ecumenismo. Nota-se, sobretudo, que nelas se revela um nítido esvaimento de convicções e de ideais.

Neste quadro decepcionante, a comunicação social, já bem controlada pelos poderosos «lobbies» financeiros e eclesiásticos, não cessa de lançar manobras de diversão tendentes a distrair do essencial a grande massa da opinião pública. Na presente fase, por toda a Europa, é assim que um dos temas actualmente favoritos é o da próxima e previsível mudança do titular da Cátedra de S. Pedro.

A base mediática adoptada tende à banalização do acontecimento, transformando-o numa simples corrida entre as vedetas da hierarquia católica. Nessa perspectiva, tudo se poderia resumir num simples dilema: terá João Paulo II forças para resistir à doença que o mina, conduzindo estoicamente o seu rebanho até ao próximo milénio? Ou será a própria Igreja que, bem contra a sua vontade mas na linha dos superiores interesses da cristandade, se verá obrigada a pressioná-lo até à resignação? Qualquer que venha a ser a resposta a encontrar pela Cúria Romana, ela dignificará, sempre, a imagem do cardeal Wojtyla, vulto carismático para o qual se fala já em beatificação.

O facto é que os principais grupos de pressão do Vaticano andam numa verdadeira «roda-viva». Opus Dei, Comunhão e Libertação, Comunidade de Santo Egídio, Cor Unum, Congregação para a Doutrina da Fé e Congregação para as Igrejas Orientais, todas as poderosas e riquíssimas formações pontifícias procuram colocar cardeais da sua confiança em pontos-chave do conclave que se aproxima.

Este movimento de arrumação de tendências poderia fazer pensar que a eleição do próximo papa se irá revestir de embates, confrontações e lutas internas, a exemplo do que no passado aconteceu. Mas é bom não esquecer que, acima dos jogos de influência, está João Paulo II e a sua vontade inflexível de cumprir os acordos irreversíveis assinados no decurso do seu longo magistério. O projecto planetário de reconstrução eclesial e de implantação de uma Nova Ordem deve prosseguir em segurança, mesmo para além da sua morte física.

Inteiramente consciente destes deveres transcendentais, João Paulo II fez publicar recentemente, em Fevereiro de 1996, sem qualquer alarido, uma constituição apostólica que, por razões processuais, levantou alguma celeuma entre os cardeais mais sensíveis. Mas a indignação passou e a constituição ficou. Intitula-se, no original, «Universi dominici gregis». É um documento extenso, com 92 alíneas, e nele João Paulo II impõe, arbitrariamente, alterações drásticas do regimento eleitoral do colégio de cardeais, rompendo com uma tradição que detava de 1197.

Resumidamente, trata-se do seguinte.

Durante séculos, qualquer cardeal que se candidatasse ao papado teria de recolher um mínimo de dois terços dos votos dos seus pares. Agora, esta regra só será válida para as votações realizadas nos primeiros dez dias de cada conclave. A partir do décimo primeiro dia, vigorará o princípio da maioria simples.

Dir-se-ia tratar-se de uma simples alteração formal de funcionamento orgânico, frequente em qualquer instituição. Na verdade, as disposições da nova constituição apostólica, de há muito desejadas por conservadores, fundamentalistas e tecnocratas da Opus Dei, vieram garantir que os rumos políticos adoptados pelo actual Papa não virão a ser alterados após a sua morte. Tentemos entender por que assim é.

O actual colégio eleitoral conta com 112 votos efectivos, repartidos entre cadeais eleitores catalogados como conservadores, centristas e liberais. Na realidade, esta divisão não é estanque e os purpurados a quem cabe a responsabilidade de eleger o novo papa organizam-se em torno de grupos de pressão cujos comportamentos são flutuantes, segundo as circunstâncias.

O Colégio é, presentemente, formado por 82,2% de cadeais nomeados directamente por João Paulo II e por 17,8% de altos sacerdotes vindos dos tempos do magistério de Paulo VI. O que os une e obriga a superar divisões nos momentos decisivos da história pontifícia é, presentemente, a ideia comum que têm da vocação da igreja milenar e do culto que incondicionalmente devem ao trabalho produzido pelo actual papa. Nestes termos, como é natural, verifica-se desde logo, entre os cardeais eleitores, uma vincada empatia em relação ao candidato mais identificado com o legado eclesial de João Paulo II.

Mesmo assim, entenderam o actual papa e a Opus Dei, que se impunha avançar com medidas suplementares de segurança. Certos cadeais – norte-americanos, africanos ou, mesmo europeus – parecem por vezes querer fugir ao monocentrismo do Vaticano. E embora já não se possa falar numa ameaça «progressista», é bom acautelar a segurança do futuro da Nova Igreja.

Com base nestas verificações, pode afirmar-se que os perfis que eventuais candidatos à próxima sucessão do Papa apresentem não têm qualquer significado decisivo. O novo Papa será escolhido entre os cardeais mais ferrenhos e disciplinados, adeptos incondicionais das doutrinas de João Paulo II e militantes activos do crescente poder da Opus Dei.

Certos comentadores europeus arriscam-se, mesmo, a prever como irão decorrer os trabalhos do próximo conclave. Mais ou menos, é esta a sua previsão.

Verificar-se-á, logo no início das sessões, o desaparecimento do chamado «centro». Em seu lugar surgirão dois grupos concorrentes, um da direita radical, o outro da direita mais moderada. Cada um destes grupos apresentará um candidato que designaremos por cardeal «A» (radical) e por cardeal «B» (moderado).

Feitas as primeiras votações, verificar-se-á que o cardeal «A» leva vantagem sobre o cardeal «B», embora sem nunca atingir a necessária margem dos dois terços. Esta situação irá manter-se, embora com algumas transferências de votos, ao longo da maior parte dos primeiros dez dias.

Ao aproximar-se o décimo primeiro dia, e em nome da defesa da unidade, o cardeal «B» (moderado) desiste da sua candidatura. Pouco depois, para facilitar o consenso entre os membros do colégio, o cardeal «A» (radical) apresenta, igualmente, a sua desistência mas a favor de um terceiro cardeal «C», igualmente adepto da direita radical mas mais aceitável por parte da ala moderada.

Seguro da vitória ao décimo primeiro dia, o grupo «A» (radical) propõe então, ao conclave, que a votação final se continue a fazer segundo a tradição, por maioria qualificada de votos. O candidato «C» será assim eleito, no décimo primeiro dia dos trabalhos, sem surpresas, sem agitação e segundo a tradição, sem as vantagens que poderia extrair, se necessário, da aplicação da regra da maioria simples.

A Igreja visível e institucional, «una e santa», prosseguirá, assim, a sua caminhada para uma travessia doirada dos desertos, diminuta mas altamente coesa e poderosa, senhora incontestada entre uma multidão heterogénea de seitas corpusculares e de igrejas históricas desunidas.

Até que mudem os sinais dos tempos e se cumpra a profecia do Milénio, quando um só Estado Teocrático reinar sobre o universo dos homens.

Os media – algumas influências da comercialização

As relações entre os jornais e a cultura são antigas no nosso país e têm assinaláveis tradições, desde os folhetins assinados por eminentes escritores na imprensa do século passado até, por exemplo, aos diversos periódicos que nos anos trinta acompanharam o aparecimento e a implantação do movimento neo-realista. E depois, até 1974, deixaram marca os suplementos literários e culturais que, contra a censura e apesar da censura, foram veículo e instrumento de resistência ao obscurantismo e de afirmação dos valores democráticos que estiveram na base do 25 de Abril.

Não é, porém, o balanço desse relacionamento positivo e frutuoso entre os *media* e a cultura que aqui pretendemos fazer, mas sim, pelo contrário, chamar a atenção para algumas influências perversas exercidas pelos grandes *media* na cultura, resultantes dos novos contextos económicos e sociais em que ambos actualmente se movem.

Com efeito, nos anos mais recentes, as antigas relações entre os jornais de grande expansão, a rádio e a TV, por um lado, e a cultura, por outro, alteraram-se profundamente. Dantes, os assuntos culturais eram noticiados, comentados e desenvolvidos pelos *media*; agora, os *media* passaram a estar no centro da cultura, no sentido em que as actividades culturais só ganham dimensão mínima se tiverem visibilidade mediática. Não há intervenção cultural que se preze que não seja acompanhada de uma convergente intervenção comunicacional que a promova e propague.

Contaminada e invadida pelo mercado capitalista, a cultura, transformada e reduzida a produtos fabricáveis e vendáveis, *mercantilizada* e *mercadorizada*, para recorrer a expressões que Barata-Moura tem utilizado, submete-se crescentemente às normas e aos formatos comunicacionais vigentes, sob a égide de uma imprensa, uma rádio e uma TV elas próprias subjugadas pelas chamadas leis do mercado. Que não são mais, sublinhe-se, do que as leis ditadas por quem comanda o mercado.

O jornalismo actual

O jornalismo moderno tem-se desenvolvido em torno de um equilíbrio entre duas dinâmicas:

– por um lado, uma *dinâmica empresarial*, imposta pela necessidade de conquistar lucros, quer esses lucros se limitem ao domínio económico, quer visem também objectivos políticos e ideológicos;

– por outro lado, uma *dinâmica jornalística*, preocupada pela informação e formação do público, inspirada em princípios éticos e regras deontológicas, concebendo a notícia como um bem social e não como uma mercadoria.

Claro que, numa sociedade capitalista dividida em classes, se tem tratado quase sempre de um falso equilíbrio, já que, nas situações-limite, a *dinâmica empresarial*, com o suporte do poder económico e do poder político, se sobrepõe à *dinâmica jornalística*.

Mas ao que assistimos actualmente é à generalizada ruptura mesmo da aparência de equilíbrio: a lógica comercial submerge a lógica informativa, o espectáculo invade a informação, os ditames e os interesses empresariais (aliados naturais do poder dominante) anulam as veleidades jornalísticas inspiradas no rigor e no respeito pelo público.

No grupo profissional dos jornalistas, minado por uma verdadeira crise de identidade gerada no compromisso permanente entre a *dinâmica empresarial* e a *dinâmica jornalística*, uns, felizmente ainda bastantes, se bem que geralmente sem poder de decisão nas salas de redacção, resistem como podem; outros, aderem por convicção ou conveniência às novas tendências prevaletentes; outros ainda, e são já hoje, em termos globais, a maioria, chegaram à profissão depois dos meados da década de 80, tendo sido jornalística-

■ Fernando Correia

e a cultura

ncias negativas

ão da informação

mente criados e formados no tempo das reprivatizações, da formação dos grandes grupos económicos e da abertura dos canais privados de TV, no tempo da demagogia do sucesso e da filosofia do salve-se quem puder, no tempo, enfim, do triunfo da comercialização e da espectacularização da notícia.

Neste contexto, uma tendência domina: a luta pelas audiências. As estratégias eleitorais, as políticas de informação e o discurso jornalístico vivem obcecados pela conquista do maior número de leitores, ouvintes e telespectadores. É óbvio que nenhum jornal, rádio ou televisão, pertencente ao sector privado, pode sobreviver se não tiver audiências que garantam a angariação de publicidade, principal fonte de financiamento dos media. Mas a inexistência de controlo democrático eficaz permite os desmandos e abusos do negócio mediático que todos conhecemos, nomeadamente de uma TV privada subjugada pela ditadura das audiências, isto é, pela ditadura dos anunciantes e do lucro.

Os próprios jornais de referência, vocacionados para um tipo de informação e de grafismo caracterizados pela austeridade e pela sobriedade, começam a abandonar a contenção que os distinguiu, aderindo, com maior ou menor intensidade, aos padrões da simplificação e da superficialidade, aos textos pequenos e de leitura rápida, e até, por vezes, ao ligeirismo e ao divertimentismo importados da linguagem televisiva, mais concretamente da televisão comercial.

A cultura que os media preferem

Pois bem. No seu relacionamento com a cultura, este campo jornalístico assim organizado e sujeito a tais princí-

pios e objectivos, tende a atrair e a dedicar maior atenção quer aos criadores e produtores quer aos objectos ou actos de criação, mais próximos da dinâmica comercial. Quem os media privilegia para integrar os seus espaços são os agentes e os produtos que, independentemente das suas qualidades propriamente culturais, dispõem de melhores condições para serem apropriados e utilizados pelos media dentro da lógica comercial que os caracteriza.

A consequência disto é que a maior visibilidade e protagonismo, concedidos aos agentes e produtos culturais mais aptos ou mais disponíveis para a comercialização, acabam por favorecer estes em relação aos outros agentes e produtos, menos vocacionados ou menos dispostos a aderir à dinâmica do espectáculo e do entretenimento.

Estes efeitos negativos, conforme assinala Pierre Bourdieu, repercutem-se no interior do próprio campo cultural, na medida em que a força e o impacto dos media, nomeadamente da TV, fazem com que esses agentes e produtos privilegiados acabem por projectar e impor o seu prestígio mediático nos meios culturais, transformando-o em prestígio cultural.

Os critérios específicos do campo cultural (da literatura, do teatro, etc.) tendem a ser substituídos pelos critérios mediáticos, próprios de uma comunicação social obcecada não pela qualidade mas pelo número de leitores, de ouvintes e de telespectadores, isto é, pela popularidade.

A avaliação e a valorização dos criadores e dos bens culturais passa a depender não tanto das qualidades especificamente culturais, mas, segundo aquilo a que alguns sociólogos têm chamado o efeito de *best-seller*, da capacidade de chegar a mais gente e de vender a mais pessoas. A qualida-



de confunde-se com as audiências: é bom o que vende mais, não é bom o que vende menos. O sancionamento especificamente cultural é substituído pelo sancionamento das audiências.

Executores e intérpretes importantes desta cultura mediatizada, ou desta mediatização da cultura, são um certo tipo de intelectuais-jornalistas que habitam os media ou assiduamente os frequentam, e que em muito se aparentam, ou mesmo identificam, com os *opinion-makers*, os fazedores de opinião que, no campo da política, desempenham um papel semelhante.

Como observa Bourdieu, eles servem-se da sua dupla pertença para se esquivar às exigências específicas dos dois universos, o cultural e o mediático, e para ostentar em cada um deles os poderes melhor ou pior adquiridos no outro. No campo cultural, servem-se da popularidade conquistada nos media, nos media servem-se da credenciação adquirida no campo cultural.

Reforço da autonomia

São estes alguns aspectos das actuais tendências do relacionamento entre os media e a cultura e das influências perversas exercidas sobre esta por uma comunicação social crescentemente submetida à lógica do entretenimento e do comércio.

Na perspectiva da cultura, que é a que hoje aqui nos importa, a constatação destas realidades deve levar-nos, parece-nos, ao reforço da autonomia interna do campo cultural, não enquanto coutada vedada ao exterior, mas enquanto terreno que, sendo específico, terá, no entanto, que estar aberto às influências, impulsos e dinâmicas sociais que o vivifiquem e enriqueçam.

Preservar a autonomia não significa abdicar do contacto e da intervenção nos media, mas sim procurar ir ao encontro da dinâmica intelectual e intrinsecamente jornalística que nos media existe e resiste.

Significa, enfim, envidar e convocar esforços para uma intervenção cultural independente das pressões e das seduções da lógica comercial dominante, desenvolvendo linhas de trabalho, concretizando projectos criativos e, finalmente, promovendo iniciativas, de que este nosso encontro é um bom exemplo.



PONTOS CARDEAIS

A «ampla liberdade» de Magalhães

A contestação do acordo de revisão da Constituição continua muito viva dentro do PS, tanto da parte de muitos deputados, como dos sectores não guterristas do partido.

A direcção de Guterres continua, pelo seu lado, a fingir que não cedeu ao PSD tudo o que efectivamente cedeu e a fingir que atribui as culpas aos «negociadores», que teriam ultrapassado abusivamente o mandato que lhes fora atribuído. Os «negociadores» colaboram na farsa. Agora veio José Magalhães, que serviu de amanuense de Lação para fixação do articulado, proclamar: «O PS tem uma ampla liberdade para encontrar as melhores expressões jurídicas do acordo.»

Mas logo o «negociador» do PSD, Marques Mendes, correu a corrigir: «O que se acordou, acordado está de forma global e definitiva.» Lá diz o povo: «mais de pressa se apanha um mentiroso do que um coxo».

Só que no caso do PS o «mentiroso» Magalhães até foi premiado, passando a coordenador dos deputados «socialistas» na comissão de revisão...

Filomena gaga

Filomena Mónica celebrou-se recentemente entre a «elite bem pensante» dos analistas com um artigo que escreveu no «Independente» em que arrasou o ensino que se pratica nas nossas escolas secundárias. Chegou mesmo a pretender demonstrar que os exames que se faziam em 1960 durante a ditadura fascista eram mais sérios do que os que se fazem actualmente. Entrevistada há dias por Alexandra Lucas Coelho na RDP continuou arrasar as instituições democráticas, atacando, claro, com especial estimação a Assembleia e os deputados que acusou de não saberem falar português. Talvez por isso defendeu que deviam ser

em menor número e eleitos em círculos uninominais, como na livre Albion.

Mas ela própria não deu boas provas no português, falhou muitas vezes as concordâncias e cometeu vários erros de pronúncia, se calhar devido às suas longas estadias em Inglaterra.

O pior de tudo foi a gaguez quando a jornalista da Antena 1 a confrontou com questões concretas e especialmente quando lhe mostrou que era um absurdo considerar que o ensino da ditadura fascista era melhor.

Filomena sempre gaga fez a sua profissão de fé no 25 de Abril, mas não deixou de querer responsabilizar a esquerda (mesmo durante os 10 anos em que a direita governou com Cavaco Silva) pelo mau ensino que temos.

- Estava infiltrada nas comissões pedagógicas, insinuou.

Ah! Este ódio à esquerda da «elite bem pensante».

Liberdade condicionada

Seguindo as pegadas de Filomena Mónica, o omnipresente Miguel Sousa Tavares organizou um dos seus «Viva a liberdade» para demonstrar «ao vivo» (e à viva força) que o ensino de há trinta anos, isto é, da ditadura fascista, era melhor.

Muito «democraticamente» convidou estudantes «bons alunos» de várias escolas e professores também. O plano era mantê-los no papel de cobaias que a rapaziada bem pensante do programa, ele próprio Miguel, o Pacheco e Barreto iriam trabalhar e examinar.

Só que as coisas precipitaram-se. Quando Barreto perorava acerca de leituras, uma monumental gargalhada ribombou pelo estúdio e captou as atenções das câmaras. Eram os estudantes que intervinham para dizer:

«não é nada assim», «tudo o que tem dito não tem nada a ver com a escola de hoje», «não sabem nada!».

Os três examinadores ficaram perplexos. Interpelados, porém, com aquela vivacidade foram por um momento arrastados para o diálogo. Este foi tão fecundo que a certa altura os jovens diziam para Pacheco Pereira: «mas o senhor é um reaccionário».

A partir daqui os professores ainda puderam falar e dizer umas coisas interessantes. Os jovens foram calados. Só lhes foi permitido responder ao exame onde até não se saíram mal.

Em matéria de ensino o programa provou pouco, talvez que há um excessivo abandono da memorização. Mas provou muito em relação ao programa de Miguel. É que a liberdade dele e dos seus dois parceiros é uma liberdade condicionada.

O amadorismo de profissional

Mais uma vez se provou que o J.A.L. do

«Expresso» tem vistas curtas e por isso não percebe «o que eles dizem», que é o título da sua crónica semanal na última página do jornal. Agora descobriu que «a política portuguesa está entregue a amadores» e quis meter Carlos

Carvalhas no mesmo saco em que meteu Manuel Monteiro e Marques Mendes. Tem razão no que diz sobre Monteiro. Mas em relação a Carvalhas e mesmo a Marques Mendes, não percebeu que comentavam as juras de Jorge Coelho sobre a regionalização conhecendo os novos compromissos assumidos pelo PS no acordo com o PSD sobre a revisão da Constituição, que tornam a regionalização mais difícil e demorada. Na altura em que falaram, esses compromissos não eram públicos, mas vieram a ser revelados, pouco depois, no próprio «Expresso».

Assim, quem fez figura de amador foi, pelos vistos, o J.A.L. profissional.

PONTOS NATURAIS

Pessoas precárias

Mário Castriau

José Alberto Carvalho – O sector da construção civil esteve hoje em greve – os sindicatos reivindicam melhores salários, melhores condições de segurança e aproveitaram também para denunciar a grande percentagem de trabalhadores em situação precária no sector. Mas a greve não teve os efeitos pretendidos, porque são de facto muitos os trabalhadores em situação precária, como confirmaram os sindicalistas que visitaram hoje as três principais obras em curso na capital.

Repórter – É meio-dia e os trabalhadores da nova ponte fazem o intervalo para o almoço. No refeitório podem tomar uma refeição quente. Há mesas, cadeiras e um tecto que os abriga, mas esta não é a situação mais comum para quem trabalha na construção civil. Por isso os sindicatos decretaram a greve no sector.

Trabalhador – Já fiz muitas greves, mas agora não faço.

Repórter – Porquê?

Trabalhador – Uns empurram para um lado, outros empurram para o outro... Agora é só por mim, mais nada.

Trabalhador – Se faço greve, não ganho nada, tenho de trabalhar.

Trabalhador – Eu ando à hora, não ando em contrato, é diferente. Totalmente diferente.

Repórter – O trabalho precário é um dos motivos desta greve, mas há outras condições que os trabalhadores reivindicam e que nesta obra estão salvaguardadas.

Delfim Simões (CGTP) – Não há grandes problemas nas situações que acabámos de ver, há uma melhoria significativa no que respeita à higiene e à segurança.

Repórter – Na nova ponte, onde trabalham cerca de três mil pessoas,

os descontos para a Segurança Social também estão em dívida. O mesmo não acontece nas obras do Centro Comercial Colombo.

Trabalhador – Eu estou a trabalhar à hora. A gente trabalha à hora.

Trabalhador – Isto é tudo subempreiteiro.

Repórter – Ganham à hora e não descontam. É?

Trabalhador – Não há descontos para ninguém. Há milhares deles assim.

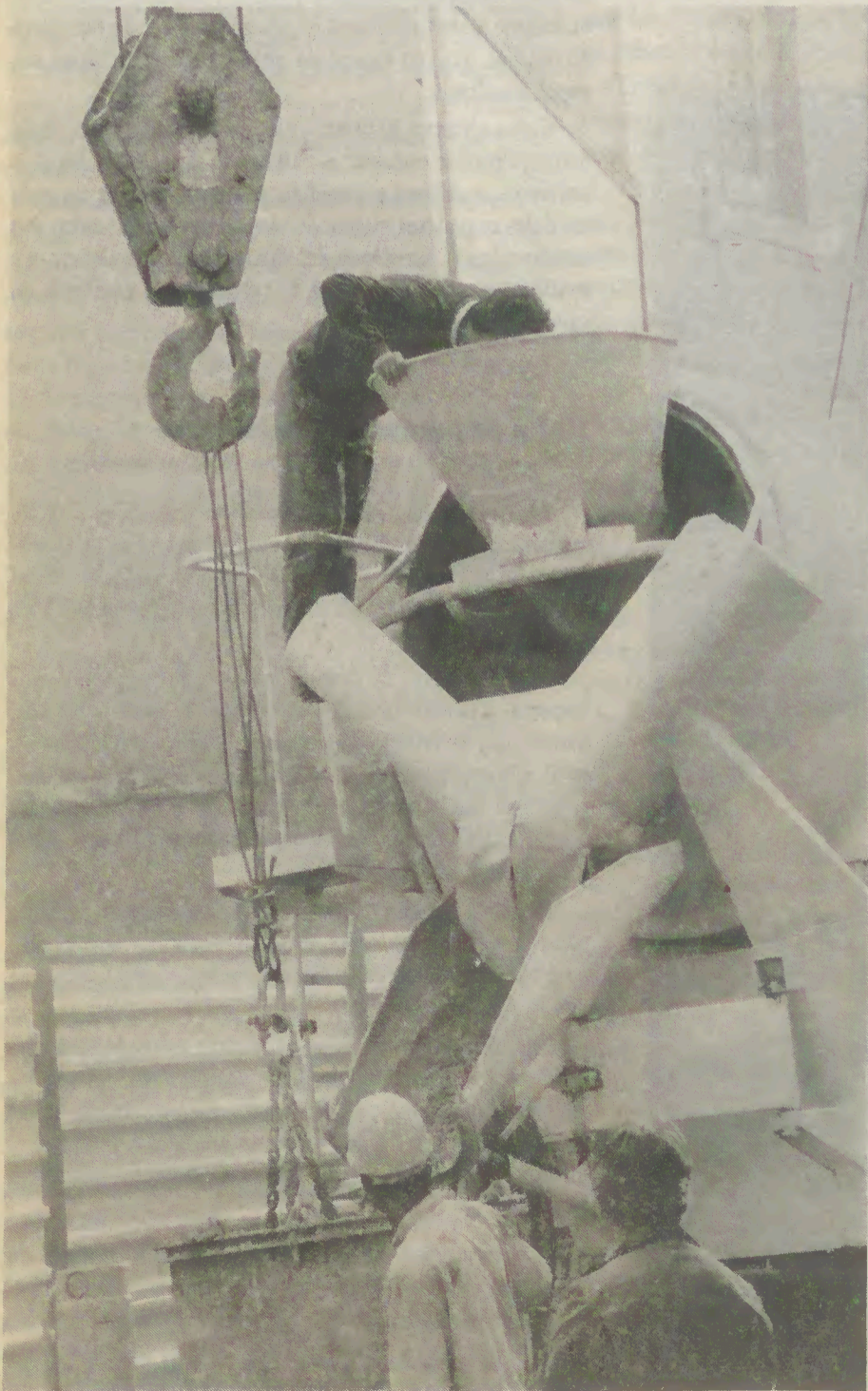
Repórter – Aqui, os sindicalistas não entram, nem conseguem reunir com a entidade patronal.

Delfim Simões – Aqui há uma série de irregularidades. Trabalha-se à hora, não têm qualquer tipo de subsídio. É de facto uma exploração desenfreada, até porque nesta secção de trabalho existe um número significativo de trabalhadores indianos e marroquinos.

Repórter – A Expo é outra obra que mereceu a atenção dos sindicalistas, mas também aqui a greve não teve a adesão esperada.

Delfim Simões – Há cerca de quinze mil trabalhadores na Expo, dos quais um grande número são à hora, ao metro, ao recibo verde, ao dia. Esta é uma das razões por que nem sempre os trabalhadores aderem às lutas travadas pelos sindicatos, porque no dia seguinte estão sujeitos a ir para a rua.

Repórter – Medo de perder o emprego num sector onde metade dos cerca de 400 mil trabalhadores estão em situação precária e onde o salário mínimo ronda os 75 contos. Os sindicatos pedem aumentos de oito por cento. Mais: higiene e segurança no trabalho é outra das exigências que levaram à greve.



AGENDA

Não
à Moeda Única!

Sim
ao Referendo!

Junta-te a nós! **PCP**

MOEDA ÚNICA

O que é? Para que serve?
Quem a quer?

- Debates -

No PORTO

com Carlos Carvalhas:
dia 10 às 21h30, no Hotel Tuela

Em ÉVORA

com Agostinho Lopes
e Lino de Carvalho
Dia 3 às 21h,
no Palácio D. Manuel

Em SANTARÉM

com Sérgio Ribeiro
Dia 3 às 21h30,
no Centro Cultural Regional

Em TORRES VEDRAS

com Joaquim Miranda
Dia 3 às 21h30,
no Auditório Municipal

Em VILA REAL

com Agostinho Lopes
e Honório Novo
Dia 4 às 21h30,
no Centro Cultural

Em VISEU

com Agostinho Lopes
Dia 5 às 15h,
no Solar dos Peixotos

Em CHAVES

com Honório Novo
Dia 5 às 15h, no Auditório
da Esc. Fernão de Magalhães

Em ALGÉS

com Joaquim Miranda
Dia 11 às 21h, no CT do PCP

DEBATE DO **PCP**



toxicodependência o Casal Ventoso e a Cidade
PREVENIR, RECUPERAR, REINSERIR

Dia 5 às 15h, na Esc. Manuel da Maia
(R. Freitas Gazul em Campo de
Ourique), com a participação de
Francisco Lopes, António Abreu, António
Filipe, Carlos Gonçalves

Convívio da JCP no Distrito de Braga
Dias 12 e 13 de Abril no Gerês
(Pousada da Juventude
de Vilarinho das Furnas)

A situação social e económica no concelho da Amadora

Dia 5, das 14 às 19h, no Auditório da CM

Debate com Domingos Abrantes, Orlando de Almeida e Arménio Carlos

A actualidade política em debate em Odivelas

Dia 4 às 21h30, no Centro de Reformados (CURPIO) com a participação de Domingos Abrantes

Os Impactos da Revolução Científica e Técnica

debate com o cientista Francisco da Silva Dia 3 às 21h30, no salão da Biblioteca Municipal de Aveiro



CDU
é obra!

Marinha Grande - Sessão pública
para apresentação dos candidatos CDU
à Câmara e Assembleia Municipal
Quinta-feira, 3, às 21h30, no Sport Império Marinhense
com a participação de Carlos Carvalhas

Leiria - Jantar volante
para apresentação do cabeça de lista à Câmara Municipal
Quinta-feira, 3, às 19h30, no Bar-Restaurante do NERLEI
com a participação de Carlos Carvalhas

Évora - Sessão-convívio
para apresentação do cabeça de lista à CM
Terça-feira, 8, às 21h, no Palácio D. Manuel
com a participação de Carlos Carvalhas

Amadora - Jantar de apoiantes
das candidaturas da CDU aos órgãos autárquicos do concelho
Sexta-feira, 4, às 20h, no refeitório da CM
(Moinhos da Funcheira) com a participação de Carlos Carvalhas

Mora - Almoço-convívio
para apresentação dos cabeças de lista
à Câmara e à Assembleia Municipal
Sábado, 5, às 13h, no restaurante Quinta de Santo António
com a participação de José Soeiro

Reguengos de Monsaraz - Almoço-convívio
com apresentação do cabeças de lista à Câmara Municipal
Sábado, 5, às 13h, no Café Central

Arruda dos Vinhos
- Apresentação pública dos candidatos à CM e AM
Dia 6, às 15h30 no Palácio do Morgado

Marco de Canavezes - Sessão pública
para apresentação dos cabeças de lista
à Câmara e à Assembleia Municipal
Sábado, 5, às 16h, no Auditório da CM

Valongo - Almoço-convívio
com apresentação dos cabeças de lista à CM e AM
Sábado, 5, às 12h30, no Restaurante Monge,
com a participação de Luís Sá

Loures - Almoço
com apresentação da Lista CDU em OLIVAL BASTO
Dia 4 às 13h no UDOB, com a participação de Domingos Abrantes

V. F. de Xira
- Apresentação da Lista CDU na freguesia de Vila Franca
Dia 3 às 19h na tertúlia "Companheiros do Balde"
Apresentação da Lista CDU na freguesia de Alverca
Dia 6 às 17h no restaurante Sol Nascente

MOITA - Encontro concelhio da CDU: dia 5, às 14h30, no Clube D.C.R dos Brejos de farija (Vale da Amoreira), com a participação de Carlos Humberto

PALMELA - Encontro concelhio da CDU: dia 5, às 14h30, no Auditório dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo

LOURES - Encontro CDU de Camarate: dia 5, às 15h, no Centro de Dia.

RIO DE MOURO - Forum CDU sobre os problemas da freguesia: dia 10m, às 21h, no Salão da Igreja Paroquial.

VIALONGA - Jantar convívio da CDU: sexta-feira, 4, às 20h30, no Salão Lavagante Azul em Mogos

OEIRAS - Visita CDU à freguesia de Queijas, com a participação do vereador e candidato à presidência da CM, Arnaldo Pereira (das 10 às 18h)

VILA FRANCA DE XIRA - Forum CDU - Tema: Desporto: dia 5, às 16h, no Clube Recreativo e Desportivo de Calhandriz- Forum CDU - Tema: Integração Social e Comunitária: dia 3, às 21h, no Auditório Municipal Scala em Alverca - Forum CDU - Tema: Habitação: dia 8, às 21h, na Cada do Povo de Vialonga - Forum CDU - Tema: Ambiente: dia 10, às 21h, no Soc. Euterpe Alhandrense em Alhandra

Lançamento da Juventude CDU Loures
Festa-convívio no Parque Maria Lamas / Odivelas
Sábado a partir das 21 h.

Cuba e a Revolução

Jantar-convívio em Festa no Espaço Cultural Vitória
com a presença de: Carmen Sosa, Embaixadora de Cuba;
Odete Santos, deputada do PCP; Manuel Alegre, deputado do PS;
Armanda Fonseca, da Associação de Amizade Portugal-Cuba;
Manuel Gouveia, da JCP

Sexta-feira, 4, às 19.30 h.

(Inscrições: CT Vitória - Tel. 01.3562715)

**CASTELO BRANCO****4ª Assembleia****da Organização Regional do PCP**

Dia 5 a partir das 14h30, no Auditório dos Bombeiros Voluntários do Fundão
com a participação de Carlos Carvalhas,
que intervirá na sessão de encerramento

LOURES**2ª Assembleia****do Sector de Empresas do Concelho de Loures**

Sábado, dia 5, às 14h30, na Casa da Cultura em Sta. Iria de Azóia
com a participação de Jerónimo de Sousa

BARREIRO**6ª Assembleia****da Organização de Freguesia de Sto. André**

Sábado, dia 5, às 14h30, no G. R. da Quinta da Lomba

ALMADA

Cacilhas - Plenário da organização de freguesia para preparação das eleições autárquicas: dia 5 às 15h, no CT Alberto Araújo. Lanche-convívio no final.

CASCAIS

Plenários das organizações de freguesia de Alcabideche, Cascais e Carcavelos para eleição de delegados à VII Assembleia Concelhia e sobre as eleições autárquicas: todos no dia 5, às 15h30, nos respectivos Centros de Trabalho.

LISBOA

Sector de Transportes da ORL - Plenário do OD, com a participação de Alexandre Teixeira: dia 8 às 19h, no CT Vitória.

Sector da Função Pública - Plenário do OD: dia 7 às 19h, no CT Vitória.

Penha de França - Plenário de militantes da freguesia: dia 5 às 15h, no CT da Graça.

OEIRAS

Linda-a-Velha - Almoço e plenário promovido pela Comissão de Freguesia, com a participação de Vítor Sarmento: dia 5, às 13h, no CT de Algés.

Porto Salvo - Plenário de reformados e domésticas: dia 9, às 15h30, no CT.

PORTO

Reunião de dirigentes e delegados sindicais, membros de CTs e outros activistas, promovida pela DORP, com a participação de Jerónimo de Sousa: dia 4 às 21h30, no auditório do CT da Boavista.

SETÚBAL

Plenários das freguesias de S. Sebastião (dia 4 às 21h30) e de Anunciada S. Julião/Sta. Maria (dia 5, às 15h30), todos no Edifício Arrábida.

SINTRA

Queluz - Plenário sobre as eleições autárquicas, com a participação de Lino Paulo: dia 4, às 21h30, no CT local.

Plenário da Organização do Ensino Superior de Lisboa sobre política educativa

com a participação de Edgar Correia
dia 9 às 21h, no CT Vitória

No aniversário da Constituição da República**O PROCESSO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL****Debate em Carnaxide/Oeiras**

na Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide

Sexta-feira, 4, às 21h

com Octávio Teixeira

Grande Noite de Fados em SEIA

Sábado, dia 5, a partir das 21h
na Sala Polivalente do CT do PCP

O CT do PCP em Seia está diariamente aberto e serve refeições
(marcações: tel. 038.22547)

TELEVISÃO

Quinta, 5

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.10 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Carmen
14.30 O Campeão
15.25 Seleção RTP
16.20 Nós, os Ricos
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal

Sexta, 6

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Olho Clínico
14.15 Carmen
15.00 O Campeão
15.55 Os Principais
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Vidas de Sal

Sábado, 7

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.50 Cybermaster
12.20 Outras Estrelas de Hollywood
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.40 Smashing Pump
15.40 Amores e Rebelião
16.35 Jornal Jovem
17.10 2001
17.40 Emoções Fortes
18.20 Super Bébés
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
21.00 Contra Informação (Compacto)

Domingo, 8

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.00 Sem Limites
12.30 Repórteres da Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.40 Alta Voltagem
15.15 86-60-86
15.50 As Aventuras de Tarzan
16.45 Ilusões
18.00 O Regresso dos Marretas
18.30 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Meu Querido Avô
21.25 Filhos do Vento
22.20 Vidas de Sal

Segunda, 9

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Carmen
15.00 O Campeão
15.45 Seleção RTP
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
19.30 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Moda Paris
21.15 Isto... só Vídeo
21.25 Futebol: Guimarães-Boavista
23.30 Filhos do Vento
00.20 24 Horas
01.15 Grandes Nomes

Terça, 10

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
13.55 Carmen
14.25 O Campeão
15.20 Seleção RTP
16.25 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País, País
20.00 Telejornal
20.50 Nós, os Ricos
21.40 Filhos do Vento
22.45 Maria Elisa
00.30 24 Horas
01.25 Horizontes da Memória

RTP 2

16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.35 Encontros Imediatos
20.05 O Santo
21.00 Acontece
21.15 Será Legal?
22.00 Jornal 2
22.30 Isabel de Inglaterra (de M. Curtiz, EUA/1939, com Bette Davis, Errol Flynn, Olivia de Havilland. Ver Destaque)
00.15 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
12.30 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Shogun
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Era Uma Vez
21.50 O Rei do Gado
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
01.50 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.45 Quase Modelo, Quase Detective
16.30 Christy
17.15 Um Dia a Casa Cai
17.50 Os Julgamentos de Rosie O' Neill
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Em Resumo (Desporto)
21.50 Os Mistérios de Bill Cosby
22.45 PSI Factor
23.40 Fora de Jogo
23.50 TVI Jornal
00.25 A Balada de Hill Street

Quarta, 11

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Carmen
15.00 O Campeão
15.50 Queridas e Maduras
16.20 Isto Só Vídeo
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.00 País, País
18.30 País Regiões
19.25 Futebol: Dortmund-Manchester
21.30 Telejornal
22.30 Filhos do Vento
23.20 Liga dos Campeões
00.10 24 Horas
01.05 Crime Violento

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.35 Encontros Imediatos
20.00 TV Nostalgia
21.00 Acontece
21.15 Os Simpsons
21.45 Remate
22.00 Jornal 2
22.30 A Caminho de Santa Fé (de M. Curtiz, EUA/1940, com Errol Flynn, Olivia de Havilland, Raymond Massey, Ronald Reagan. Ver Destaque)
00.25 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Shogun
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
22.45 Cadeira do Poder
24.00 A Noite da Má-Língua
01.00 Último Jornal
01.25 Toda a Verdade
02.40 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.45 Quase Modelo, Quase Detective



"Charlie", com a habitual qualidade britânica

21.00 Envido Especial
21.35 Vidas de Sal
22.35 Lelé e Zequinha
23.05 Polícias
00.05 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.50 Mundial de Ralis
01.25 Olho Vivo
01.55 Bom Bordo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Encontros Imediatos
20.00 Reviver o Passado em Brideshead
21.00 Acontece
21.15 O Jogo da Vida
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.30 Danzon (Filme de Maria Novaro, México/1991, com Maria Rojo, Carmen Salinas. Drama)
00.30 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.40 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 João Soares
15.30 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 O Rei do Gado
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Vida de Casal
01.55 Portugal Radical
02.15 Vibrações

TVI

10.00 Missa
12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.45 Quase Modelo, Quase Detective
16.30 Christy
17.15 Um Dia a Casa Cai
17.50 Os Julgamentos de Rosie O' Neill
18.50 Portugal Industrial
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
20.55 Melrose Place
21.00 A Peste Negra (de Sheldon Larry, EUA-Can.1992, com Kate Jackson, Al Waxman, Jeffrey Nordling. Drama)
23.40 Fora de Jogo
01.20 TVI Jornal
01.55 A Balada de Hill Street



Os Mistérios de Bill Cosby

21.15 Futebol: Benfica-Sporting
23.00 Segredos na Escuridão
24.00 24 Horas
00.30 Alerta em Beverly Hills (de Sidney Furie, EUA/1991, com Ken Wahl, Matt Frewer, Harley Jane Kozak. «Thriller»)
02.40 A Carne (de Marco Ferreri, 1991, com Sergio Castellito, Francesca Dellera)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Sem Fronteiras
12.30 Vida por Vida
12.40 Alqueva - Uma Oportunidade
13.00 Spray
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
14.55 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
19.00 Onda Curta: "Inspiração" (de Orlando Rojas, Co-Prod. Internac./1990, com Felix Antequera, Elvira Valdes. Curta Metragem)
19.30 Dinheiro Vivo
20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (XI - O Cinema Polaco)
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
24.00 O Rei dos Doidos (de Philippe de Broca, IFr.-It.1996, com Alan Bates, Geneviève Bujold, Jean-Claude Brialy. Ver Destaque)
00.50 Prémios Bordo

SIC

08.30 Buêré
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Cosby Show
15.00 Hércules
16.00 Raven
17.05 Em Busca da Esmeralda Perdida (de Robert Zemeckis, EUA/1984, com Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny de Vito. Ver Destaque)
19.00 Walker
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 Salsa e Merengue
22.20 Big Show Sic
01.45 Último Jornal
02.05 A Cidade dos Anjos (de Robert Aldrich, EUA/1975, com Burt Reynolds, Catherine Deneuve, Ben Jonhson. Policial).

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.35 Estrelas da Acção
13.30 Contra-Ataque
15.10 Animação
15.20 Guerreiro do Tempo
17.15 Adultos à Força
18.15 Competente e Descarada
18.45 Lar, Louco Lar
19.25 Futebol (Liga Espanhola)
21.20 Telejornal
22.00 Jack Reed, um Policia Inocentável (de Bryan Dennehy, EUA/1994, com Bryan Dennehy, Charles Dutton, Susan Rutan. Acção / Policial)
23.45 Notícias
00.05 Tão Longe, Tão Perto (de Wim Wenders, Alem.-EUA/1992, com Otto Sanders, Solveig Dommartin, Rüdiger Vogler, William Dafoe. Drama)

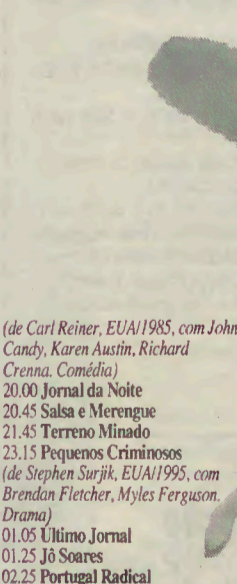
23.25 Domingo Desportivo
01.30 24 Horas
02.05 Lapd
03.00 Máquinas

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.55 Ciência e Tecnologia
12.15 Máquinas
12.45 Os 100 Melhores Vídeos
13.15 Desporto 2
17.30 Ao Sul (de Fernando Matos Silva, Port./1993, com Antonino Solmer, Manuel Cavaco, Luisa Cruz, Marcia Breia. Drama)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Samuel Beckett» (II)
21.00 Charlie
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Teatro: «A Anatomia de Gray»
00.45 Vidas do Século: «Hider's Henchmen» (I)

SIC

08.30 Buêré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional SIC
14.15 Shogun
15.15 Xena, a Princesa Guerreira
16.10 A Balada de Nova Iorque
17.00 Os Imortais
17.50 Maldições Férias



Os Simpsons

09.30 Animação
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 Cousteau: A Odisseia
15.35 Futebol Só para Mulheres (de Sidney Furie, EUA/1992, com Rodney Dagerfield, Jackie, Jonathan Brandis. Comédia)
17.15 O Céu Como Horizonte
18.15 Futebol (Liga Espanhola)
20.15 Telejornal
21.00 Futebol: Milan-Juventus
22.45 Profiler
23.45 Terna é a Noite (Henry King, EUA/1962, com Jennifer Jones, Jason Robards Jr., Jill St. John, Joan Fontaine. Drama)
01.35 Notícias



Na senda de "Ficheiros Secretos", uma nova série ao sábado na RTP1: "Segredos na Escuridão"

16.30 Christy
17.15 Um Dia a Casa Cai
17.50 Os Julgamentos de Rosie O' Neill
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.05 Jornal do Mundo
22.00 Passado Sombrio (de Mel Damski, EUA/1990, com Anthony John Denison, Cheryl Lad. Telemé / Drama)
24.00 TVI Jornal
00.35 A Balada de Hill Street

15.45 Quase Modelo, Quase Detective
16.30 Christy
17.15 Um Dia a Casa Cai
17.50 S.O.S. Urgências
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.05 Melrose Place
22.00 Mr e Mrs. Bridge (de James Ivory, EUA/1990, com Paul Newman, Joanne Woodward. Ver Destaque)
00.15 Desporto
01.10 TVI Jornal
01.35 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Rei dos Doidos (Sábado, 5, RTP2)

De um cineasta, **Phillippe de Broca**, que até aí se desdobrava em comédias ligeiras e aventuras de sucesso, uma fábula louca e poética que ia pondo cobro à sua carreira...

"Desfeito" pela crítica e ignorado pelo público franceses, valer-lhe-ia a influente opinião da crítica americana desse final dos anos 60,



que fez desta história sobre os doentes mentais que no período da Segunda Mundial foram abandonados a si próprios objecto de culto, com o estatuto de uma das mais inventivas encenações cinematográficas sobre o jogo das realidades e das aparências.

O sr. e a sra. Newman, "O sr. e a sra. Bridge" desta semana na televisão

Kathleen Turner e Michael Douglas, protagonistas de "Em Busca da Esmeralda Perdida"

Para o rigor dos factos, conste que a batalha de Balaclava faz parte, com as de Inkerman e Traktir, dos momentos mais acesos do cerco de Sebastopol, vértice

efectivos de um regimento, sem qualquer apoio de infantaria, artilharia ou sequer cavalaria pesada) estendia-se uma planície com pouco mais de quilómetro e meio que estreitava para um vale cuja entrada as forças russas haviam fortificado e onde haviam instalado a sua própria artilharia e a conquistada aos adversários.

Cardigan e o seu comandante directo, lord Lucan, não queriam acreditar nas indicações de Raglan que lhes foram transmitidas pelo capitão Nolan, do 15º Regimento de Hussardos, um dos mais brilhantes e reputados oficiais de cavalaria da época, mas cumpriram-nas. Nolan, para quem o desastre não oferecia quaisquer dúvidas, recusou-se a voltar ao quartel-general e incorporou-se na unidade para a qual fora o portador da fatal ordem.

Às 11 e 10 da manhã, a Brigada carregou para ser devastada pelos canhões russos que a fuzilaram frontalmente durante a breve meia hora que a louca cavalgada durou. Apenas 198 cavaleiros regressaram, 409 tombaram, entre eles Nolan e Cardigan. As linhas russas mantiveram-se intactas.

A épica carga da cavalaria de Cardigan seria imortalizada pelo primeiro correspondente de guerra da História, o enviado especial do «Times», William Howard Russel, cuja descrição incendiou imaginações em toda a Europa e especialmente em Inglaterra. Tennyson faria o resto.

Isabel de Inglaterra

(Terça-feira, 22.30, RTP2)

O filme baseia-se na peça de teatro Elizabeth the Queen de Maxwell Anderson e roda em torno das relações entre a rainha de Isabel I de Inglaterra e o seu favorito, o duque de Essex.

Homem de grande beleza, Essex tornou-se um ídolo popular depois de ter comandado as tropas inglesas na tomada de Cádiz, em 1596, disfrutando no período que se seguiu de claras preferências reais. As suas ambições políticas levaram-no contudo não apenas a um conflito com a poderosa família Cecil, mas a sucessivos erros, entre os quais uma desastrosa campanha contra os rebeldes irlandeses, acabando por uma falhada tentativa de golpe de Estado em Fevereiro de 1601 que o levaria ao cadafalso.

O filme acusa mais uma vez a excelente oficina de Michael Curtiz, mas vale sobretudo pela notável interpretação de Bette Davis (Elizabeth) que, além do mais, tem a vantagem de revelar estentoricamente a diferença entre uma grande actriz e um canastrão como Errol Flynn (Essex), literalmente aos papéis durante os 106 minutos do filme.

Mr. e Mrs. Bridge (Quarta-feira, 22.00, TVI)

À parte as (esperadas) magníficas interpretações de Paul Newman e de sua mulher Joanne Woodward e da impecável reconstituição de época a que o realizador James Ivory sempre nos habituou, diz-se que este filme que nos conta a história de um casal confrontado nos anos 30 e 40 com as mudanças na sociedade reflectidas no comportamento dos seus filhos falha, precisamente, na desajustada construção do argumento, que transpõe para um universo cidadão dos Estados Unidos conflitos e um "clima" demasiado "britânico", na linha do que é habitual no trabalho de Ivory.

A Caminho de Santa Fé

(Quarta-feira, 22.30, RTP2)

Não deixa de ser uma ironia que Michael Curtiz, o realizador do mais mítico dos filmes de esquerda, Casablanca, assinasse igualmente este vesgamente reaccionário A Caminho de Santa Fé, onde aliás coerentemente pontificam duas das politicamente mais sombrias figuras de Hollywood, Errol Flynn e Ronald Reagan.

O argumento é uma efabulação pouco consistente que envolve entre outros o futuro general George Armstrong Custer, directo responsável pelo desastre militar de Little Big Horn frente a Sitting Bull, Crazy Horse e Gal e que discute com o também general Sherman a autoria (possivelmente com inexactidão factual, mas com rigor histórico em função do que se conhece da sua personalidade) da famosa frase «os únicos índios bons que conheço são índios mortos».

Ironicamente, o actor Raymond Massey, que representaria Abraham Lincoln num equilibrado filme sobre o presidente que acabou com a escravatura nos EUA, é aqui forçado a compor como se de um criminoso se tratasse outra figura fulcral da luta antiesclavagista: John Brown, o patriarca que a 16 de Outubro de 1859, com um grupo de 21 homens que incluía cinco negros e os seus dois filhos, assaltou o arsenal de Harpers Ferry com o objectivo de distribuir armas aos escravos. Julgado e enforcado, a figura de John Brown ganharia contornos lendários durante a Guerra da Secessão e daria origem a um dos mais conhecidos hinos da música americana, «John Brown's Body», ainda hoje parte obrigatória do cancionário progressista dos EUA.

Michael Curtiz desembrulha-se com a competência que se lhe reconhece. O resto, é o que se vê...

Em Busca da Esmeralda Perdida

(Sábado, 17.05, SIC)

Em Busca da Esmeralda Perdida (1984) entronca-se na linha de produções que, no final dos anos 70, início dos 80 recuperou o filme de aventuras como estilo de Hollywood e de que Guerra das Estrelas (1977) e Os Salteadores da Arca Perdida (1981) são marcos principais. Aliás, o filme de Zemeckis não esconde sequer a influência da epopeia de Harrison Ford às voltas com nazis e a Arca da Aliança, dela retirando ambientes (a recuperação do exotismo como palco da aventura) e personagens (os «maus» aqui também são militares sul-americanos de perfil inteiramente fascizante...).

Zemeckis já fez francamente melhor (Quem Tramou Roger Rabbit, Forrest Gump), mas as deambulações de Michael Douglas e Kathleen Turner pela selva colombiana vêem-se bem.

Um conselho: não se distraia nem chegue tarde. O melhor do filme são os primeiros cinco minutos com um memorável festival de representação de Kathleen Turner!



"Isabel de Inglaterra", outra assinalável interpretação de Bette Davis

A Carga da Brigada Ligeira

(Segunda-feira, 22.30, RTP2)

Não fora o poema que Tennyson lhe dedicou e muito possivelmente a carga da cavalaria ligeira na batalha de Balaclava apenas teria ficado como uma das mais criminosamente incompetentes operações da crónica militar europeia. Mas o poeta que foi para a cultura da época vitoriana o que Gladstone foi para a política construiu em torrenciais versos o mito da última manifestação galante da cavalaria, abafando sob vagas de emoção a cavalgada que daria origem a sucessivas efabulações e encenações, entre as quais a de Michael Curtiz até é das mais conseguidas.

Não pelo rigor histórico,



Olivia de Havilland, intérprete de dois dos filmes de Michael Curtiz aqui referenciados

da Guerra da Crimeia que, de 1854 a 1855, opôs um exército com forças francesas, inglesas, turcas e sardas aos russos, num esforço das potências coligadas para deterem a expansão czarista sobre a Ásia Menor.

Travada a 25 de Outubro de 1854, a batalha de Balaclava iniciou-se por um contra-ataque russo forçando a uma retirada da infantaria inglesa, que deixou para trás diversas peças de artilharia. O comandante britânico, lord Raglan (que passaria à História não apenas como estratega incompetente, mas, dandy vitoriano, também como inventor do tipo de manga de casaco que ostenta o seu nome...) ordenou então à brigada de cavalaria ligeira de lord Cardigan para carregar sobre as linhas russas no sentido de recuperar os canhões.

A ordem era uma imbecilidade. Em frente dos 607 cavaleiros de Cardigan (nem sequer os

■ Correia
da Fonseca

As bruxas estão na moda

«**V**iva a Liberdade», a rubrica de mal-empregado título, resolveu esgravatar um pouco nas actividades astrológicas e afins, entendidas pela generalidade das gentes como secções das artes de bruxaria, adivinhação e correlativas. Diga-se, desde já, que foi, em princípio, uma iniciativa meritória, infelizmente prejudicada por só ter podido abordar «a ponta do aicebergue», como aliás disse o próprio Miguel Sousa Tavares.

A questão, como bem se compreenderá, é que nestas coisas de bruxas e similares de imperativa utilidade pública proceder à completa redução do tema à sua significância,



isto é, apurar porquê, como e para quê.

Sem o que a incompleta abordagem corre o risco de redundar em promoção publicitária, involuntária embora, de tão operosa e florescente indústria.

Signos, vip's e gurus

Em estúdio estiveram, além das presenças habituais, a conhecida cartomante Alcina Lameiras («Não negue à partida uma ciência que não conhece!», lembram-se!), e os astrólogos Maria Flávia de Monsaras e Paulo Cardoso. Este último e, como se saberá, praticamente o astrólogo oficioso do regime, pois tem tempo de antena reservado, aos domingos, no canal principal da RTP, empresa de capitais estatais a quem está confiado o chamado «serviço público». Se olharmos a tribuna mediática de Paulo Cardoso, astrólogo, como indício do desvelo e dos critérios com que a RTP trata a missão recebida, ficamos decerto todos muitos descansados porque é presumível que a Paisagem Audiovisual Portuguesa esteja sob a protecção dos astros, de que aliás se mostra muito carecida.

A importância da presença da Astrologia e correlativos numa emissão de «Viva a Liberdade» (ou melhor, de meia emissão, pois a segunda parte da rubrica foi consagrada à Fundação Oriente) decorre de ser um claro sinal do relevo conseguido por tais práticas junto da opinião pública, entre nós e não só. Paraphraseando o sempre paradigmático Serafim Saudade, lembrarei que o verdadeiro artista é o artista que ao declinar a sua identidade e o número de discos de ouro já conseguidos acrescenta, sem falta, qual o signo do zodíaco que presidiu ao seu nascimento, sem o que a sumária identificação não ficará completa. Direi mesmo mais: podem e devem avançar com o signo até os meninos e meninas que nunca ganham qualquer disco de ouro nem têm a menor probabilidade de o virem a ganhar: o signo é rigorosamente indispensável. Segundo consta, a obediência aos signos e a gurus de sabedorias ocultas ou pelo menos não-rationais comanda os percursos e as opções de grandes vultos da actualidade portuguesa. Por exemplo: Teresa Guilherme, ponta-de-lança da SIC, e António Oliveira, «patrão» do futebol portuense, escolhem as suas tácticas, «segundo dizem, de acordo com esse influxos e, como é sabido, têm-se dado bem, ela com a sua conhecida táctica de todos ao molho, fé em Deus e gritaria quanto baste, ele com estratégias reconhecidamente mais finais mas sempre marcadas pelo princípio da mutação permanente,

mesmo se ao invés do que a razão e o bom-senso aconselhariam.

Falei em razão e no seu avesso, e fazendo-o toquei o essencial da questão, pelo menos tal como eu a entendo. Na verdade, a proliferação de adivinhações e similares corresponde, por um lado, a um amplo descrédito na capacidade dos homens para usarem a inteligência, pensarem e entenderem para resolverem dificuldades e construir futuros. Por outro lado, é consequência de uma intensa e multiforme acção favorecedora do irracional por parte de quem controla os factores que dominam a vida quotidiana. A presença de Paulo Cardoso na programação dominical da RTP1 tem, quanto a este clima global, um valor quase simbólico: lembremo-nos de que mesmo a liturgia dominical da Igreja Católica foi remetida para a TV2, canal de menoríssima audiência. Supeito de que nem já o catolicismo satisfaz alguma necessidade de injectar valores não-rationais em sociedades que podem sen-

Como um gás paralisante

O caso, como se sabe, é que o surto de racionalismo que irrompeu na Europa nos séculos XVIII e XIX deu mau resultado para as classes sucessivamente dominantes e, entre meados do século passado e finais do terceiro quartel do século XX, as coisas ficaram mesmo muito feias para os senhores do mundo: parecia mesmo que a vida estava à beira de mudar, decisivamente e para muito melhor. Mesmo a Segunda Guerra Mundial e o seu desenlace suportam uma leitura que os entenda como embate entre um racionalismo que se organizara para construir um edifício justo (com fissuras graves, bem se sabe agora, bem se sabe) e uma histeria de ódio e pavor lançadas para destruir o projecto. A baladíssima falência da construção socialista dissipou o susto e, de caminho, permitiu a proclamação, mais táctica que apregoada, que isso de pensar não adianta, o que dá resultado é ir à bruxa e conseguir junto dela a suposta salvação individual.

Escrevo «bruxa» e é claro que se trata de um exagero. De resto, ainda que só de bruxas se tratasse não me moveria muito

contra cada uma delas (a vida-de-verdade não é um conto infantil escrito a preto-e-branco), mas antes contra os interesses que têm muito a ganhar com a moda tendencialmente hegemónica das «bruxarias». Dos que visitaram o «Viva a Liberdade», todos me pareceram pessoas razoavelmente simpáticas: a aparentemente modesta Alcina com o seu não menos modesto tarot; a distinta D. Maria Flávia de Monsaras; o engenheiro Paulo Cardoso que pelo menos terá, creio, muito boa música lá em casa. Nem sequer me toma a tentação de duvidar da boa-fé de qualquer deles, como diria o dr. Pacheco Pereira usando a fórmula que lhe é habitual: «a questão não é essa». A questão é que a moda das penumbras, dos irracionais, das credências, de tudo quanto muito sumariamente designo por bruxas e bruxarias, funciona um pouco, ou talvez já não tão pouco quanto possa supor-se, como uma espécie de gás paralisante lançado sobre a confiança dos homens no acto de pensar.

Falei no dr. Pacheco Pereira, e é a altura de confessar que desta vez, e decerto que excepcionalissimamente, gostei de vê-lo e ouvi-lo naqueles minutos de «Viva a Liberdade»: contrastando com a atitude dúbia, incerta, também ela penumbrosa, de António Barreto, sempre Pacheco Pereira se situou do lado da claridade. Pela primeira vez desde há muito tempo, creio mesmo que desde sempre (tanto quanto a minha memória permite, naturalmente), não precisou de baralhar dados, de escapar-se por saídas laterais, de usar a velha técnica da interrupção permanente. De qualquer modo, uma coisa me parece certa: o acerto das suas intervenções não foi suficiente para que ficasse demonstrado, ao menos perante os espectadores da rubrica, que não há nenhum motivo para con-

fiar mais nos nevoeiros que nas luzes. Talvez porque lhe faltou dizer que a sementeira de penumbras não é inocente, e apontar o móbil dos crimes é sempre mais de meio caminho andado para que tudo fique entendido. Certo, certo é que as múltiplas formas de tarot, com cartas ou sem elas, vão continuar a estar na moda. Como dantes se dizia da canção, também a bruxaria (com eventual perdão da palavra, se excessiva) é uma arma. Neste caso, usada contra os homens.



tir-se em perigo se as pessoas começam por aí a pensar: afinal, muitas vezes a prática demonstra que os cristianismos integram preocupações sociais que coabitam com a racionalidade e com ela se completa. Não há esse risco com aquilo a que chamo, admito que muito sumariamente, bruxarias: esses são os reinos da penumbra onde nenhuma claridade é bem-vinda e, em última instância e se necessário, tudo fica entregue ao arbítrio dos mediadores.

ESCAPARATE

Terra

Sebastião Salgado é um fotógrafo brasileiro bem conhecido entre nós. Quanto mais não seja por aqueles que visitaram a sua exposição durante a passada Festa do "Avante!" e ali apreciaram as suas fotografias arrancadas à realidade do trabalho e dos trabalhadores de muitas partes do mundo. Nesta exposição, organizada e promovida pelo Sector Intelectual de Lisboa do PCP e com lugar marcado no Espaço Cultural Vitória, inaugurando-se no dia 10 de Abril, com um debate às 18 horas, Sebas-

tião Salgado regressa à sua pátria, o Brasil. Terra se chama a exposição, e aí se verão as imagens cruas da luta dos sem-terra, com muito mais verdade toda em cada fotograma do que as adocicadas telenovelas mostram. Em solidariedade com o Movimento dos Camponeses Sem Terra, o artista ofereceu uma série de fotografias que serão impressas em cartazes e largamente difundidas sob a forma de exposições-venta, no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e na Ásia. A partir

deste mês de Abril, estas exposições são apresentadas em diversas partes do mundo. Entretanto, e no prolongamento da exposição que vai inaugurar-se em Portugal e que estará patente até dia 18, será publicada simultaneamente em vários países uma obra que reúne estas fotografias e outras sobre o mesmo tema, em livro com uma introdução redigida por José Saramago. A edição portuguesa, da Caminho, estará à venda no Espaço Cultural Vitória durante a exposição.



TEATRO



O Arquitecto e o Imperador da Assíria

Pelo menos polémico é o autor teatral escolhido para ser levado à cena no Centro Cultural de Belém, durante este mês. Trata-se de Fernando Arrabal. Ambíguo, excessivo, barroco, poderiam ser outros adjectivos a usar quando se fala deste dramaturgo espanhol que os anos sessenta viram nascer com estrondo e que continua a barulhar em livro e em palco. Hoje mesmo, a peça O Arquitecto e o Imperador da Assíria estreia-se na Sala de Ensaio do CCB, pela mão do encenador António Durães e pela actuação da Companhia de Teatro de Braga. Os espectáculos estão marcados para as 22 horas dos dias 3, 4, 5 e 6 de Abril. Mas o ciclo não se fica por aqui. De 17 a 19 de Abril, no Pequeno Auditório, é a vez de O Grande Cerimonial, pelo Teatro Académico Gil Vicente, com encenação de Paulo Castro. E nos dias 27 e 28, também no Pequeno Auditório, o Teatro Experimental de Cascais apresenta Oração e Os Dois Verdugos, com encenação de Carlos Avilez.



Medida por Medida

Shakespeare sobe à cena entre nós, o que é um momento raro. Estreia hoje a peça Medida por Medida, apresentada pela Comuna - Teatro de Pesquisa, uma companhia que em breve completará - no próximo dia 1 de Maio - 25 anos de existência. A peça é encenada por João Mota e interpretada por Alexandre Lopes, Alfredo Brissos, Álvaro Correia, Carla Chambel, Carlos Borges, Carlos Paulo, Cecília Sousa, Cristina Cavalinhos, João Mota, José Figueiredo Martins, Margarida Cardeal, Miguel Sermão, Pedro Saavedra e Victor Soares.

Evocações e Não Só

Com dramaturgia de Armando Caldas e Fernando Tavares Marques, sobre textos de Francisco Ribeiro (o célebre Ribeirinho), António Lopes Ribeiro e Samuel Becket, o Grupo de Teatro Intervalo leva à cena, em Linda-a-Velha, no Auditório Municipal Lourdes Norberto, um espectáculo encenado por Armando Caldas e interpretado por André Coelho, António Castro, Bernardino Nascimento, Bernardo Mendonça, Eduardo Larcher, Fernando Tavares Marques, Helder Anacleto, Ida Teresa, José Bagulho, Odete Neto, Paula Testa, Rosa Carvalho, Susana Cabela e Telma Trigo. A iluminação é de Daniel Varela e Raf. Santos, a música de Carlos Alberto Moniz, a cenografia de António Casimiro.

EXPOSIÇÕES

Um olhar sobre Mora

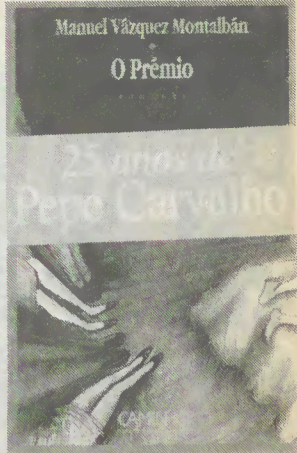


A Câmara Municipal de Mora promove uma exposição que se inaugura amanhã, dia 4, na Galeria da Casa da Cultura. Um Olhar sobre Mora e o seu Concelho é o título desta exposição, da autoria de uma jovem artista Ana Biléu, natural de Évora. Trata-se de uma primeira exposição individual, a culminar um trabalho de curso e ao qual a autarquia dá assim o seu apoio. A exposição vai estar patente até dia 16 de Abril.

REVISTAS

Seara Nova

Mais um número da prestigiada revista Seara Nova, há muito arredada dos olhos dos leitores. É uma edição especial, reunindo os números 54 e 55, desta revista trimestral, que entretanto comemora os seus 75 anos de existência. Colaboração variada, entre a qual avulta a participação de destacados nomes da cultura democrática, enriquece este número comemorativo. Que traz ainda uma novidade. É que, após vicissitudes várias, parece agora viabilizada a publicação regular da Seara Nova, cuja propriedade passa a ser da Associação Intervenção Democrática. O editorial refere a obtenção de vários apoios e o rejuvenescimento do corpo redactorial.



LIVROS

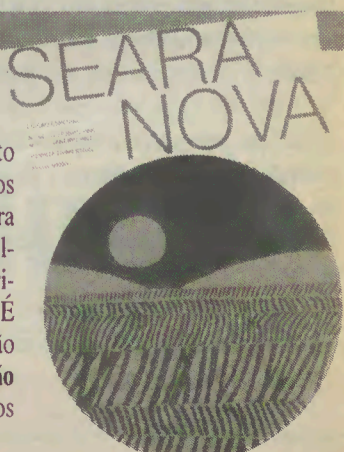
O Prémio

Pepe Carvalho envelheceu. Passaram, de facto, 25 anos, desde que o detective criado por Manuel Vázquez Montalbán investigou o Assassinato no Comité Central. A carreira de Carvalho, esse galego que vive e trabalha em Barcelona, é longa e vários livros são conhecidos do público português, através da policial de bolso da Caminho, a editora que lança agora O Prémio, livro publicado na Coleção Uma Terra Sem Amos. Carvalho envelheceu, mas não deixou de apreciar a boa comida nem se esquece de acender a lareira com obras-primas. Detective de passado ambíguo, costuma ver-se em alhadas não menos estranhas. Desta feita investiga um crime ocorrido durante a entrega de um prémio literário, entre personagens que se movem no mundo corrupto da alta finança, entre a direita e a "esquerda" espanholas, e os seus intelectuais comprados, entre os barões do PSOE e os arrivistas da nova direita. Um romance interessante como os demais que são assinados por Montalbán.



Cadernos de Lanzarote

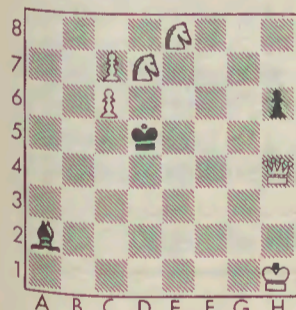
Mais uma vez Saramago a contar os dias pelos dedos, e a meditar sobre os eventos, as pessoas, as paisagens, as políticas. Um ano inteiro dentro de um livro - o Diário IV - escrito na aspereza de Lanzarote, mas onde cabe o mundo que Saramago visita em cada dia, nem que seja através das notícias que lhe enviam de milhentos lugares. Os Cadernos de Lanzarote têm leitores fiéis, desde que José Saramago os começou a escrever, e que aguardam, todos os anos, mais reflexões deste escritor, para além dos romances com que vem enriquecendo a literatura portuguesa.



XADREZ

DCV - 3 DE ABRIL DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X14
Por: WOLFGANG PAULY
Deutsche Schachzeitung, 1910

Pr.: [3]: Ph6 - Ba2 - Rd5
Br.: [6]: Ps. c6, c7 - Cs. d7, e8 - Dh4 - Rh1



Mate em 3 lances

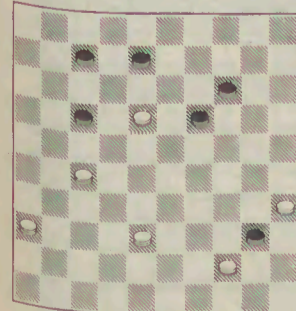
SOLUÇÕES DO Nº 1997X14 [W.P.]

1. c8-C! [Ameaça: 2. Cc7+ 3. Df6 #], R:c6;
2. Da4+, Rb7/Rd5; 3. Cc6d6 / Cc7 #
1...., R:e6; 2. Dg4+, Rf7 / Rd5; 3. Cc6d6 / Cc7 #
A. de M. M.

DAMAS

DCV - 3 DE ABRIL DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D14 [Golpe]
Por: PAUL DEGUEE - Bélgica
À L'Ombre de Mon Clocher, 1970

Pr.: [6]: 7-8-14-17-19-40
Br.: [6]: 18-27-36-38-44

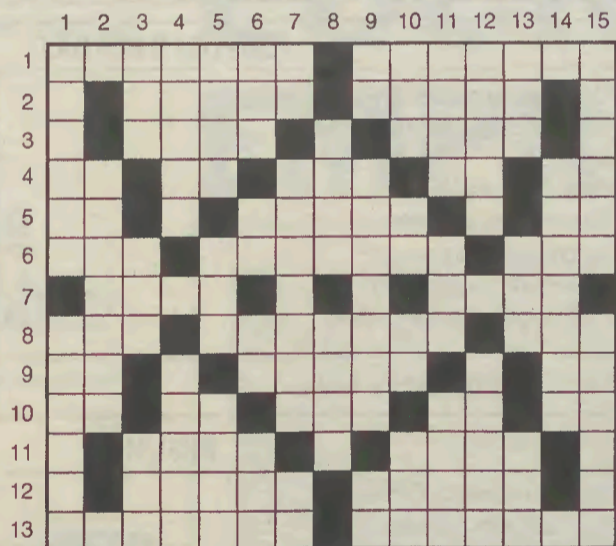


Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº 1997D14 [P. D.]

1. 36-31!, (40x49=D); 2. 27-22, (49x36);
3. 22x24, (36x30); 4. 35x24 +
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Pomposos; peça teatral em que se põe em acção, de um modo jocoso, os caracteres, costumes ou factos da vida social. 2 - Fragrância; azeitona. 3 - Flecha; erva-doce. 4 - Comparecer; igual (farm.); colocou; Astatino (s.q.); o mais (ant.). 5 - Laço apertado; tabaco moído para cheirar (pl.); nota musical. 6 - Patrão; intrepidez; grande extensão de água salgada. 7 - Despacha; encolerizar. 8 - Agora; acompanhavam; aqui está. 9 - Mofa; domine; articulação das falanges dos dedos. 10 - Rio costeiro de França; batráquio; gema (pop.); Samário (s.q.); Alumínio (s.q.). 11 - A parte mais alta; desmoronar. 12 - Reverência; nome de homem. 13 - Relógio de sol usado pelos antigos romanos; desvistar.

VERTICAIS: 1 - Torno de marceneiro; ermidas fora do povoado. 2 - Peregrinação religiosa. 3 - Tecidos quentes (fig.); ovário de peixe; protóxido de cálcio. 4 - Feita de bronze, cobre ou arame (pl.); seca. 5 - Papel-moeda; cabelos brancos; paixão. 6 - Ave corredora; letra grega; também (arc.); apelido de poeta português. 7 - Apelido; acto ou efeito de parar; àquele. 8 - Caldo; unificava. 9 - Cobalto (s.q.); consecutiva; basta. 10 - Remoinho de água (prov.); igreja episcopal; interj. designativa de dor; gracejas. 11 - Carga para lapiseiras; a minha pessoa; transpiras. 12 - Esquiva-se; aliado. 13 - Concedes; progenitora; relação. 14 - Produto que se extrai do ázaro. 15 - Anular; resolver.

amigo. 13 - Das; mãe; rol. 14 - Asarina. 15 - Abolir; solver.

VERTICAIS: 1 - Sovina; oradas. 2 - Romaria. 3 - Las; ova; cal. 4 - Ercas; 12 - Adora; Tiago. 13 - Solitário; assolar.

8 - Ora; segunham; cis. 9 - Ri; rend; no. 10 - Aa; ra; mta; Sm; Al. 11 - Cima; ruit.

HORIZONTAIS: 1 - Solene; comédia. 2 - Aroma; oliva. 3 - Seta; anis. 4 - Ir; ar; pôs; At; al. 5 - No; rapés; si. 6 - Amo; coragem; mar. 7 - Avia; irar. 8 - Nota; câs; amor. 6 - Ema; ro; cr; Ar. 7 - Sa; paragem; ao. 8 - Sopa; artida. 5 - Nota; câs; amor. 6 - Ema; ro; cr; Ar. 7 - Sa; paragem; ao. 8 - Sopa; artida. 5 - Nota; câs; amor. 6 - Ema; ro; cr; Ar. 7 - Sa; paragem; ao. 8 - Sopa; artida.

SOLUÇÕES

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Créditos

Nos últimos dias temos assistido a um curioso jogo floral entre altos dirigentes do PS e do PSD.

Começemos por este último.

No virar para esta semana, Marcelo Rebelo de Sousa aproveitou o aniversário do seu primeiro ano como líder do PSD para organizar uma festa - puerícia assinalada num vasto jantar em Santa Maria da Feira e num assumido regresso à maternidade que o deu à luz para a liderança.

Apesar da tenra idade, o líder mandou-se aos microfones com notável desenvoltura. E foi um gosto vê-lo.

Agitando o polegar, decretou que o Governo de António Guterres não governa, anda a reboque e agrava diariamente os problemas do País.

Todavia - e ao arrepio do que momentos antes afirmara o dedo acusador - as mãos abriram-se-lhe, magnânimas, a planar sobre a tribuna a garantia de que o PSD não derrubaria o Governo de António Guterres antes da concretização da moeda única, porque o PSD era um partido «responsável».

Além de evidenciar o óbvio - que as mãos juntas podem mais que um polegar sozinho -, Marcelo Rebelo de Sousa alinhou por uma de duas coisas.

Ou que o diagnóstico catastrófico que fez do Governo do PS não era sincero, pelo que encontrou uma curiosa maneira de o criticar para depois o aplaudir em nome da «responsabilidade».

Ou que o diagnóstico catastrófico que fez do Governo do PS era sincero, e o líder do PSD é um irresponsável que fica de braços cruzados perante a desgraça.

Se calhar alinhou pelas duas, o que não seria a primeira vez.

Mas onde Marcelo não fica de braços cruzados é na verborreia, pelo que determinou a seguir que a regionalização não se fará porque o PSD não o permitiu, nem permitirá, «sem uma consulta popular».

Perante isto, o PS reagiu de imediato pelas vozes do ministro Jorge Coelho e do presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes.

Rebatendo as acusações de Marcelo à má governação do PS?

Defendendo a actuação do Governo com argumentos concretos?

Ao menos, reagindo à arrogância do líder do PSD por este já tratar o Governo do PS como uma coisa que traz no bolso e pode atirar fora quando o entender?

Não.

A preocupação dos dirigentes do PS foi mostrar que «respondiam». Para isso - como acontece sempre que se fala para mostrar que não se está calado - alaparam-se à regionalização, garantindo que «se há-de fazer».

Porquê? Porque «o PS quer», o que parece afigurar-se ao partido de António Guterres como uma resposta de mão cheia à afirmação do PSD de que «não quer».

E como? Aí, nem uma palavra sobre o assunto, sobre o qual pelos vistos o PS não tem uma ideia, ainda que vaga. A única coisa que lhes enforma o raciocínio é «responder» ao PSD com palavreado que é o negativo do que este perorou, o que dá uma bela fotografia a corpo inteiro desta cada vez mais óbvia identificação do PS de António Guterres com o PSD de Marcelo Rebelo de Sousa.

O primeiro, usando o poder que tem no Estado, já deu tudo o que outro pedia e até o que nem se atrevia a sonhar. O segundo, usando o poder que tem no PS de António Guterres, até já atira à cara do outro que o pode derrubar a qualquer momento.

Perante isto, não admira que Belmiro de Azevedo já diga, com incrível arrogância, que «deu crédito ao Governo de António Guterres mas este já o gastou todo».

Tal como não surpreende que sucessivas sondagens assinalem, perceptível e implacavelmente, a descida de cotação de António Guterres e do seu Governo na opinião do eleitorado.

É que esse também lhe deu crédito - tanto, que o levou ao poder.

Mas, pelos vistos, também já está a descobrir que o Governo de António Guterres o está a gastar todo.

■ HC

PCP entregou contas de 1996 no Tribunal Constitucional

O PCP fez a entrega no Tribunal Constitucional, no passado dia 27 de Março, das suas contas relativas a 1996.

O comunicado que a Comissão Administrativa e Financeira do Partido divulgou segunda-feira refere que as contas apresentadas cumprem a legislação aplicável (Leis n.ºs 72/93 e 27/95) e o Plano Oficial de Contas, com a natural consideração da especificidade da actividade partidária, pelo que integram o **Balanco** e os **Resultados** do ano, o **inventário** do património do Partido e a **lista** discriminada dos imóveis de sua propriedade, a **declaração** de que o PCP não recebeu quaisquer contribuições de pessoas colectivas (em coerência com a posição que sempre tem defendido) e o **parecer** da Comissão Central de Controlo. São contas consolidadas e globais, relativas ao conjunto do Partido e não apenas à sua estrutura central.

Os resultados do exercício relativo ao ano passado apresentam uma **receita** de **1.710.081.032\$60** e uma **despesa** de **1.667.087.252\$20**, com um **saldo** positivo de **42.993.780\$40**.

As principais categorias de **receitas próprias** distribuem-se do seguinte modo:

- iniciativas de angariação de fundos: 40%;

- quotizações e contribuições de membros do Partido: 17,5%;

- contribuições de representantes e eleitos do PCP: 22,4%;

- outras receitas (proveitos extraordinários, financeiros e de propriedade intelectual): 12,5%.

É de sublinhar que o montante recolhido de quotizações dos membros do PCP, que foi de 148.480.305\$00, aumentou cerca de 20% comparativamente ao anterior, constituindo um indicador positivo do dinamismo da actividade par-

tidária e confirmando as possibilidades já afirmadas no XV

Congresso de fazer progredir vigorosamente esta decisiva fonte de receita.

As Contas de 1996 confirmam e reforçam uma característica já patente nas contas

dos anos anteriores: o financiamento do PCP assenta essencialmente no esforço de receitas próprias (94,2%), em resultado da sua intensa actividade e iniciativa e da contribuição dos seus membros, constituindo as subvenções do Estado apenas 5,78%.

Os resultados conseguidos, evidenciando uma gestão equilibrada de recursos, não podem ser entretanto entendidos como reflexo de uma situação financeira folgada, mas como a demonstração de uma austera limitação de despesas e de um persistente e quotidiano esforço dos militantes, dirigentes e organizações do PCP para angariar as receitas necessárias ao sustento da ímpar e diversificada actividade do PCP na sociedade portuguesa.

Parecer da Comissão Central de Controlo

A Comissão Central de Controlo do Partido Comunista Português, reunida a 26 de Março de 1997, para cumprimento de funções que lhe são atribuídas pelos Estatutos do PCP, examinou as Contas do Partido relativas ao ano de 1996, tendo concluído que as mesmas estão em conformidade com as disposições legais aplicáveis, ressalvando naturalmente os condicionalismos específicos da actividade partidária, e considerando ainda ser de valorizar o facto de mais uma vez demonstrarem que o financiamento da actividade do PCP assenta fundamentalmente no esforço de receitas próprias.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS APURAMENTO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO 31 de Dezembro de 1996

PROVEITOS E GANHOS		
Quotização e Contribuição de filiados do Partido	298 507 001\$50	17,46%
Contribuições de representantes e eleitos pelo PCP	383 281 133\$20	22,41%
Donativos de pessoas singulares	32 431 068\$50	1,90%
Subvenções ou subsídios do Estado	98 882 680\$00	5,78%
Actividades e produto de actividades de angariação de fundos	683 304 731\$70	39,96%
Proveitos propriedade intelectual	1 802 988\$00	0,11%
Proveitos e ganhos financeiros	41 974 991\$20	2,45%
Proveitos e ganhos extraordinários	169 896 438\$50	9,93%
Total de Proveitos e Ganhos	1 710 081 032\$60	

CUSTOS E PERDAS		
Compras/Custos (Devol. e Descontos)	170 550 700\$90	10,23%
Fornecimentos e serviços externos	513 535 484\$80	30,80%
Impostos	2 655 082\$50	0,16%
Custos c/ pessoal	736 579 128\$50	44,18%
Outros custos operacionais	39 081 886\$80	2,34%
Amortizações do exercício	116 173 578\$70	6,97%
Custos e perdas financeiras	1 516 549\$20	0,09%
Custos e perdas extraordinárias	86 994 840\$80	5,22%
Total de Custos e Perdas	1 667 087 252\$20	

RESUMO		
Total de Proveitos e Ganhos	1 710 081 032\$60	
Total de Custos e Perdas	1 667 087 252\$20	
Resultado Líquido do Período	42 993 780\$40	

Três dias de greve na Efacec Elevadores

Com uma adesão de 90 por cento, segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, iniciou-se segunda-feira uma greve do pessoal de montagem e conservação da Efacec Elevadores, no Porto. Na terça-feira, a adesão foi ainda mais elevada, adiantando o STIEN que ontem, último dia de paralisação, iria realizar-se um plenário de trabalhadores para analisar a necessidade de agravar as formas de luta.

Neste local de trabalho só a uma parte dos trabalhadores é aplicado o contrato colectivo do sector de material eléctrico

(CCTV/FMEE), enquanto a outros continua a ser aplicado o contrato da construção civil. «Os trabalhadores não aceitam que a empresa protele por mais tempo a resolução dessa situação discriminatória, mantida contra a vontade dos trabalhadores do Porto e ao longo de anos pela gerência da Efacec, e continuada pela nova administração, recentemente empossada e ligada ao Grupo Schindler» - afirma-se num comunicado recente da CT da Efacec Elevadores.

A greve fora decidida em plenário de trabalhadores, em Fevereiro, caso a administração não

passasse a aplicar o CCTV-/FMEE até ao fim daquele mês. O prazo foi alargado a pedido da empresa, mas a resposta que chegou a 14 de Março «foi de conteúdo negativo, confuso e dilatatório», afirma a CT.

Autosil

Os cerca de 300 trabalhadores da fábrica de baterias Autosil, em Paço de Arcos, declararam greves de 24 horas para hoje e a passada segunda-feira, informou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. As paralisações têm por objectivo exigir a redução do horário para 40 horas semanais, mantendo os intervalos de 30 minutos em cada período de trabalho (em vigor há mais de 5 anos e que a administração pretende suprimir), e reclamar uma resposta patronal aos 8 por cento de aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores.

sações têm por objectivo exigir a redução do horário para 40 horas semanais, mantendo os intervalos de 30 minutos em cada período de trabalho (em vigor há mais de 5 anos e que a administração pretende suprimir), e reclamar uma resposta patronal aos 8 por cento de aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores.

